



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Aplicadas



NOAN SALLATI

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E EQUIPAMENTOS
COMUNITÁRIOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E
ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO DA DINÂMICA URBANA DE
LIMEIRA/SP**

LIMEIRA
2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Aplicadas



NOAN SALLATI

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E EQUIPAMENTOS
COMUNITÁRIOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E
ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO DA DINÂMICA URBANA DE
LIMEIRA/SP**

*Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências Aplicadas da Universidade
Estadual de Campinas como parte dos
requisitos exigidos para obtenção do
título de Mestre em Ciências Humanas e
Sociais Aplicadas.*

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Raul Etulain.

Coorientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Alberto Toledo.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO NOAN SALLATI, E ORIENTADA PELO PROF.
DR. CARLOS RAUL ETULAIN.

LIMEIRA
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Ana Luiza Clemente de Abreu Valério - CRB 8/10669

Sa34p Sallati, Noan, 1995-
Produção do espaço urbano e equipamentos comunitários públicos de educação, saúde e assistência social : um estudo da dinâmica urbana de Limeira/SP / Noan Sallati. – Limeira, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Carlos Raul Etulain.
Coorientador: Rodrigo Alberto Toledo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Urbanização. 2. Políticas públicas. 3. Disparidades regionais. I. Etulain, Carlos Raul, 1960-. II. Toledo, Rodrigo Alberto. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. IV. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Production of urban space and public community facilities for education, health and social assistance : a study of the urban dynamics of Limeira/SP

Palavras-chave em inglês:

Urbanization

Public policy

Regional disparities

Área de concentração: Modernidade e Políticas Públicas

Titulação: Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Banca examinadora:

Carlos Raul Etulain [Orientador]

Álvaro de Oliveira D'Antona

Gisela Cunha Viana Leonelli

Data de defesa: 20-10-2022

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-2052-9502>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8483794991828204>

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Noan Sallati

Título: Produção do espaço urbano e Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social: um estudo da dinâmica urbana de Limeira/SP

Natureza: Dissertação

Área de Concentração: Modernidade e Políticas Públicas

Instituição: Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/Unicamp

Data da Defesa: Limeira-SP, 20 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Raul Etulain (orientador)
Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA/Unicamp

Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona (membro)
Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA/Unicamp

Profa. Dra. Gisela Cunha Viana Leonelli (membro externo)
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - FEC/Unicamp

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Almir e Katia, pelo incentivo, apoio, paciência e por todo esforço descomunal que realizaram para meu acesso e permanência na universidade pública.

Ao meu orientador, Carlos Raul Etulain, sempre solícito, ouvinte, preocupado, e o qual tive o privilégio e a sorte de me acolher e acompanhar desde o início de minha graduação até o final do mestrado.

Ao meu coorientador, Rodrigo Alberto Toledo, pelas várias contribuições valiosas ao trabalho, pelos ensinamentos e conversas neste processo muitas vezes solitário que é a pós-graduação.

Ao Professor Álvaro de Oliveira D'Antona pela participação na banca de qualificação e defesa, e pelo ensino e paciência na confecção dos mapas utilizados na dissertação, que ocorreram no Laboratório Urbanização e Mudanças no Uso e Cobertura da Terra (I-UM).

A professora Gisela Cunha Viana Leonelli, pela participação na banca de qualificação e defesa, pelas sugestões e zelo a pesquisa, e pelo acolhimento na ocasião de minha participação em disciplina do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp.

A professora Rosana Baeninger, pela solicitude e pelo auxílio na extração dos dados do Censo de 2010 do IBGE utilizados na pesquisa.

Aos colegas do Laboratório de Economia e Gestão (LEG) da FCA/Unicamp, onde participei e desenvolvi minhas atividades nos últimos cinco anos: Gustavo Gava e Pietro Gibertini.

Aos professores, servidores e funcionários da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, sem os quais não seria possível o desenvolvimento do presente trabalho e de todas as atividades e pesquisas que ocorrem neste lugar singular que é a FCA.

Aos meus colegas de turma de mestrado no ICHSA: Rodolfo, Larissa, Ingrid, Cristiane, Ana, Stefany, Samuel e Flavio, pelas diversas sugestões à pesquisa e por

proporcionarem inúmeros conhecimentos no período que convivemos e estudamos juntos.

Ao Temidayo James Aransiola e José Ferdinando Ramos Ferreira, pelo compartilhamento de dados, conhecimentos e pela parceria na ocasião do projeto de pesquisa sobre Trabalho Infantil, realizado junto ao NEPP para o Ministério Público do Trabalho.

A Júlia Silva Salomão, pelo amor, companheirismo, paciência e apoio neste período.

Aos meus amigos de longa data: João Paulo Frezzarin, Felipe Piovezan, Pedro Barros, Mateus Bortolozzo, Giovanni Miravete, Gabriel Girardi, Isaac Aparecido, Guilherme Santana, Joyce Friosi, Thais Lima, Bruno Lelo e Pedro Luis da Silva, por estarem comigo sempre e, cada um à sua maneira, torcerem pelo meu êxito e bem-estar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Mas então vamos lá,
Lutar por um ideal.
Se viver é resistir,
Então será...
E aí poderemos sorrir como mulheres negras,
Que apesar de todo sofrimento se negam a chorar.

Dead Fish – Mulheres Negras

RESUMO

A presente pesquisa analisa a disposição dos equipamentos comunitários públicos no espaço urbano do município de Limeira/SP, em três setores específicos da política pública: educação, saúde e assistência social. O objetivo é identificar a distribuição dos equipamentos nas diversas regiões da cidade com a finalidade de verificar se existem desigualdades intraurbanas no acesso a essa infraestrutura. Utilizando dados de fontes oficiais dos portais de transparência, Lei de Acesso à Informação, e indicadores do IBGE, foram criadas representações cartográficas e elaboradas análises da localização destes equipamentos públicos nas diferentes regiões de Limeira, e do atendimento no território, considerando os seus raios de abrangência. O estudo apresenta inicialmente a distribuição de equipamento separados de acordo com cada política pública para, logo após, tratar do conjunto de equipamentos das três políticas em forma integrada, incluindo ademais indicadores por área de ponderação do IBGE a respeito de informações de Rendimento Domiciliar, Raça e Cor da população, taxa de Trabalho Infantil e Densidade Demográfica. Além disso, se incorporam os conjuntos habitacionais residenciais existentes no espaço urbano de Limeira, demonstrando por intermédio deles a existência de uma desigualdade relacionada ao local de moradia da população limeirense. Este trabalho é interdisciplinar na construção da análise, recorrendo a campos do conhecimento que contribuem com a explicação das condições da cidade, da sua dinâmica de expansão e suas políticas públicas, e tem como preocupação as características e uso do espaço urbano, cuja compreensão auxilia no planejamento de uma cidade mais justa, que respeite plenamente os direitos de seus habitantes.

Palavras-chave: Equipamentos comunitários públicos; Urbanização; Políticas públicas; Desigualdade; Limeira.

ABSTRACT

This research analyzes the disposition of public community facilities in the urban space of the city of Limeira/SP, in three specific sectors of public policy: education, health and social assistance. The objective is to identify the distribution of equipment in the different regions of the city, in order to verify if there are intra-urban inequalities in access to this infrastructure. Using data from official sources from the transparency portals, the Access to Information law, and IBGE indicators, cartographic representations were created and analyzes of the location of these public facilities in the different regions of Limeira, and the service in the territory, considering their radius of coverage. The study initially presents the distribution of separate equipment according to each public policy and, soon after, deals with the set of equipment of the three policies in an integrated way, including also indicators by IBGE weighting area regarding information on Household Income, Race/color of Population, Child Labor rate and Demographic Density. In addition, the existing residential housing complexes in the urban space of Limeira are incorporated, demonstrating through them the existence of an inequality related to the place of residence of the population of Limeira. This work is interdisciplinary in construction of the analysis, using fields of knowledge that contribute to the explanation of the conditions of the city, its expansion dynamics and its public policies, and is concerned with the characteristics and use of urban space, whose understanding helps in the planning a fairer city that fully respects the rights of its inhabitants.

Keywords: Public community facilities; Urbanization; Public policy; Inequality; Limeira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do município de Limeira no estado de São Paulo	18
Figura 2: Malha urbana de Limeira a partir de 1832.....	21
Figura 3: Dinâmica socioespacial em Limeira entre 1876 e o final do século XIX....	22
Figura 4: Evolução da Mancha urbana de Limeira entre 1950 a 2010	27
Figura 5: Localização dos Conjuntos Habitacionais de Limeira (1967-2021).....	33
Figura 6: Localização dos Conjuntos Habitacionais de Limeira instituídos no último decênio (2010-2020)	36
Figura 7: Raios de abrangência dos equipamentos analisados, e exemplo da representação	45
Figura 8: Localização e raios de abrangência das Escolas Municipais na mancha urbana de Limeira	49
Figura 9: Localização e raios de abrangência das Escolas Estaduais na mancha urbana de Limeira	52
Figura 10: Localização e raios de abrangência das Escolas Estaduais no extremo sul da mancha urbana de Limeira.....	54
Figura 11: Localização e raios de abrangência dos equipamentos comunitários públicos de Educação na mancha urbana de Limeira.....	56
Figura 12: Localização e raios de abrangência dos equipamentos comunitários públicos de Saúde na mancha urbana de Limeira	61
Figura 13: Contraposição dos raios de abrangência dos equipamentos comunitários públicos de Saúde, na mancha urbana de Limeira	63
Figura 14: Responsabilidades e serviços oferecidos pela política de Assistência Social	67
Figura 15: Localização e raios de abrangência dos equipamentos comunitários públicos de Assistência Social na mancha urbana de Limeira	70
Figura 16: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e Rendimento Domiciliar de até 1 SM por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira	73
Figura 17: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e Rendimento Domiciliar de 1 a 2 SM por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira.....	76
Figura 18: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e Rendimento Domiciliar superior a 10 SM por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira	78
Figura 19: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e distribuição da população negra por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira	82
Figura 20: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e distribuição da população parda por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira	84
Figura 21: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e ocorrência do Trabalho Infantil por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira	88
Figura 22: Condomínios Residenciais Fechados na mancha urbana de Limeira	92
Figura 23: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e Rendimento Domiciliar até 1 SM por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira.....	94

Figura 24: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e distribuição da população negra por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira.....	96
Figura 25: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e distribuição da população parda por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira.....	98
Figura 26: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e taxa de Trabalho Infantil por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira	100
Figura 27: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e densidade demográfica por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira	104
Figura 28: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e Conjuntos Habitacionais, na mancha urbana de Limeira.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População Total e População Urbana no Brasil – 1940 a 2010	24
Tabela 2: Evolução populacional do Município de Limeira (1940-2020).....	25
Tabela 3: Expansão da mancha urbana de Limeira por período (1970-2010).....	26
Tabela 4: População de Limeira segundo raça/cor, por áreas de ponderação (2010)	81
Tabela 5: População total e populações negra e parda por área de ponderação em Limeira (2010)	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: A CIDADE DE LIMEIRA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DESENHO DO MUNICÍPIO	18
1.1: Introdução e panorama atual.....	18
1.2: Prelúdio, florescimento e amadurecimento da urbanização	19
1.3: Produção capitalista do espaço e desigualdades intraurbanas: o exemplo através dos conjuntos habitacionais de Limeira.....	29
CAPÍTULO II: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LIMEIRA.....	39
2.1: Definição e Relevância.....	39
2.2: Metodologia.....	43
2.3: Equipamentos de Educação.....	45
2.4: Equipamentos de Saúde	57
2.5: Equipamentos de Assistência Social.....	65
2.6: Análise síncrona dos equipamentos e incorporação de indicadores	90
CAPÍTULO III: ACERCA DOS EQUIPAMENTOS E DAS POLÍTICAS URBANAS DE LIMEIRA.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

Equipamentos comunitários públicos são, de maneira ampla, hospitais, unidades básicas de saúde, escolas, creches, bibliotecas, parques, praças, museus e teatros, que visam prover as necessidades básicas da população, com o intuito de garantir a sobrevivência digna e elevar a qualidade de vida das pessoas residentes em uma região e na cidade como um todo. Podem, ainda, mitigar condições sociais delicadas e até mesmo revertê-las.

Difícilmente exista no meio urbano um cidadão que nunca tenha se beneficiado com o uso dos equipamentos. Reconhecer a sua importância não é nada complicado, afinal, as escolas e os hospitais, por exemplo, são indispensáveis para a população e para a sociedade.

Compreendendo a relevância destes lugares para os indivíduos, coletividade e sociedade, o presente trabalho objetiva realizar o levantamento e análise da distribuição e do atendimento dos equipamentos comunitários públicos no espaço urbano de Limeira em três setores relevantes: à educação, saúde e assistência social. A cidade objeto de estudo conta com 310 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está situada no interior do estado de São Paulo, em ponto estratégico no complexo viário, e é centro de influência da microrregião formada por 8 municípios vizinhos.

Para a realização do estudo e do objetivo, foram coletadas informações dos equipamentos comunitários públicos por intermédio de fontes oficiais – sites do governo e pedidos de Lei de Acesso à Informação (LAI) – e selecionadas e organizadas em planilhas através do *software Microsoft Excel*. Com este banco de dados, os mesmos foram transformados em um registro “kml”, através do site “*Google Earth*”, e, posteriormente, importados para o *software* de SIG *ArcGIS* em sua versão *ArcMap*. Esta ferramenta permitiu a confecção dos mapas finais, manipulando e inserindo, por exemplo, os símbolos de representação dos equipamentos, seus raios de abrangência, e variadas informações sobre a cidade obtidas do IBGE.

Com as representações cartográficas finalizadas, foi possível observar a localização e atendimento destas infraestruturas públicas e realizar uma análise

minuciosa do escopo da pesquisa, identificando a disposição dos equipamentos no espaço urbano de Limeira. Ressalta-se que, para o estudo, foram excluídas áreas rurais, bem como os conglomerados urbanos dispersos existentes no município, enfatizando a pesquisa no seu espaço urbano que detém aproximadamente 97% da população. Concomitantemente, delimitou-se a investigação às políticas públicas de educação, saúde e assistência, em detrimento da expressiva quantidade de informações que todas as outras políticas existentes representariam a dissertação. Somente estas três responsabilidades significaram 172 equipamentos analisados dentro da delimitação da metodologia¹.

A pesquisa também sofreu alterações quando se constatou a existência de uma desigualdade intraurbana na cidade de Limeira relacionada aos locais de moradia das diferentes classes sociais pelo território. Isto porque os 44 conjuntos habitacionais construídos no município estão localizados nas periferias da cidade, longe do centro consolidado. Esta informação foi importante balizador na análise dos equipamentos comunitários, tornando-se uma afirmação auxiliar no estudo e debate da localização; com ela, buscou-se, além de sistematizar os bairros ou regiões gerais com baixa, ou nenhuma presença de equipamentos públicos, analisar e compreender se há desigualdade também relacionada a distribuição destas infraestruturas pelo espaço urbano de Limeira.

Estudar, aprender e dissertar sobre estes elementos e as dinâmicas das cidades não é uma tarefa simples, conhecida a sua complexidade e os inúmeros fenômenos cotidianos que as permeiam. Na prática, isso pode ser observado pelas diferentes áreas de conhecimento que intervêm na explicação sobre o conteúdo e características dos conglomerados urbanos: a arquitetura, geografia, engenharia, economia, sociologia, direito, demografia, história, antropologia urbana, filosofia, o urbanismo, entre outros campos disciplinares, que, cada um à sua maneira, objetivam provar suas teses, e conseqüentemente, seu valor como campo do conhecimento quando se discute as cidades. Face à amplitude do tema apresentado, foi considerada

¹ Em virtude da expressiva quantidade de informações apuradas para a dissertação (todos os equipamentos comunitários públicos de educação, saúde e assistência social; todos os conjuntos habitacionais, e todos os condomínios residenciais fechados de Limeira), os dados não foram disponibilizados em uma sessão de “anexos”. Entretanto, o autor coloca-se plenamente à disposição para compartilhar os dados, ou qualquer outra informação exposta no trabalho que provoque interesse no leitor.

adequada para o desenvolvimento da investigação a abordagem interdisciplinar, entendendo que a interdisciplinaridade coloca diversas visões em diálogo arbitrado, porém, rompe com o paralelismo e exerce a combinação, útil para a compreensão de objetos amplos, permitindo e proporcionando, deste modo, o entendimento mais completo acerca do objeto de estudo.

Discorrendo sobre a divisão de seu conteúdo, a pesquisa apresenta, no capítulo “A cidade de Limeira: Produção do espaço urbano e desenho do município”, a caracterização do local objeto de estudo. Respeitando a cronologia dos acontecimentos, apresenta-se brevemente a sua história, o princípio, florescimento e amadurecimento da urbanização de Limeira, sempre com enfoque na questão territorial. Posteriormente, é exposto o fato de a cidade apresentar desigualdades intraurbanas relacionadas ao local de moradia de sua população, identificada após estudo sobre os conjuntos habitacionais constituídos no município, o qual constatou que todas construções promovidas se encontram distantes do centro consolidado do município.

O segundo capítulo, “Distribuição espacial dos Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social no município de Limeira”, inicia definindo e ressaltando a importância dos equipamentos públicos, compartilhando informações sobre estas infraestruturas da cidade de Limeira, e, por fim, realizando o estudo da distribuição e atendimento dos equipamentos de educação, saúde e assistência social pelas diferentes regiões do espaço urbano da cidade. São apresentados mapas com as políticas analisadas individualmente, mas também com os equipamentos conjuntos e com dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as realidades econômico-sociais de Limeira (Rendimento Domiciliar, Raça e Cor da População, taxa de Trabalho Infantil e Densidade Demográfica por área de ponderação), visando efetuar minuciosa análise sobre a disposição, atendimento e caracterização do território onde estão estas infraestruturas públicas.

O terceiro capítulo, intitulado, “Acerca dos equipamentos e das políticas urbanas de Limeira”, apresenta algumas considerações sobre a distribuição dos equipamentos comunitários públicos pelo município, e, após, as ferramentas de gestão necessárias para o funcionamento dos mesmos e de outras políticas públicas

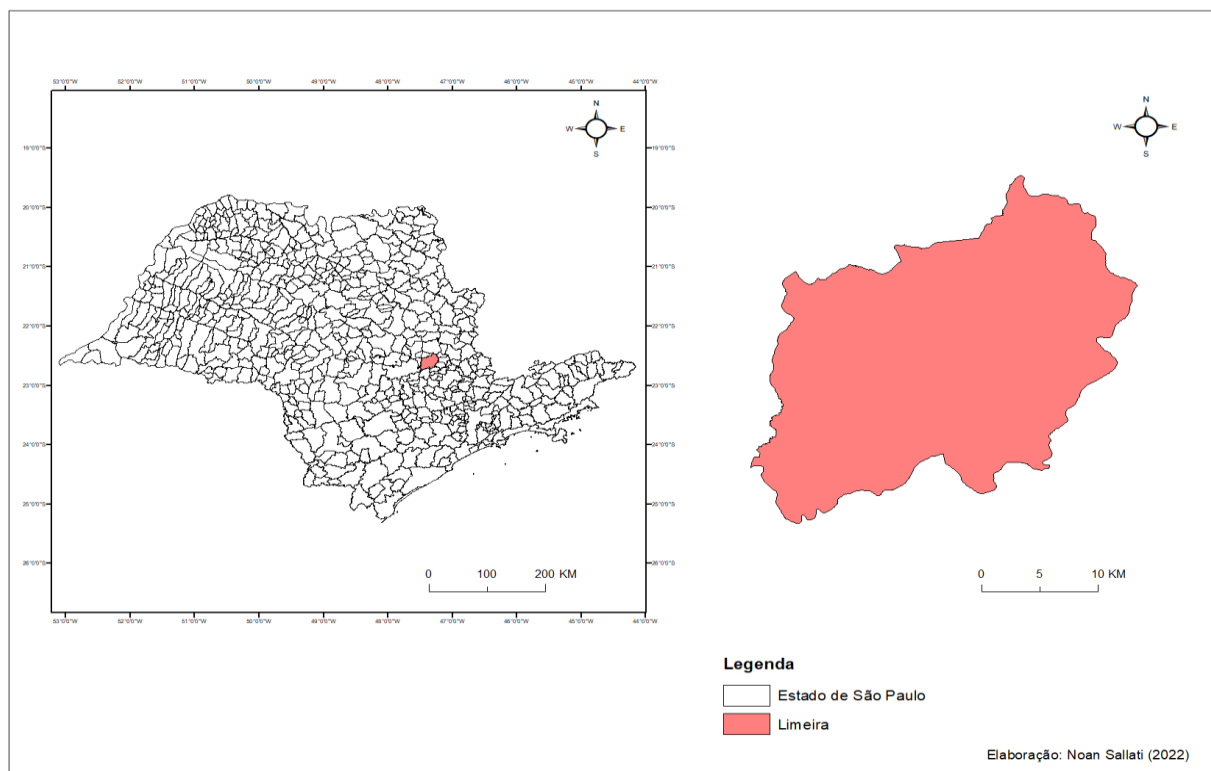
das cidades, como a necessidade de servidores públicos capacitados e valorizados, de governos que entendam as necessidades locais de sua população, e de uma agenda econômica não pautada no corte de gastos e na austeridade fiscal, com a finalidade de se obter uma cidade justa, que respeite os direitos de seus habitantes.

CAPÍTULO I: A CIDADE DE LIMEIRA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DESENHO DO MUNICÍPIO

1.1: INTRODUÇÃO E PANORAMA ATUAL

Fundada no ano de 1826, a cidade de Limeira está situada na região centro-leste do Estado de São Paulo, localizada próxima às duas regiões metropolitanas mais importantes e desenvolvidas economicamente da unidade federativa: a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e a Região Metropolitana de Campinas (RMC), distantes 150 km e 63 km, respectivamente. Está inserida na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), e, em menor escala, é a principal localidade de sua microrregião, denominada de Microrregião de Limeira ou Região de Governo de Limeira, composta também pelos municípios de Araras, Conchal, Cordeirópolis, Iracemápolis, Leme, Pirassununga e Santa Cruz da Conceição.

Figura 1: Localização do município de Limeira no estado de São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Damasceno e Goulart (2019, p. 282) destacam que a localização do município próximo a cidades marcadas pelo alto grau de urbanização, além do seu ponto estratégico no complexo viário do interior do estado – às margens da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) e da Rodovia Anhanguera (SP-330) –, impactaram diretamente em sua evolução populacional nas décadas passadas, e ainda hoje no que tange sua economia. Na pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (REGIC), que define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados, Limeira foi apontada em 2018 como “Capital Regional”, confirmando a sua importância local no estado (IBGE, 2018).

Sua população no ano de 2021 somavam 310.783 habitantes, segundo estimativa do IBGE; sua extensão territorial compreende a 580,711 km², distribuída em 178,381 km² de área urbana e 402,330 km² de área rural (DAMASCENO; GOULART, 2019, p. 281), significando uma densidade demográfica de 585 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Limeira no ano de 2010 era 0,775 (IBGE, 2022), faixa considerada alta – o IDHM é um indicador que considera dados de saúde, educação e renda no seu cálculo e varia entre zero e um; quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano da localidade.

Economicamente, predomina-se no município o setor de serviços e a concentração industrial. O primeiro teve participação de 62,86% no Valor Adicionado do município em 2018, seguido pela Indústria, com 36,47%, e pela Agricultura, com apenas 0,67% (SEADE, 2021). Seu Produto Interno Bruto (PIB) também no ano de 2018 foi de R\$ 13.192.024,80 reais, representando aproximadamente 0,6% de todos os bens e serviços produzidos no estado de São Paulo (SEADE, 2021). Limeira, para além de suas fronteiras, destaca-se pela produção e comercialização de semijoias, apresentando-se como referência neste segmento.

1.2: PRELÚDIO, FLORESCIMENTO E AMADURECIMENTO DA URBANIZAÇÃO

Esta cidade urbanizada e importante regionalmente tem sua história iniciada no último quarto do século XVIII. Prado Jr. (2011, p. 84) discorre que a decadência do ciclo do ouro em Minas Gerais e o consequente declínio daquela região promoveram a redistribuição de parte da população em direção ao território paulista, principalmente

rumo às terras roxas que se estendiam para o norte de Campinas, em um quadrilátero compreendido entre as Vilas de Mogi Guaçu, Jundiá, Porto Feliz e Piracicaba. Foi a cana-de-açúcar que inicialmente atraiu e fez a prosperidade de toda região, que também era desbravada pelo fluxo de tropeiros que rumavam ao Mato Grosso.

Neste contexto, Busch (1967, p. 29) descreve que o território em que hoje se situa Limeira teve seus primórdios num conjunto de sesmarias que formavam a região do Morro Azul e Tatuíbi, ainda nos primeiros anos do século XIX. Nestas terras e povoados foram constituídas propriedades de fazendas que produziam majoritariamente o açúcar de cana². Em recenseamento no ano de 1822, realizado pela Guarda Nacional, constatou-se que a região contava com uma população livre de 951 pessoas e 546 escravos (BUSCH, 1967, p. 29).

A necessidade de uma via para escoamento da produção dos engenhos locais, que ligasse a região diretamente com a capital da província e outros núcleos importantes, acarretou na construção da Estrada do Morro Azul, iniciada no ano de 1823.

Os moradores do Morro Azul e circunjacências não queriam mais dar a volta por Piracicaba para atingir S. Paulo. O dr. Vergueiro planejara e solicitara ao Governador da Capitania, Coronel Oeynhausén, em 1820, a abertura de nova estrada de Jundiá a Campinas e desta ao Morro Azul, por onde já passava a estrada de Piracicaba para Rio Claro e Araraquara. O pedido foi atendido dadas as razões apresentadas e o prestígio pessoal do dr. Vergueiro, a quem esse Governador nomeou desde logo inspetor dessas estradas (BUSCH, 1967, p. 48).

A abertura desta estrada seria a responsável por uma grande mudança de paradigma: conta Heflinger Júnior (2016, p. 23) que a mesma, além de contribuir para o progresso rural da localidade, permitiu, a partir daquele ano, o surgimento e desenvolvimento da povoação de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi, a qual se desenvolveria continuamente até os dias atuais, com o nome de Povoamento de Limeira³.

O encerramento das obras, em 1826, significou a data de fundação de Limeira. Coincidentemente, o ano também marcou o término da construção da capela de Nossa Senhora das Dores, o primeiro edifício daquele que viria ser o novo assentamento e

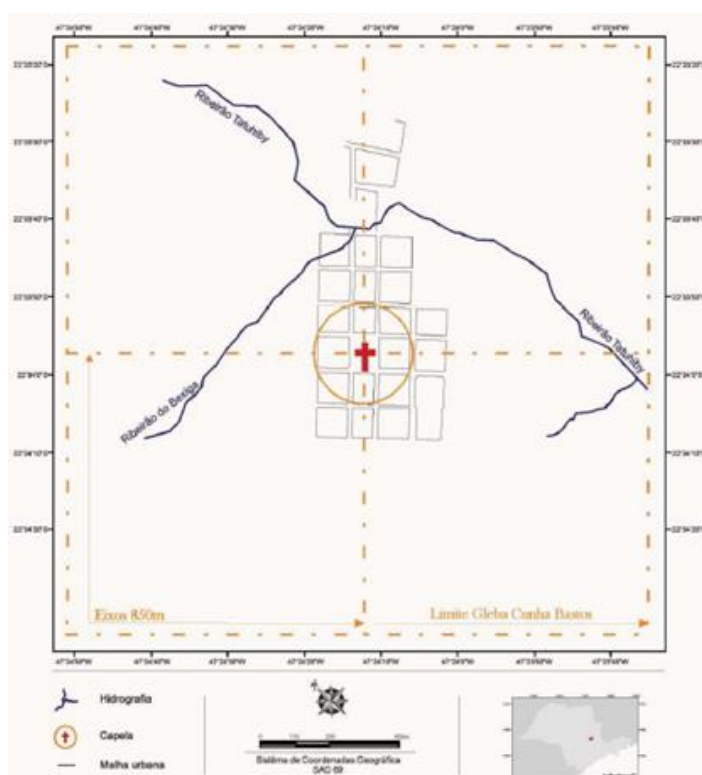
² Anos depois estas propriedades substituíram a produção do açúcar pelo café.

³ As terras onde foram assentadas as primeiras construções de característica urbana do povoamento eram pertencentes ao Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos. As mesmas foram doadas para o uso público anos mais tarde, em 1832, conforme levantamento histórico realizado por Busch (1967).

o espaço urbano da localidade, conforme observado em Manfredini (2010). O que se observou nos anos seguintes foi a ocupação e constituição de uma malha urbana ao redor da capela; esta, ocupando o ponto central do espaço que era constituído.

Assim, a malha urbana de Limeira espalhou-se a partir do eixo central da edificação eclesiástica (...). Desde a sua formação inicial, a malha urbana de Limeira foi marcada pela regularidade formal no tocante à distribuição, importância e ordenamento das atividades ligadas aos cultos e atos da vida pública e social, fatores que no decorrer do século XIX passariam a ser representados de modo gradativo pelo poder do Estado em detrimento da atuação religiosa (MANFREDINI, 2010, p. 213).

Figura 2: Malha urbana de Limeira a partir de 1832



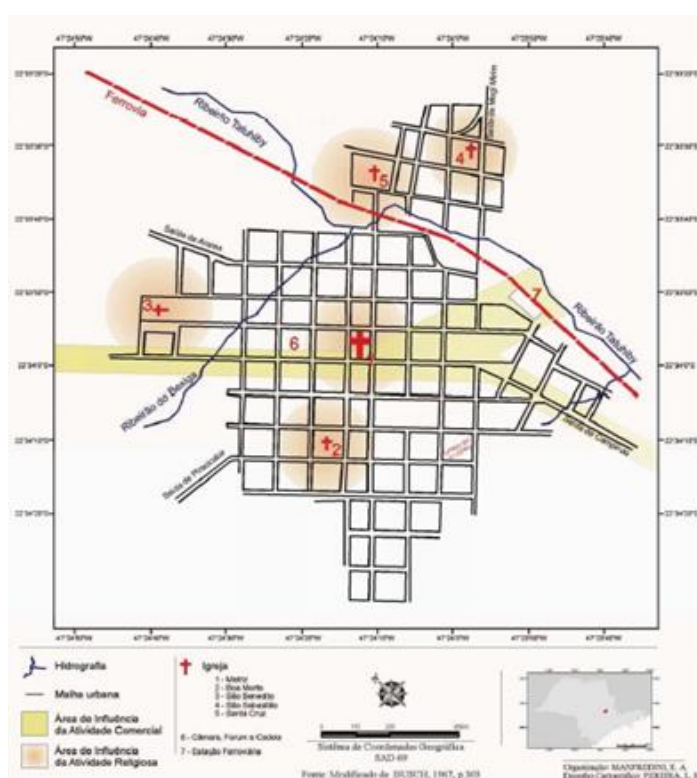
Fonte: Manfredini (2010).

A expansão da mancha urbana durante a segunda metade do século XIX aconteceu de forma gradual e lenta, ocupando, em sua grande maioria, somente as terras entre os limites do Ribeirão Bexiga e Tatuí. Este crescimento desacelerado do modo de vida urbano é explicado, em linhas gerais, pela dinâmica demográfica e econômica vigentes no Brasil: o país era, naquele momento, totalmente agrário, e Limeira, neste hiato, destacava-se pela produção de café, que acontecia em grandes

quantidades nas fazendas de famílias locais tradicionais e contava com considerável contingente de mão de obra europeia⁴.

Na década de 1860 a produção agrícola ainda estava em seu auge, mas, concomitantemente, iniciaram-se movimentos importantes de florescimento do seu espaço urbano. A elevação do *status* da localidade de “Vila” para “Cidade”, em 1863, é um dos indicativos, assim como a instalação de edificações no local onde se iniciou a ocupação e o modo de vida urbano no município: a Cadeia e Casa de Câmara, em 1865, Teatro, em 1870, outros templos religiosos como a Igreja Matriz, em 1876, a ferrovia que ligava à São Paulo e ao porto de Santos, no ido de 1876, o fórum, em 1900, além de cemitérios, indústrias, comércios, e realização de numerosas melhorias na infraestrutura local, conforme dissertam minuciosamente Manfredini (2010) e Heflinger Júnior (2016).

Figura 3: Dinâmica socioespacial em Limeira entre 1876 e o final do século XIX



Fonte: Manfredini (2010).

⁴ Heflinger Júnior (2016) aponta que algumas destas fazendas foram as pioneiras no país em adotar mão de obra europeia para realização de suas atividades, através sistema de parcerias. A precursora e mais famosa é a fazenda Ibicaba, de propriedade do Senador Nicolau Pereira De Campos Vergueiro, que trouxe para as atividades em suas terras imigrantes portugueses, no ano de 1841, e, posteriormente, milhares de suíços e alemães.

Sobre este período, Busch (1967, p. 274) relata que em 1884 Limeira possuía 14 mil indivíduos em sua territorialidade – a princípio, parte relevante deste montante ainda nos espaços rurais. O início da transição demográfica no Brasil, na primeira metade do Século XX, ocasionou a inversão desta conjuntura. O aumento do número de indivíduos habitando o espaço urbano ocasionou o avanço do processo de ocupação nos arredores da malha já consolidada.

A mesma passou a apresentar outros eixos estruturadores a partir de 1930, período em que se inicia o surgimento de localidades desconexas do tecido urbano, normalmente constituídos por bairros que ocuparam o lugar de antigas chácaras e que, com a valorização da terra, despertaram interesses em seus proprietários pela execução de loteamentos (MANFREDINI, 2010, p. 351). A construção da Rodovia Anhanguera na altura do município, na década de 1940, corroborou esta tendência, e significou o surgimento gradativo de novos assentamentos em sua direção, ao leste da localidade⁵.

Com a implantação da Rodovia Anhanguera, o processo de assentamento localizado nas proximidades da área central se deslocou para essa direção e para outros eixos de ligação com as cidades da região, que abrigavam unidades industriais e funcionaram como polos de atração para habitação dos trabalhadores (PML, 2013, p. 32).

Nas décadas seguintes, o fenômeno da criação de novos assentamentos distribuídos de modo disperso foi intensificado. Ao mesmo tempo que os espaços ao redor do centro da cidade eram ocupados, nasciam inúmeras ocupações espalhadas pelo território. Este período é marcado também pelo início das construções de conjuntos habitacionais, instituídos pela administração pública municipal sempre distantes do centro consolidado, contribuindo para a expansão da malha urbana e atuando como indutor das ocupações suburbanas no município.

O florescimento de áreas urbanas e de novos assentamentos na cidade eram resultados de uma mudança de paradigma observada no Brasil, e que também era verdadeira e refletida para Limeira: o aumento da população total, e o aumento da população vivendo nas cidades. Santos (2018) narra que foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que a quantidade de indivíduos habitando nestes

⁵ Villaça (2017, p. 85) aponta que as vias regionais de transporte constituem o mais poderoso elemento na atração da expansão urbana; entretanto, no que tange às classes sociais, num primeiro momento estas grandes estruturas só atraíam às novas localidades a população de baixa renda.

locais apresentasse vultoso avanço, passando de 10,7% para 26,35% da população total. As décadas seguintes são marcadas pela continuidade do crescimento: entre o período de 1940 e 1980 há uma expansão inédita da população vivendo no meio urbano. Neste período acontece o êxodo rural, ou seja, a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, que passa em sua maioria habitar as cidades. No intervalo compreendido entre 1950 e 1991 a população brasileira triplica, enquanto a população vivendo nas cidades sextuplica.

Singer (1977, p. 70) explica que a urbanização se acelera naqueles países cuja estrutura econômica está sofrendo transformações pelo desenvolvimento de novas atividades, industriais e de serviços, e que são necessariamente praticadas a partir de uma base urbana. É o caso brasileiro naquele momento, que, a partir de 1930, havia iniciado seu processo de industrialização⁶.

Tabela 1: População Total e População Urbana no Brasil – 1940 a 2010

Ano	População Total	População Urbana	População Urbana (%)
1940	41.326.000	10.891.000	26,35%
1950	51.944.000	18.783.000	36,16%
1960	70.191.000	31.956.000	45,52%
1970	93.139.000	52.905.000	56,80%
1980	119.099.000	82.013.000	68,86%
1991	150.400.000	115.700.000	77,13%
2000	169.590.693	137.755.550	81,23%
2010	190.755.799	160.925.792	84,36%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de Santos (2018) e IBGE (2020, 2020a).

Apesar de esta metamorfose, D'Antona et al. (2012, p. 74) ressalta que até os anos 1960, Limeira foi caracterizada por um crescimento menos intenso em relação às principais cidades do país. Foi a partir desta década que a cidade passou a apresentar um progresso mais acelerado, resultado da mudança demográfica na qual se observava o país, da conjuntura do “Milagre Econômico Brasileiro”, e da aceleração

⁶ O processo de industrialização no Brasil foi iniciado na região Sudeste, financiado com os excedentes monetários do ciclo do café, e seu processo era ainda mais contundente e explícito no estado de São Paulo. Cano (2011, p. 2) narra que, como consequência, esta localidade apresentava a maior concentração industrial do país, e consequentemente, as maiores taxas de população economicamente ativa, participação no PIB nacional e taxa de urbanização em comparação com as outras regiões do país.

do processo de industrialização, que, apesar de acontecer desde 1940 no município, só foi ganhar forças depois da década de 60⁷.

Milton Santos explana sobre esse cenário e tendência de crescimento das localidades pequenas e médias, afirmando que as cidades entre 20 e 500 mil habitantes veem sua população total passar de cerca de sete milhões, em 1950, para perto de 38 milhões em 1980 (SANTOS, 2018, p. 87). Limeira estava inserida nesta conjuntura, onde nestes 30 anos citados sua população saltou de 41.689 para 150.561, um acréscimo de quase 110 mil habitantes.

Mas, observando minuciosamente a demografia local, constata-se que os maiores crescimentos populacionais aconteceram entre os anos de 1970 e 2000, representando, neste intervalo, um acréscimo de aproximadamente 160 mil pessoas vivendo no município. Damasceno e Goulart (2019, p. 282) evidenciam que a Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (TGCA) de Limeira foi superior a 5% entre 1970 e 1990.

Tabela 2: Evolução populacional do Município de Limeira (1940-2020)⁸

Período	População Total
1940	33.951
1950	41.689
1960	60.719
1970	90.963
1980	150.561
1990	200.755
2000	249.046
2010	276.022
2020	308.482

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de IBGE (1948, 2021) e SEADE (2021).

⁷ A indústria de Limeira apresenta diversos momentos. Em seu surgimento, na década de 1940, após o ciclo de café, a mesma era intimamente orientada e relacionada à agricultura de laranja, com plantas de fábricas de sucos e de maquinários. Com o declínio da citricultura, o setor de metalurgia ganhou destaque, principalmente no segmento de autopeças, sediando famosas companhias como a Fumagalli e Freios Varga. A partir da década de 1990, ressalta-se o crescimento do setor industrial relacionado ao setor de joias e folheados (D'ANTONA et al., 2012; HEFLINGER JR., 2017; QUEIROZ, 2007).

⁸ Diferentes valores referentes à população são encontrados na literatura. Foi selecionado, desta forma, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), por serem bases secundárias de referência e prestígio.

Em termos espaciais, o fenômeno significou um aumento da mancha urbana do município, com o surgimento e regulamentação de inúmeros bairros para absorção da população e sua demanda por moradias, e também em decorrência dos setores de serviços e indústrias que se desenvolviam na localidade.

Em estudo que abrange até o ano de 2010, D'Antona et al. (2012) concluiu que os limites dos bairros até o referido ano somavam um total de 59,8 km². As maiores expansões observadas (com exceção de 2001-2010) ocorrem justamente no período de expressivo crescimento demográfico no município: se até o ano de 1970 a cidade contava com uma área urbana de 9,1 km², nos dez anos seguintes há um crescimento de 12,1 km², ou seja, um incremento de 133%. O mesmo padrão de desenvolvimento acelerado também ocorre na década seguinte, com o município apresentando uma expansão de 11,8 km² de sua área.

Tabela 3: Expansão da mancha urbana de Limeira por período (1970-2010)

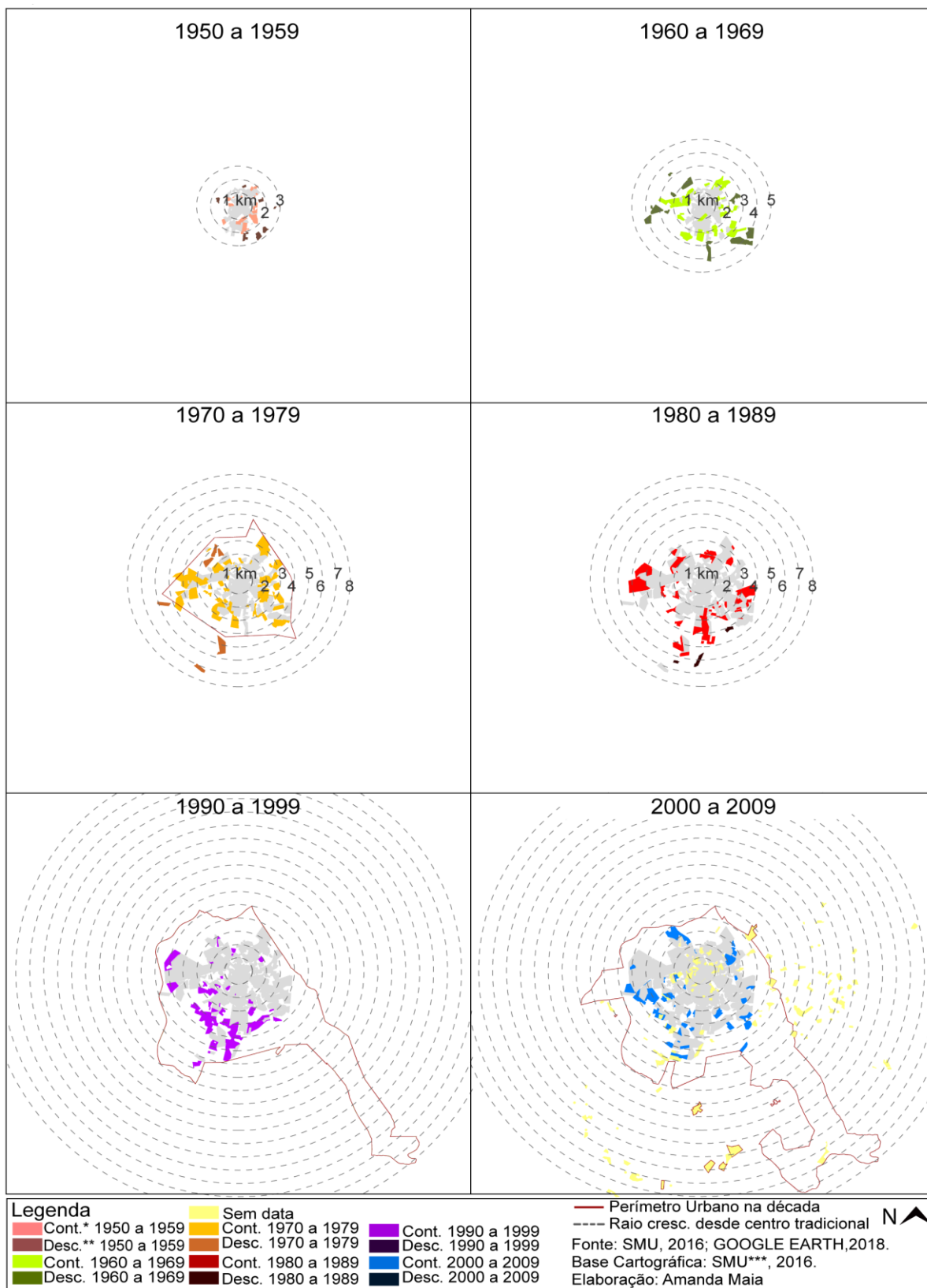
Período	Área (km ²)	Área (%)
Até 1970	9,1	15,2
1971-1980	12,1	20,2
1981-1991	11,8	19,7
1992-2000	9,6	16,1
2001-2010	12,8	21,4
Sem ocupação	4,4	7,4
Total	59,8	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de D'Antona et al. (2012).

No que tange a morfologia⁹, estes anos da década de 1970 foram de grande expansão da área urbana de Limeira, e marcaram a consolidação do traçado urbano, onde as terras antes ocupadas pela agricultura passaram a ceder espaço aos loteamentos (PML, 2013, p. 33).

⁹ Em virtude das variadas conceituações e interpretações que o termo pode apresentar, para o presente trabalho foi utilizado o entendimento de José Manuel Ressano Garcia Lamas (2014, p. 38) que conceitua a morfologia como o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas, na sua produção e transformação no tempo. O mesmo delimita que a morfologia tem a finalidade de explicar a cidade como fenômeno físico e construído, bem como expor suas metamorfoses.

Figura 4: Evolução da Mancha urbana de Limeira entre 1950 a 2010



Fonte: Maia (2019).

Houve crescimento acelerado de assentamentos no sentido das duas rodovias que cortam o município: em um primeiro momento em direção à Rodovia Anhanguera e, posteriormente, em direção à Rodovia dos Bandeirantes (D'ANTONA et al., 2012, p. 78). Observava-se, concomitantemente, a ampliação no sentido norte e, principalmente, sul do território. Estes novos bairros se assemelhavam por se situarem, naquele momento, esparsos e distantes do centro consolidado.

Entre os idos de 1980 e 1990, a expansão urbana também foi considerável e com uma área próxima ao crescimento do decênio anterior. Ao noroeste do território há o surgimento do tradicional bairro Nossa Senhora das Dores, aproximando ainda mais a área urbana da Rodovia dos Bandeirantes. Ao leste, os loteamentos seguem o mesmo fenômeno, mas se aproximando da Rodovia Anhanguera. Na coordenada sul eram entregues 1.195 residências populares do Parque Residencial Victor D'Andrea (CECAP), e 721 do Bairro Jardim do Lago, ambos conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado.

Mesmo com estes surgimentos, a dispersão e o vazio entre os residenciais no território ainda eram presentes, principalmente ao sul, confirmando a política de bairros populares se encontrarem distantes das regiões mais valorizadas. Em contraposição, observa-se, neste período, o aumento de empreendimentos nas regiões melhores localizadas, destinados às classes mais abastadas financeiramente:

Os investidores e imobiliárias passaram a se interessar pelos prédios de apartamentos (...). Esses edifícios destinados à classe média e alta tinham na localização privilegiada, no fácil acesso a serviços e equipamentos e no elevado nível de segurança, oferecido aos seus moradores, a manutenção ou elevação de seus status social (QUEIROZ, 2007, p. 132).

Na década de 1990, observou-se a continuação da expansão da malha urbana em direção ao noroeste, sendo, neste período, entregues milhares de casas populares dos Parques Residenciais Abílio Pedro e Belinha Ometto. Houve também crescimento significativo no vetor sul.

O primeiro decênio dos anos 2000 compreendem, segundo os dados de D'Antona et al. (2012, p. 78), o período de maior expansão da mancha urbana de Limeira na história, crescendo 12,8 km². O significativo número contribuiu para a cidade apresentar seu desenho urbano ainda mais próximo do atual. Destaca-se neste espaço de tempo a ocupação de inúmeros vazios urbanos existentes, fenômeno

explicado em partes pela multiplicação dos condomínios horizontais residenciais fechados a partir da metade da década, ocupando principalmente a região oeste, e com menor intensidade e mais distantes geograficamente no espaço, a região norte – esta segunda confirmando a tendência citada por Caldeira (2011) de enclaves fortificados se localizarem distantes do centro consolidado.

Nos últimos anos, destaca-se o amadurecimento da mancha urbana na região noroeste, muito em virtude da implementação e do crescimento da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, que promoveu o desenvolvimento de bairros próximos, como a Cidade Universitária e o Chácara Antonieta. No vetor norte, há o desenvolvimento de novos condomínios residenciais fechados, movimento este iniciado no início dos anos 2000; e a região oeste e sul se apresentam como palco e tendência para expansões futuras da mancha urbana, em virtude da grande disponibilidade de terras e do relevo propício, conforme também constatou Maia (2019, p. 178).

1.3: PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E DESIGUALDADES INTRAURBANAS: O EXEMPLO ATRAVÉS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DE LIMEIRA

A análise da morfologia urbana, das dinâmicas e organização do espaço nas cidades devem incorporar importante elemento: o fato do espaço urbano ser produto construído pelos indivíduos e seus interesses.

O espaço social – no nosso caso, o espaço urbano – é socialmente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, mas é produto produzido pelo trabalho humano. A partir dessa concepção do espaço social, e só a partir dela, foi possível inserir seu estudo na lógica do materialismo histórico, da dominação e do conflito de classes (VILLAÇA, 2011, p. 37).

O entendimento que a construção e transformações promovidas no espaço urbano não ocorrem ao acaso, mas sempre estão a serviço de indivíduos – predominantemente de uma elite –, é essencial. Para Carlos (2009, p. 82-83), o espaço não é neutro, e a produção espacial é uma expressão das contradições da sociedade, fruto do privilégio conferido a uma pequena parcela da sociedade brasileira.

São as classes sociais mais abastadas financeiramente que ditam o rumo e a organização das cidades, de acordo com seus desejos e interesses. Villaça (2011, p. 42) aponta que as mesmas determinam desde locais de moradia até a localização de postos de trabalho, através da atuação sobre as legislações urbanísticas, e operam sobre a atividade imobiliária e o preço da terra. Em virtude de seu poder político e econômico, investimentos públicos são direcionados para os locais de habitação dessa burguesia, resultando indicadores de qualidade de vida e de infraestrutura urbana mais adequadas na comparação com outras regiões da territorialidade.

Além de influenciar diretamente no cotidiano da sociedade – por exemplo, ao determinar quantos quilômetros a classe trabalhadora necessitará percorrer para chegar até seu local de trabalho –, a própria incorpora e determina o valor do cidadão com base na localização do indivíduo no espaço:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2020, p. 107).

Neste sentido, Flávio Villaça discorre ser indispensável articular o papel da segregação urbana na produção da desigualdade e da dominação social. Isso porque a segregação (...) é aquela forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial (VILLAÇA, 2011, p. 41).

Milton Santos aponta o desnível existente entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres, e a presença de uma correlação direta entre a localização das pessoas e o seu nível social e de renda:

Em outras palavras, pode-se dizer que, com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana. O fenômeno é antigo, mas, na medida em que a aglomeração evolui, aparece cada vez mais nítido (SANTOS, 2020, p. 110).

Desta forma, a segregação urbana está intrinsecamente relacionada e só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada com a desigualdade. Na cidade de

Limeira é perceptível no território o local de moradia dos mais pobres e dos mais ricos: as diferentes classes sociais ocupam regiões específicas da cidade – não exclusivamente, mas predominantemente¹⁰ –, sendo as classes menos abastadas financeiramente, historicamente induzidas e presentes, em via de regra, distantes geograficamente do centro tradicional. Neste sentido, Fávero (1995) e Rolnik (2000) (apud QUEIROZ, 2007, p. 145), explanam que a expansão urbana do município se deu por meio da construção de loteamentos e conjuntos habitacionais por meio do Estado e da iniciativa privada, transformando áreas rurais em urbanas, destinadas a moradias populares.

Em levantamento histórico, constata-se que o Estado (através da Prefeitura Municipal, COHAB, CDHU, CEF) e a iniciativa privada promoveram 44 núcleos habitacionais na cidade de Limeira desde o ano de 1967, representando 17.097 casas/lotes, e estimativa de 82.817 cidadãos beneficiados (PML, 2021). Com o cálculo da população de 2021 do IBGE, conclui-se que aproximadamente 27% da população da cidade teriam estes conjuntos habitacionais como local de moradia. Como semelhança, tem-se que estes lugares estão situados às margens do tecido urbano, ou seja, nas periferias do município¹¹.

D'Antona e Rizardi (2015, p. 12) também destacam o fato de estes conjuntos habitacionais serem criados distantes do centro consolidado, e afirmam que, nos momentos de constituição, a pré-existência de um conjunto parecia influenciar a localização de outros em momentos seguintes, criando uma vizinhança dessas moradias populares.

Os autores ainda demonstram importante característica: com exceção de um, todos os núcleos criados até 1996 se encontravam em áreas descontínuas à mancha urbana, distantes de indústrias, serviços e outras residências, e sem a oferta e presença de serviços e infraestruturas públicas; eram localidades sequer

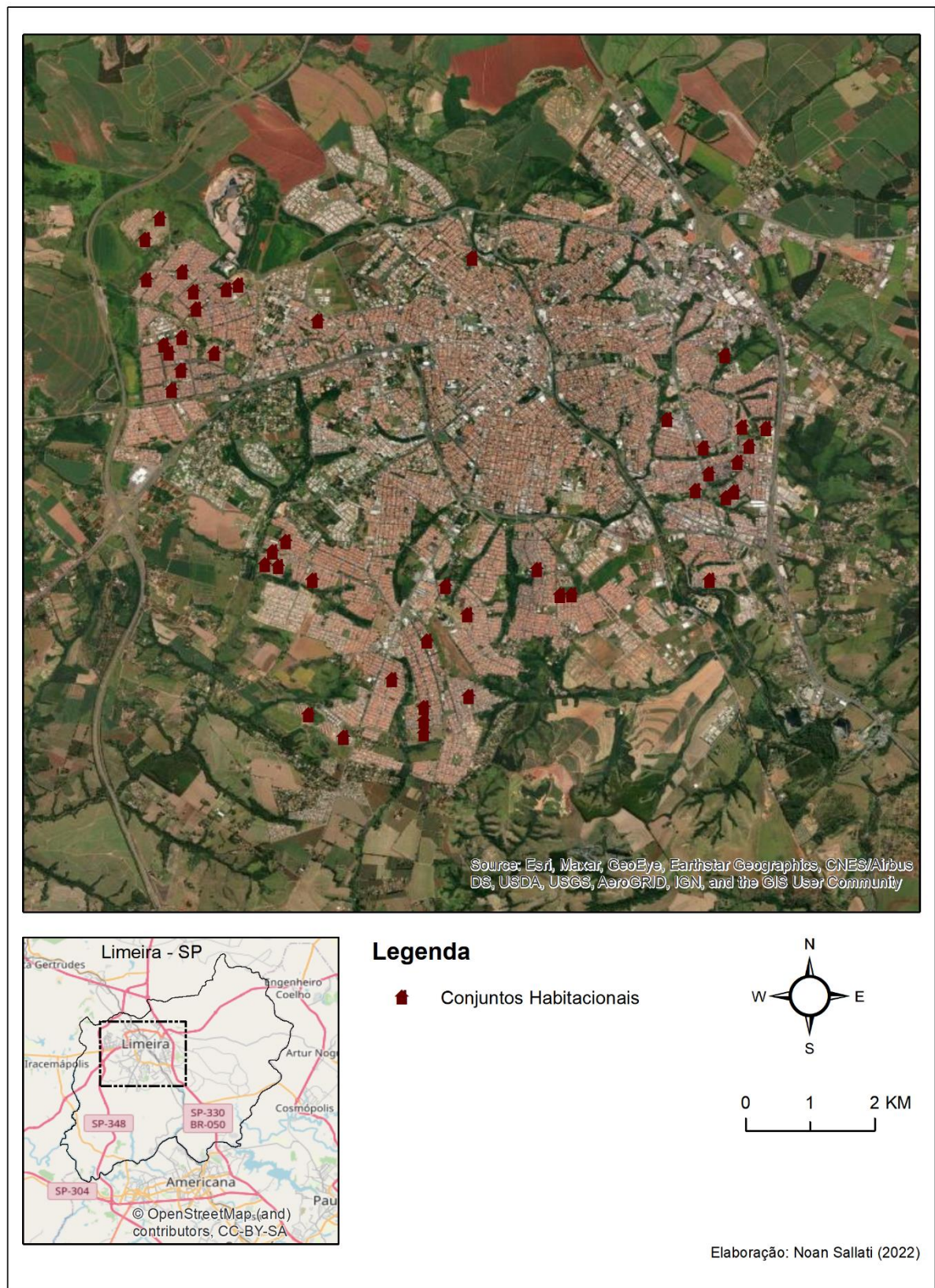
¹⁰ Villaça (2017, p. 142) explica que a segregação não impede a presença nem o crescimento de diferentes classes em um mesmo espaço. Não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhum grande espaço dos conglomerados urbanos, mas existe a presença exclusiva de camadas de baixa renda em grandes regiões urbanas.

¹¹ Utiliza-se o termo “periferia” em sua concepção geográfica, para se referir às áreas que circundam os espaços centrais dos aglomerados urbanos. O ponto de referência na análise é, portanto, o centro consolidado da cidade e as regiões mais valorizadas do município.

consideradas como bairros na ocasião¹². Ou seja, os mesmos ao anteciparem, naquela área, a ocupação urbana, atendiam os interesses imobiliários, valorizando as áreas vazias ao redor, e apesar de garantirem moradia própria, significavam locais de completo desrespeito aos direitos básicos dos cidadãos e promoviam a desigualdade de seus moradores. Pode-se afirmar que neste processo de expansão da mancha urbana e de garantia de habitação, se priorizou os interesses e lucros de alguns poucos indivíduos em detrimento da qualidade de vida de milhares dos beneficiados.

¹² Isso equivale a dizer que, não foi planejada a oferta de equipamentos e de algumas infraestruturas no momento da expansão urbana, mas esses oferecimentos são feitos a reboque, inseridos tempos depois da cidade existente.

Figura 5: Localização dos Conjuntos Habitacionais de Limeira (1967-2021)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observa-se, com a figura 5, quase a totalidade dos núcleos habitacionais proporcionados aos moradores de baixa renda de Limeira se situando nas extremidades geográficas do município, com grande concentração nos vetores noroeste (próximo à Rodovia dos Bandeirantes), sudoeste, sul e leste (próximo à Rodovia Anhanguera). Relacionando o ano de instituição dos empreendimentos a sua localização espacial, pode-se concluir que, em regra, quanto mais recente o lançamento de um bairro residencial, mais distante do centro e mais nas franjas do município o mesmo irá se encontrar.

Realizando um panorama geral,

O processo histórico de urbanização de Limeira promoveu um padrão na estruturação do território, o qual permite afirmar que os grupos socioeconômicos distribuíam-se de forma bastante desigual no município. A propósito, não se trata de uma característica exclusiva de Limeira, dado o padrão de urbanização e produção do espaço urbano brasileiro (DAMASCENO; GOULART, 2019, p. 283).

A própria Prefeitura Municipal admite, através de documentos oficiais, uma histórica política pública excludente no que tange a ocupação do solo, fato que, além de induzir a desigualdade intraurbana, provocou diversas externalidades negativas para a população de baixa renda:

A ocupação do solo, atualmente verificada em Limeira, é fruto de um grande período sem direcionamento público, o que foi corrigido com o novo Plano Diretor Territorial-Ambiental aprovado em 2009. Como apresentado nessa seção, a consequência desta falta de regulação foi uma dispersão generalizada na ocupação do solo por todo o perímetro urbano, o que resultou numa baixa densidade populacional por toda Limeira. Outra consequência da falta de política de ocupação do solo refletiu-se no mercado imobiliário, que resultou em preços de terrenos caros próximo aos aparelhos públicos centrais implantados e acabou segregando a população de baixa renda em áreas periféricas, com pouca ou nenhuma infraestrutura implantada (PML, 2013, p. 41).

O “grande período sem direcionamento público” relatado pelos documentos oficiais, são, na verdade, décadas de tolerância com a questão, e que configuram um ato da administração pública, e não uma ausência e “falta” da mesma. Ressalta-se que as políticas públicas não devem ser entendidas apenas como o que o Estado faz (sua dimensão mais facilmente percebida), mas também como aquilo que ele deixa de fazer (SERAFIM; DIAS, 2012, p. 124). Ou seja, a negligência, omissão e permissividade também são, na prática, uma política e um planejamento estatal.

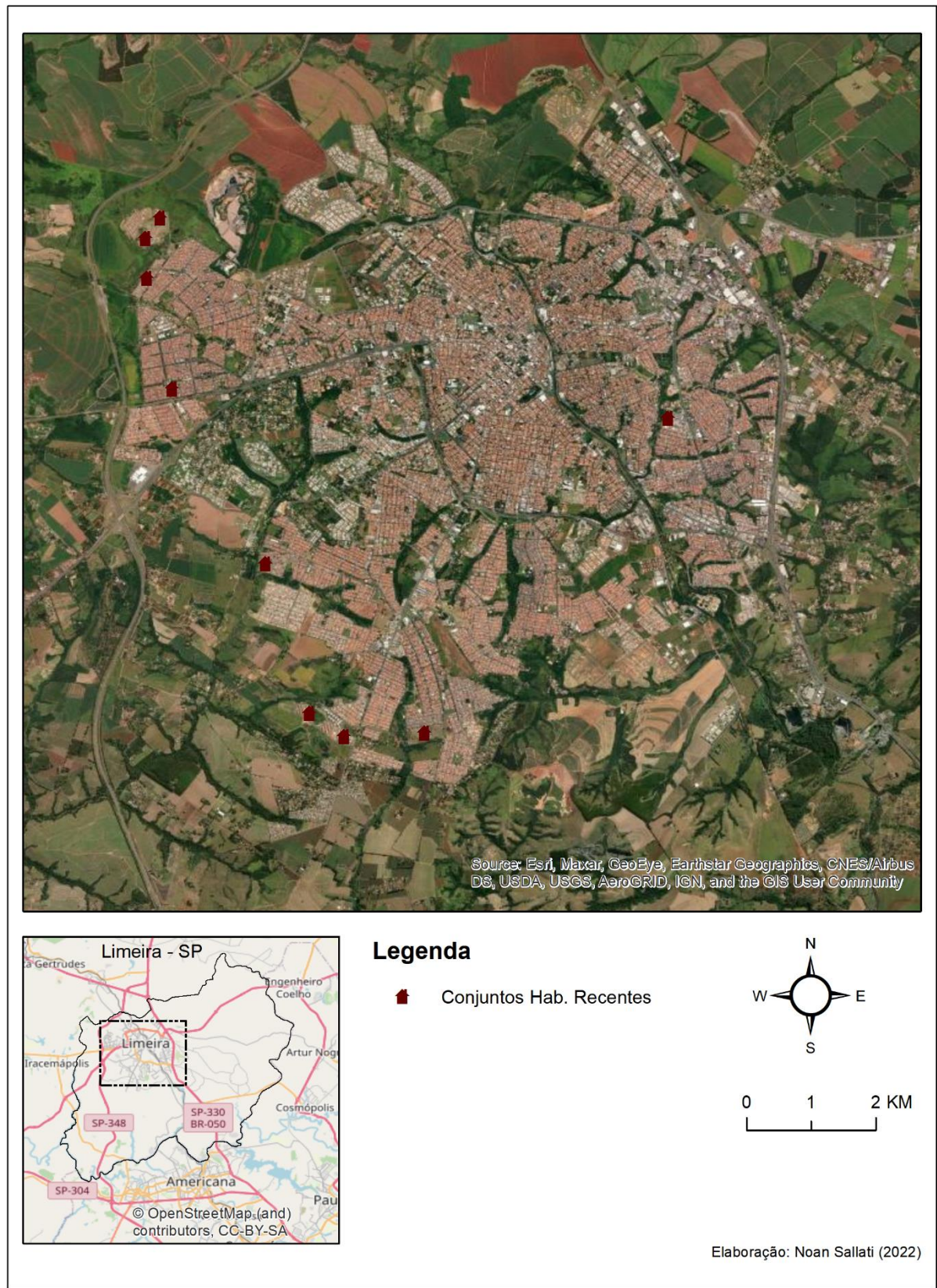
Em suma, percebe-se em Limeira que, além de uma política pública habitacional que deliberadamente segregava as camadas de mais baixo poder aquisitivo para longe do centro consolidado, a administração pública municipal também atuou de modo excludente ao permanecer por anos tolerando uma questão urbana que não era benéfica para expressiva parcela de sua população.

Apesar do reconhecimento da questão pelo próprio Poder Executivo, ao se analisar as ações do governo local no último decênio, constata-se a continuidade deste padrão de distribuição desigual, que aloca os moradores menos abastados financeiramente distantes do centro da cidade.

Isso porque seis núcleos habitacionais de moradias populares foram construídos pela administração pública municipal na última década: os Residenciais Rubi (2017), atendendo 2.700 pessoas; o Limeira K (2016), atendendo 150 pessoas; o Jardim Antônio Simonetti IV (2015), atendendo 280 pessoas; o Bairro Geada (2014), com população estimada de 2.000 pessoas; o Residencial Recanto dos Pássaros (2014), onde residem 1.500 pessoas; e a Vila Dignidade (2013), local de moradia destinada a idosos, constituído por 22 unidades habitacionais (PML, 2021). Como ponto em comum de todos, destaca-se o fato de se localizarem afastados do centro da cidade.

Observa-se, portanto, que apesar da confissão da adoção de uma política pública de habitação e planejamento urbano equivocada, o Estado se mantém, com suas ações recentes, como indutor da periferização da sua população pobre e das ocupações suburbanas no município, ou seja, como agente produtor de desigualdades.

Figura 6: Localização dos Conjuntos Habitacionais de Limeira instituídos no último decênio (2010-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Esta concentração de moradias e cidadãos distantes geograficamente das regiões comerciais, de serviços e do mercado de trabalho, são parte das desigualdades intraurbanas existentes no município, pois, como apontou anteriormente Villaça (2011), a segregação é importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade. São recorrentes, nestas localidades, piores indicadores de qualidade de vida, representados na prática, por exemplo, através da vulnerabilidade social da população, da existência de evasão escolar e/ou baixos níveis de escolaridade, trabalho infantil, desemprego, insegurança alimentar, e também pela ausência de equipamentos comunitários, infraestruturas e políticas públicas; fatos que transformam o espaço como um local de violação dos direitos básicos dos cidadãos e como reprodutor das desigualdades sociais.

Estes fenômenos e a caracterização destas localidades são amplamente retratados na literatura. Corrêa (1989) afirma que existem dois tipos de urbanização: de *status* e popular. A urbanização de *status*, a qual se liga a classe dominante, recebe infraestrutura adequada, enquanto a popular, não. A interpretação também converge com Domingues (1994), que elenca entre os fatores que caracterizam as periferias, a carência em serviços e equipamentos públicos e privados, no que tange a quantidade e também a qualidade.

As cidades se formaram a partir de uma estrutura urbana que posicionou as classes socioeconômicas dominantes nas áreas privilegiadas da cidade, e as classes mais frágeis nos locais precários do ambiente urbano. Para além disso, a cidade sempre foi construída no território ocupado pelos mais ricos. Equipamentos públicos, planejamento urbano, se houve, foi prioritariamente nessas áreas (MASTRODI, 2017, p. 1072).

Utilizando o exemplo da cidade de São Paulo, Hughes explica a questão da ordenação do espaço e realiza a caracterização dessas localidades:

São Paulo conduziu o processo de urbanização nas últimas décadas segundo o padrão periférico de crescimento urbano, que norteou a expansão e consolidação das periferias, gerando uma pluralidade de tempos e circunstâncias de ocupação dessas regiões, marcadas pela heterogeneidade. Em paralelo, os recursos públicos foram canalizados prioritariamente em direção ao desenvolvimento da cidade rica. Esse contraditório processo de desenvolvimento de uma metrópole na periferia do capitalismo levou grande parte dos moradores das periferias, historicamente, à exclusão dos direitos sociais básicos ao trabalho, à saúde e à educação de qualidade, assim como o direito à moradia digna, equipamentos públicos e infraestrutura urbana, o que significou, na prática, um déficit de cidadania e de governabilidade. (...) Uma característica fundamental do processo de urbanização foi, portanto, a assimetria entre a localização e as condições sociais, fazendo do ambiente construído espaço privilegiado de expressão

das desigualdades sociais, com a permanente pressão dos mais pobres em direção às piores localizações. (HUGHES, 2004, p. 94).

Na pesquisa pela literatura acadêmica percebe-se que muitos dos episódios e suas consequências também podem ser constatados quando se analisa a cidade de Limeira. A mesma está inserida e repete uma conjuntura nacional que, em meio a expressivo crescimento demográfico no século XX, não contou com políticas públicas includentes visando a garantia de direitos à população e uma razoável simetria social, conforme dissertam Cano (2011a) e Singer (1977).

Dado esse contexto e a constatação de uma desigualdade intraurbana relacionada ao local de moradia de parte considerável da população de Limeira, o presente trabalho procura investigar se esta desigualdade pode ser observada também através da distribuição dos equipamentos comunitários públicos pela mancha urbana do município. Para responder o questionamento, o segundo capítulo realiza o levantamento, apresentando a análise da existência e da disposição dos equipamentos comunitários públicos de educação, saúde e assistência social pelo espaço urbano de Limeira, com a finalidade de sistematizar os bairros ou regiões gerais com baixa, ou nenhuma presença destas infraestruturas públicas urbanas.

CAPÍTULO II: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LIMEIRA

2.1: DEFINIÇÃO E RELEVÂNCIA

Cortés Torres (1992, p. 23) define os equipamentos comunitários como espaços e edifícios puramente públicos, destinados ao suporte material para prestação dos serviços básicos de saúde, educação, recreação, esportes, entre outros. Estas infraestruturas constituem os componentes físicos básicos para a existência de um bairro ou de uma cidade; ou seja, permitem a plena realização da vida de uma população.

Recorrendo às legislações para defini-lo, a Lei Federal nº 6.766/1979, no Capítulo II: “Dos requisitos urbanísticos para loteamento”, expressa em seus artigos 4º e 5º:

Artigo 4º § 2º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.
Artigo 5º - O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa "non aedificandi" destinada a equipamentos urbanos (BRASIL, 1979).

O Decreto Federal nº 7.341/2010, em seu artigo 2º, § 2º, dispõe que:

Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres (BRASIL, 2010).

Milton Santos (2020, p. 18) defende que o Estado deve conseguir atribuir a todos os habitantes de um território aqueles bens e serviços indispensáveis, independente da localidade da pessoa. Também deve promover a adequada gestão deste território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos sejam assegurados. O geógrafo está em consonância com a própria Constituição Federal de 1988, no seu artigo 182, “Da Política Urbana”, o qual expressa que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal (...) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988).

O bem-estar da população está intrinsicamente relacionado com seus direitos inalienáveis, que são, também, entre outros, a educação, saúde, cultura, o lazer, a segurança e a moradia. Prover o indivíduo dessas condições indispensáveis a uma vida sadia é um dever da sociedade e um direito do indivíduo (SANTOS, 2020, p. 124), os quais são alcançados não somente, mas também, através dos equipamentos comunitários públicos. Estes são traduzidos pelos hospitais, unidades básicas de saúde, escolas, creches, bibliotecas, parques e praças, centros de assistência social, museus e teatros, cujo objetivo é prover e satisfazer as necessidades básicas da população, com o intuito de garantir a sobrevivência digna e elevar a qualidade de vida das pessoas residentes em uma região e na cidade como um todo.

Os equipamentos comunitários também são relevantes ao se defrontar com a pobreza, posto que as abordagens mais recentes que discutem a superação da miséria apresentam uma perspectiva intersetorial, incluindo e considerando diversos grupos de variáveis e necessidades. A mesma não é mais analisada somente sob o escopo econômico e monetário – relacionado ao valor mínimo para subsistência de um indivíduo –, mas consideram-se outras necessidades humanas, como atendimento à saúde, educação, o acesso à cultura, e ao transporte público (ROCHA, 2006; CODES, 2008), fomentados através dos equipamentos¹³. Estes instrumentos significam, portanto, além do atendimento às necessidades básicas, uma forma de combate à pobreza e de sua reprodução por outras gerações, ao prover os indivíduos com atendimentos e possibilidades, potencializados ainda caso incluídos também em um arcabouço de outras políticas públicas.

Para além de um fator determinante de bem-estar social e de ordenação e estruturação dos aglomerados humanos, ressaltam-se, segundo Schäfer (2012, p. 33), os equipamentos comunitários também como articuladores das diferentes partes da cidade, e como locais importantes na esfera da coletividade, capazes de proporcionar uma intensa socialização e integração social, promovendo a importância e a afirmação espacial do espaço público.

Para a efetivação de seu potencial e de suas externalidades positivas, os equipamentos públicos devem estar situados em locais estratégicos no espaço

¹³ Codes (2008), Rocha (2006) e Santos (2013) são alguns dos autores que dissertam minuciosamente sobre as diversas facetas da pobreza.

urbano, dispostos de modo acessível e próximos dos indivíduos, nas mais diferentes regiões da localidade. Desta forma, é impossível imaginar uma cidadania concreta que dispense o componente territorial. O valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será dividida com aquele mínimo de dignidade que se impõe (SANTOS, 2020, p. 144).

Esta reflexão e preocupação com a questão espacial se justifica, pois há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Desta forma, e, em suma, uma política efetivamente redistributiva não pode, pois, prescindir do componente territorial (SANTOS, 2020, p. 141).

A existência de equipamentos urbanos é considerada como um importante fator de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico, bem como de organização territorial e estruturação interna dos aglomerados humanos; assim, a carência dos mesmos mostra as desigualdades sociais intraurbanas existentes (CORTÉS TORRES, 1992, p. 23, tradução nossa).

Ressalta-se que estarem localizados de modo acessível e próximos dos indivíduos, entretanto, não significa a existência de equipamentos comunitários públicos em todos os espaços. Jacobs (2011, p. 126-127) refuta a ideia das cidades e seus bairros sejam encarados e planejados como unidades autossuficientes e autônomas, pois este modelo desconsidera o fato dos indivíduos se deslocarem pela cidade e possuírem preferências por outros estabelecimentos que não aqueles de seu bairro. Assim, os equipamentos devem ser pensados e planejados com a finalidade de estarem acessíveis para a população, inclusive na proximidade geográfica, mas não necessariamente alocados em todos os distritos ou bairros do município. Os mesmos “não precisam proporcionar a seus moradores uma imitação da vida das vilas ou das cidades de pequeno porte, e desejar que isso aconteça é tão inútil quanto prejudicial” (JACOBS, 2011, p. 128).

O provimento de bem-estar e direitos, a participação na superação da pobreza, e o combate ao cenário de desigualdade territorial e de acesso são alguns dos fatores que ressaltam a importância dos equipamentos comunitários públicos e enfatizam a necessidade de um planejamento adequado na implementação e distribuição dessas estruturas na malha urbana, visto a relevância na vida dos cidadãos e suas relações sociais e físicas com o ambiente construído que os envolve.

No Brasil, todavia, observa-se que o acesso a estas diferentes políticas é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro (SANTOS, 2020, p. 139).

O crescimento demográfico acelerado no século XX aliado a políticas públicas excludentes e permissivas foram, em linhas gerais, os responsáveis pelo cenário de negação de direitos básicos à população, incluindo a inexistência ou impossibilidade de acesso aos equipamentos públicos (CANO, 2011a; SANTOS, 2013; SINGER, 1977). Soma-se, ainda, a falta de critérios no planejamento e na implantação dos equipamentos, e o direcionamento e alocação destes de acordo com os interesses das classes dominantes, e não conforme as necessidades do espaço (NEVES, 2015; VILLAÇA, 2011). Estes aspectos tornaram como característica do processo de urbanização brasileira a assimetria entre a localização e as condições sociais, fazendo do ambiente construído espaço privilegiado de expressão das desigualdades sociais (HUGHES, 2004, p. 94).

Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem (SANTOS, 2020, p. 59).

O próprio Governo Federal brasileiro, através do extinto Ministério das Cidades, na figura do ex-ministro Márcio Fortes, sinalizou a existência de problemas relacionados a segregação socioespacial, e às carências de equipamentos públicos em diversas localidades:

Bairros abastados que dispõem de áreas de lazer, equipamentos urbanos modernos coexistem com imensos bairros periféricos e favelas marcadas pela precariedade ou total ausência de infraestrutura (...). Durante muitos anos, somente as partes das cidades brasileiras que atraíam a atenção dos planejadores foram beneficiadas pelos serviços públicos e tiveram uma participação desproporcional dos orçamentos locais (CARVALHO, ROSSBACH, 2010).

Entendendo a conjuntura das cidades brasileiras, e com a finalidade de investigar se as desigualdades intraurbanas de Limeira podem ser observadas também através da distribuição dos equipamentos comunitários públicos pela mancha

urbana do município, busca-se, a seguir, realizar levantamento e estudar a disposição espacial dos mesmos pelo seu território.

2.2: METODOLOGIA

Como escopo de análise, foram selecionados equipamentos de três áreas de concentração: Educação, Saúde e Assistência Social, considerando e analisando a presença, distribuição e atendimento destas infraestruturas no espaço urbano do município. Não foram consideradas no estudo os conglomerados urbanos dispersos, devido sua diferente dinâmica e baixa densidade demográfica, e as localidades rurais da cidade de Limeira, em virtude das distintas especificidades deste meio, e sua pequena população em comparação com o total: no Censo de 2010 eram pouco mais de 8 mil habitantes em uma conjuntura histórica de decrescimento, conforme observado em D'Antona et al. (2012, p. 77).

Os procedimentos utilizados para atingir este objetivo foram desenvolvidos em três etapas: 1) levantamento dos dados, 2) tratamento e 3) transformação do material em mapas. No primeiro estágio, as informações foram coletadas através de fontes oficiais: para a área da educação, utilizou-se o site da Prefeitura Municipal e da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo; no caso da saúde e assistência social, através de pedidos de Lei de Acesso à Informação (LAI). A escolha por fontes oficiais ocorreu para evitar quaisquer equívocos com relação a informações imprecisas ou incorretas.

Na segunda etapa ocorreu o tratamento destes dados brutos. Através do *software Microsoft Excel*, os mesmos foram organizados em planilhas, e suas respectivas variáveis – nome, endereço, bairro, CEP – organizadas de modo a serem facilmente interpretadas e estarem à disposição para confecção dos mapas. O último estágio, de materialização dos dados em representações cartográficas, aconteceu em duas etapas: transformações das planilhas em arquivos de formato “kml”, através do site “*Google Earth*”, e, posteriormente, a transformação destes nos mapas definitivos, importando os arquivos gerados para o *software* de SIG *ArcGIS 10.8.1* em sua versão *ArcMap*, desenvolvido pelo *Environmental Systems Research Institute* (ESRI), e cedido e licenciado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

No *ArcMap* foram inseridos detalhes e elementos importantes, como a legenda, escala geométrica, rosa dos ventos, localização da área de estudo em relação ao município e suas divisas, e também a incorporação de dados do IBGE através das áreas de ponderação (AP)¹⁴ de Limeira. Os indicadores escolhidos foram o Rendimento Domiciliar, População segundo Raça e Cor, e Taxa de Trabalho Infantil, extraídos do Censo de 2010¹⁵, com a finalidade apresentar algumas características da localidade onde os equipamentos públicos se encontram, e servir de embasamento para a análise, tornando-a mais completa e precisa.

A escolha pela representação dos mesmos através das áreas de ponderação, que dividiu o espaço urbano da cidade em 6 regiões, aconteceu pela melhor adequação em relação ao tempo disponível para a pesquisa, e para padronização das representações e análises, visto que as informações sobre o trabalho infantil só estavam disponíveis por AP.

Ainda com a finalidade de se obter melhores respostas ao objetivo da tese e se aprofundar no escopo da localização e presença dos equipamentos, incorporou-se na pesquisa os raios de abrangência das infraestruturas públicas. Eles podem ser definidos como uma área abstrata em torno do equipamento público onde o mesmo deve atender e estar à disposição da sociedade. Em suma, significa a área que um equipamento urbano deve atender à população.

Os mesmos se apresentam como importantes instrumentos de análise para o objetivo central da tese, pois permitem um diagnóstico aprimorado: no lugar de analisar somente a distribuição, possibilitam observar também o espaço e população atendida pelo serviço, ou seja, a sua disponibilidade. Concomitantemente, mostram

¹⁴ Define-se Área de Ponderação (AP) como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. As áreas de ponderação são a menor unidade geográfica com possibilidade de obter representatividade estatística a partir das amostras dos Censos Demográficos; para o Censo de 2010, o IBGE estabeleceu que uma AP deveria ter, no mínimo, 400 domicílios ocupados na amostra. Em geral, Áreas de Ponderação são regiões dentro de municípios, e, por esta razão, permitem fazer análises intramunicipais (IBGE, 2022a).

¹⁵ Em virtude da não realização do Censo no ano de 2020, e posteriormente 2021, fruto de uma escolha política do governo Bolsonaro, foram utilizados dados do último Censo disponível, ou seja, informações 12 anos defasadas no momento da realização da pesquisa.

de maneira natural eventuais áreas desassistidas, observadas quando a mesma está fora de qualquer raio de abrangência¹⁶.

Os equipamentos possuem distintas áreas de influência, calculadas e estipuladas conforme as especificidades de cada estrutura e de cada município. Respeitando as singularidades de Limeira, os dados foram coletados através do seu Plano Diretor; quando indisponível no mesmo, se recorreu à literatura acadêmica, através da obra do LabCidade (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade) e do ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento), coordenado pela arquiteta e urbanista Raquel Rolnik. Os raios foram inseridos nas representações cartográficas também através do *software ArcMap*, no momento de elaboração dos mapas.

Figura 7: Raios de abrangência dos equipamentos analisados, e exemplo da representação

Equipamentos Comunitários Públicos	Raio de Abrangência	
Creches, Educação Infantil e Ensino Fundamental I	500 metros	
Ensino Fundamental II e Ensino Médio	800 metros	
Unidades Básicas de Saúde	2.000 metros	
Centros de Referência de Assistência Social	1.400 metros	

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Estas informações são apresentadas atreladas aos equipamentos comunitários públicos nos mapas e nas análises, formando uma abordagem integrada sobre a localização e disponibilidade dos equipamentos comunitários públicos pelo território e para a população. Ao total, somam 172 os equipamentos do estudo, representados em 20 mapas a seguir, e respeitando a ordem: educação, saúde e assistência social. Acompanham, no princípio de cada tópico, breve revisão da literatura sobre a política pública, bem como as informações das mesmas na cidade de estudo.

2.3: EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

A educação tem papel preponderante e notável para a formação e o desenvolvimento das sociedades. No Brasil, a mesma é um direito fundamental de

¹⁶ Apesar de aparente similaridade entre os assuntos, ressalta-se que os raios de abrangência e o presente estudo não abarcam a questão do acesso aos equipamentos comunitários.

natureza social, prevista no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, e também disposta no artigo 205 como um “direito de todos e dever do Estado e da família (...) visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). É no ambiente escolar onde acontecem os processos de aprendizagem e descobrimentos, o desenvolvimento motor, o amadurecimento intelectual, a socialização, e até a alimentação dos alunos. Ou seja, a existência e funcionamento destes estabelecimentos de ensino são fundamentais para a formação dos indivíduos e para toda a coletividade.

Os equipamentos urbanos de educação dividem-se no Brasil, principalmente, em instituições de atendimento infantil, escolas de ensino fundamental e médio. Há também escolas técnicas ou profissionalizantes e escolas especiais para portadores especiais (NEVES, 2015, p. 505). Na pesquisa, constatou-se que a cidade de Limeira possui equipamentos públicos de educação de responsabilidade Municipal e Estadual. As informações sobre estas infraestruturas (nome, funcionamento e localização) foram obtidas através de fontes oficiais: o endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo, no caso das escolas estaduais, e o endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Limeira para as escolas de responsabilidade municipal. Ambas fontes foram consultadas e tiveram as informações coletadas no mês de setembro de 2021.

Ao total, foram identificados 121 equipamentos públicos de educação, sendo considerados 113 para a pesquisa, uma vez que 8 destes estabelecimentos se localizam na área rural de Limeira. Do número total manipulado, são 29 as escolas estaduais – criadas, mantidas e administradas pela Secretaria de Estado da Educação e destinadas aos alunos do ensino fundamental II e ensino médio –, e 82 escolas municipais, divididas da seguinte forma: 28 Centros de educação Infantil (CI), destinadas a crianças de 0 a 3 anos; 07 Centros de Educação Infantil e Ensino Fundamental (CEIEF); 14 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI); 32 Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF); e 01 Escola Municipal de Ensino Supletivo (EMES), destinado ao público que, por algum motivo, interrompeu os estudos e não completou o processo de aprendizagem da educação básica.

No ano de 2020, estas instituições de ensino tinham matrículas 56.513 crianças e adolescentes, sendo 14.061 no ensino infantil, 32.239 no ensino fundamental e 10.213 matrículas no ensino médio. Dados dos Censos Escolares e do Censo de 2010 mostram que a demanda por vagas em escolas infantis, de ensino fundamental e de ensino médio, foi plenamente atendida na última década, ou seja, o número total demandado foi igual ao número total de matrículas efetuadas. No mesmo período, o percentual de crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola, em relação ao total da população nesta faixa etária, era de 94,5%, e a taxa de analfabetismo na população era de 3,99% (IBGE, 2021a; PCS, 2021).

Além destes espaços, o município ainda conta com 02 *campus* da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): o mais antigo abriga a Faculdade de Tecnologia (FT) e o Colégio Técnico de Limeira (COTIL), e o mais recente, inaugurado em 2009, abriga a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA). Ambos espaços foram considerados para a pesquisa como equipamentos comunitários públicos de educação, dada sua importância social e seu caráter público e popular – abertos para a população e com projetos de extensão que visam a integração universidade-população, como o cinema “Cine Vagalume” na Faculdade de Ciências Aplicadas, uma sala de cinema com sua programação semanal de filmes e documentários aberta para toda população, e que também recebe visitas de escolas municipais e de diversos grupos da cidade.

Estes 113 espaços públicos de educação devem estar dispostos no território de modo que a demanda da população seja atendida, e de preferência, em uma distância apropriada de sua região de ponto de partida. Neves (2015, p. 504) discorre que para tornar a implantação de equipamentos urbanos comunitários mais eficientes em termos de cobertura da população e valorização do espaço urbano, faz-se necessário um planejamento criterioso na implantação desses equipamentos. Para o estudo desta localização, os raios de abrangência consistem em importante elemento para auxiliar na análise da posição e, principalmente, do atendimento dos equipamentos.

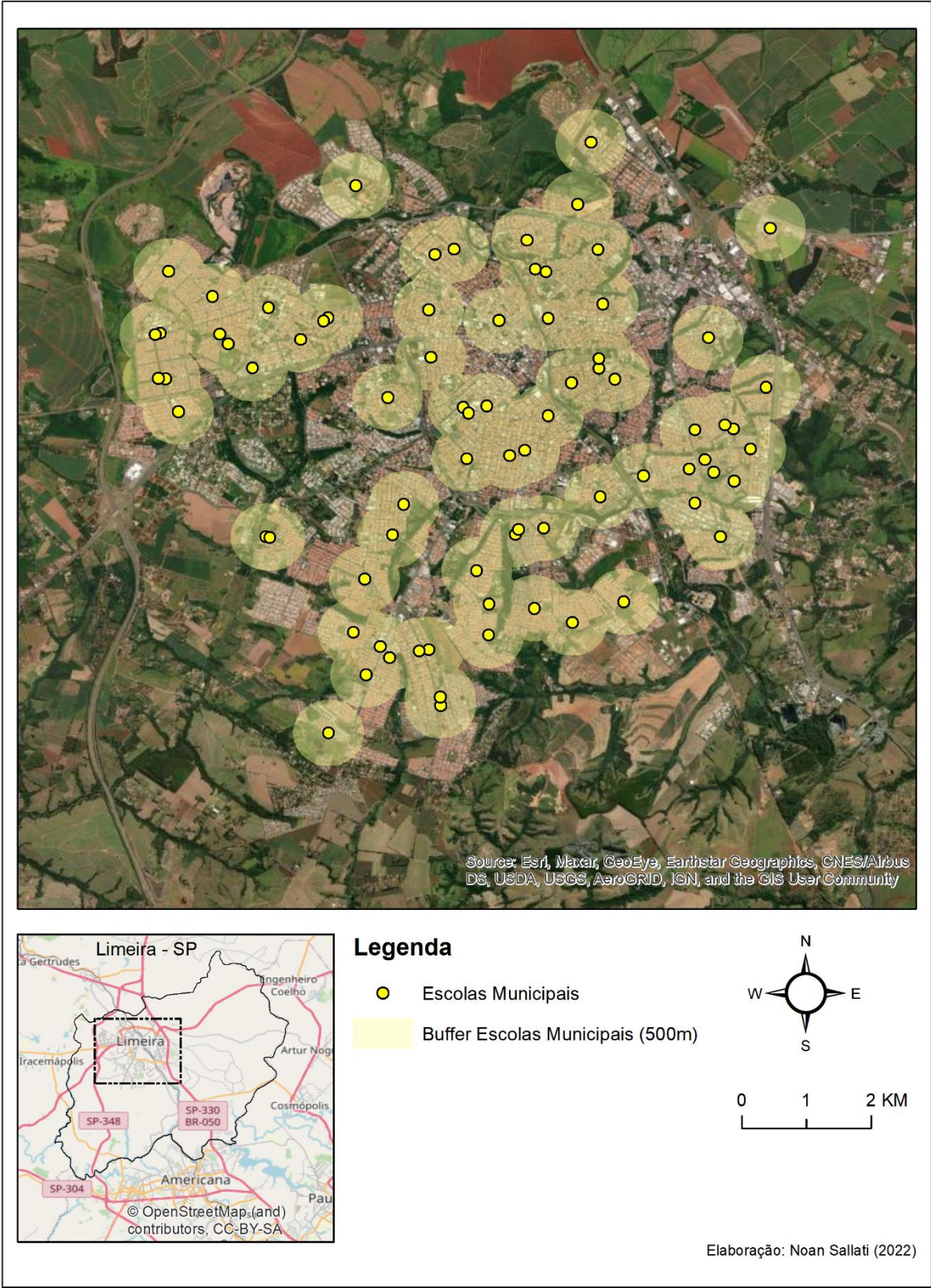
Neste sentido, o Plano Diretor de Limeira, através dos artigos 104 e 105, delimita para as escolas de educação infantil e ensino fundamental I (CIs, CEIEFs, EMEIs e EMEIEFs) o raio de abrangência de 500 metros, e para as escolas de ensino fundamental II e ensino médio (EEs), 800 metros. Para as universidades optou-se pela

não utilização da ferramenta, em virtude de sua abrangência possuir um caráter regional e não somente local, como os outros estabelecimentos de educação.

Estas metragens são formuladas de modo a auxiliar a gestão municipal no planejamento e no panorama da cobertura pelo seu território. Presume-se que, quanto maior for a área de cobertura pelas áreas de influência, melhor uma cidade está equipada de equipamentos comunitários.

A primeira análise aborda as escolas municipais – responsáveis pela tutela e educação das crianças de zero a dez anos, através da Educação Infantil e Ensino Fundamental I –, e que possui sua abrangência delimitada em 500 metros.

Figura 8: Localização e raios de abrangência das Escolas Municipais na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O mapa demonstra como as escolas de responsabilidade municipal estão distribuídas na área de estudo de Limeira. No primeiro contato com a representação, logo percebe-se que as mesmas estão dispostas de modo a não cobrirem toda a mancha urbana da cidade. Alguns de seus gargalos na cobertura são parte das extremidades da região sudoeste, sul e sudeste do território; estes três espaços, na franja do tecido urbano, se assemelham por ter uma constituição mais recente em comparação com outras localidades do espaço urbano. Outro ponto de ausência destes equipamentos é uma espécie de “corredor” que se inicia no vetor sul e se estende até o leste limeirense; essa região não foi constituída recentemente, como no caso anterior, mas se assemelha por possuir em sua extensão um zoneamento residencial.

A região nordeste da mancha urbana é caracterizada pela existência de numerosos estabelecimentos comerciais, e, principalmente, industriais; mas, na imagem de satélite do mapa, também é possível observar que existem alguns trechos residenciais desassistidos pela oferta do ensino infantil e fundamental I.

As regiões norte e oeste possuem nitidamente grandes trechos sem cobertura de escolas municipais. Entretanto, ambas possuem particularidades diferentes do restante do território: a existência de conglomerados de condomínios residenciais fechados, que privatizam consideráveis porções do território e, além da segregação e destituição do espaço público, se caracterizam por possuírem como moradores uma população que em linhas gerais usufrui de serviços privados de educação e se locomovem pelo espaço urbano com facilidade em decorrência da posse de veículos particulares – não sendo, desta maneira, necessária e prioritária a cobertura de escolas municipais por estas regiões específicas.

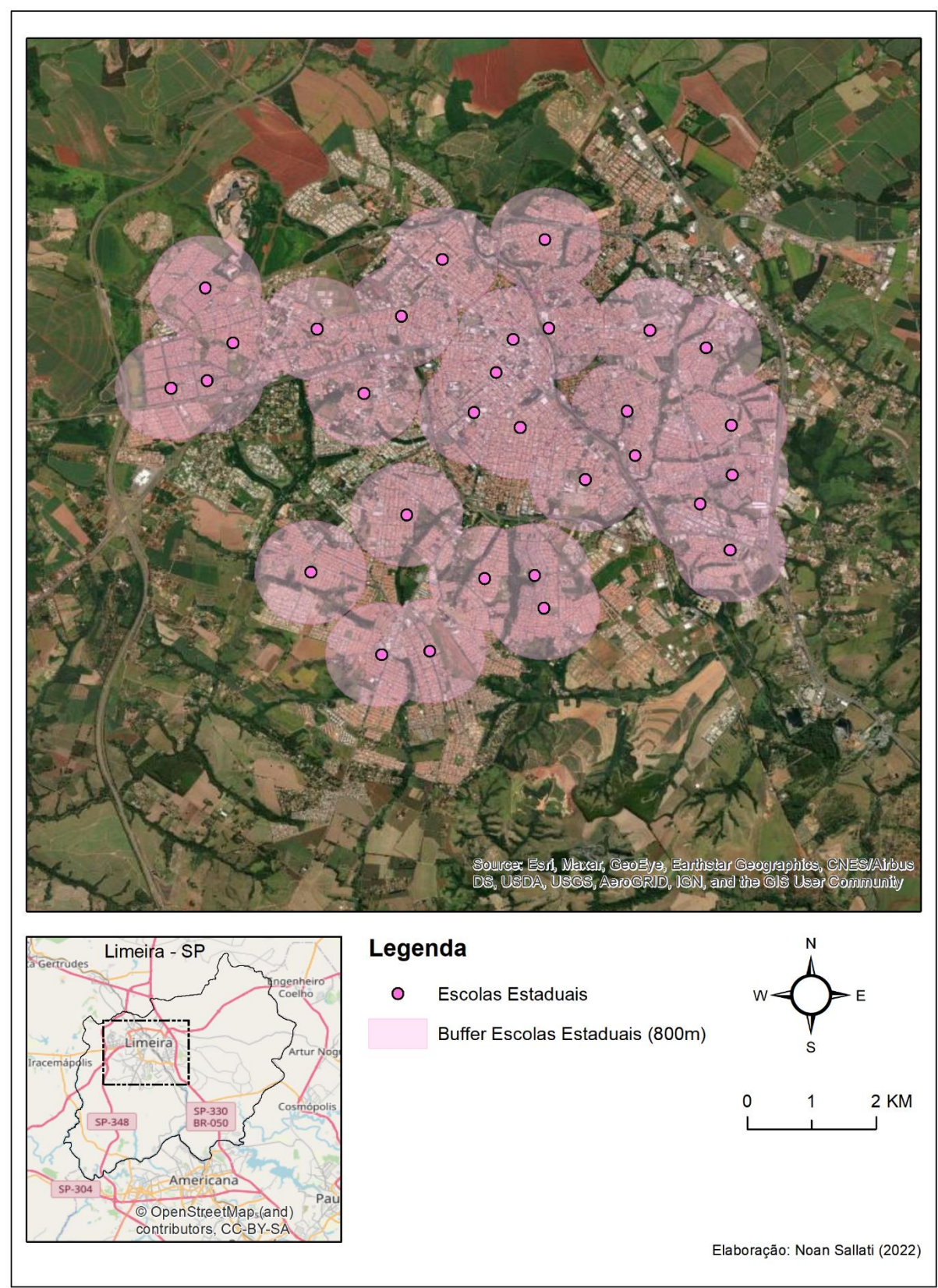
Em suma, é evidente a existência de diversos pontos que não são atendidos pelos equipamentos de educação de responsabilidade municipal, seja nas franjas do município, ou mesmo no interior de sua malha urbana, próximos de bairros residenciais. Esta desassistência significa, na prática, a necessidade de um deslocamento maior do que o recomendado e estabelecido em Lei, pelo Plano Diretor, para que o direito à educação seja realizado.

A ausência da cobertura das escolas é maléfica para a sociedade como um todo; entretanto, os equipamentos municipais possuem uma particularidade delicada,

isso, pois alguns destes raios de abrangência se referem a creches. A desassistência ou distância deste equipamento representa um problema com gênero e renda definida: mulheres-mães de renda domiciliar não elevada, e que dependem do serviço público para o desenvolvimento e tutela de seus recém-nascidos. Na carência ou insuficiência destes equipamentos, se atrasam para o trabalho em virtude do deslocamento, ou são obrigadas a deixar suas crianças com parentes, amigos, vizinhos, e não raro, irmãos também menores de idade. Trata-se de situação que aflige estratos sociais específicos e pode resultar em condições de aprendizado e desenvolvimento aquém do desejado, além da evidente falta de comodidade e eficiência que a cidade deveria oferecer aos seus cidadãos.

Apresenta-se, com a figura 9, o panorama das escolas estaduais, responsáveis pela mentoria e apoio de crianças e adolescentes com idade entre 11 e 17 anos.

Figura 9: Localização e raios de abrangência das Escolas Estaduais na mancha urbana de Limeira



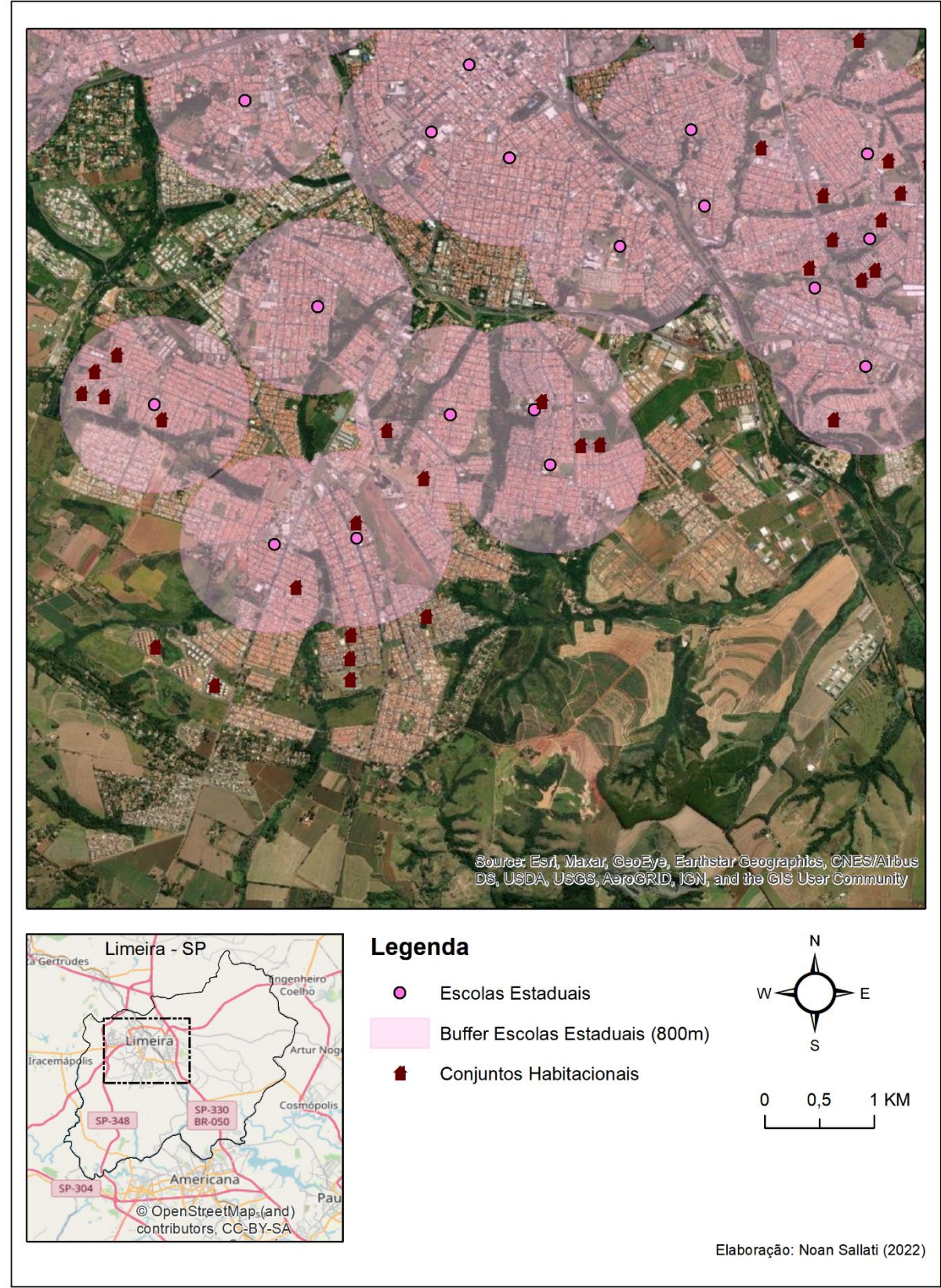
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A representação cartográfica expõe como as escolas de responsabilidade estadual estão distribuídas na área de estudo de Limeira. A figura revela imediatamente uma desigualdade na distribuição das escolas pelo território: a “metade” norte do espaço urbano de Limeira está nitidamente mais coberta pelas escolas de ensino fundamental II e ensino médio em relação à parte sul, seja pela ótica do número de estabelecimentos, ou de cobertura através do raio de abrangência de 800 metros. Neste recorte, as únicas ausências de provisão são o extremo noroeste da mancha urbana, com o Bairro Geada, fruto de um conjunto habitacional inaugurado no ano de 2014 e que até o tempo corrente não possui nenhuma cobertura destes equipamentos, assim como se observou para as escolas municipais; e também o setor nordeste, com considerável faixa também sem cobertura, e o extremo norte, local quase predominado por condomínios fechados.

No traçado sul, abaixo do centro consolidado, observa-se inúmeras defasagens no atendimento à população, especialmente ao sul e a sudeste da mancha. O vetor oeste possui substancial faixa desamparada em virtude da já citada existência de inúmeros aglomerados de condomínios residenciais fechados.

No entanto, entre os espaços notados, um deles deve ser alvo de maior preocupação da Administração Pública Municipal: o extremo sul. Além de possuir considerável metragem sem cobertura destes equipamentos, há, nesta região da cidade, a existência de conjuntos residenciais destinados à população de menor poder aquisitivo.

Figura 10: Localização e raios de abrangência das Escolas Estaduais no extremo sul da mancha urbana de Limeira

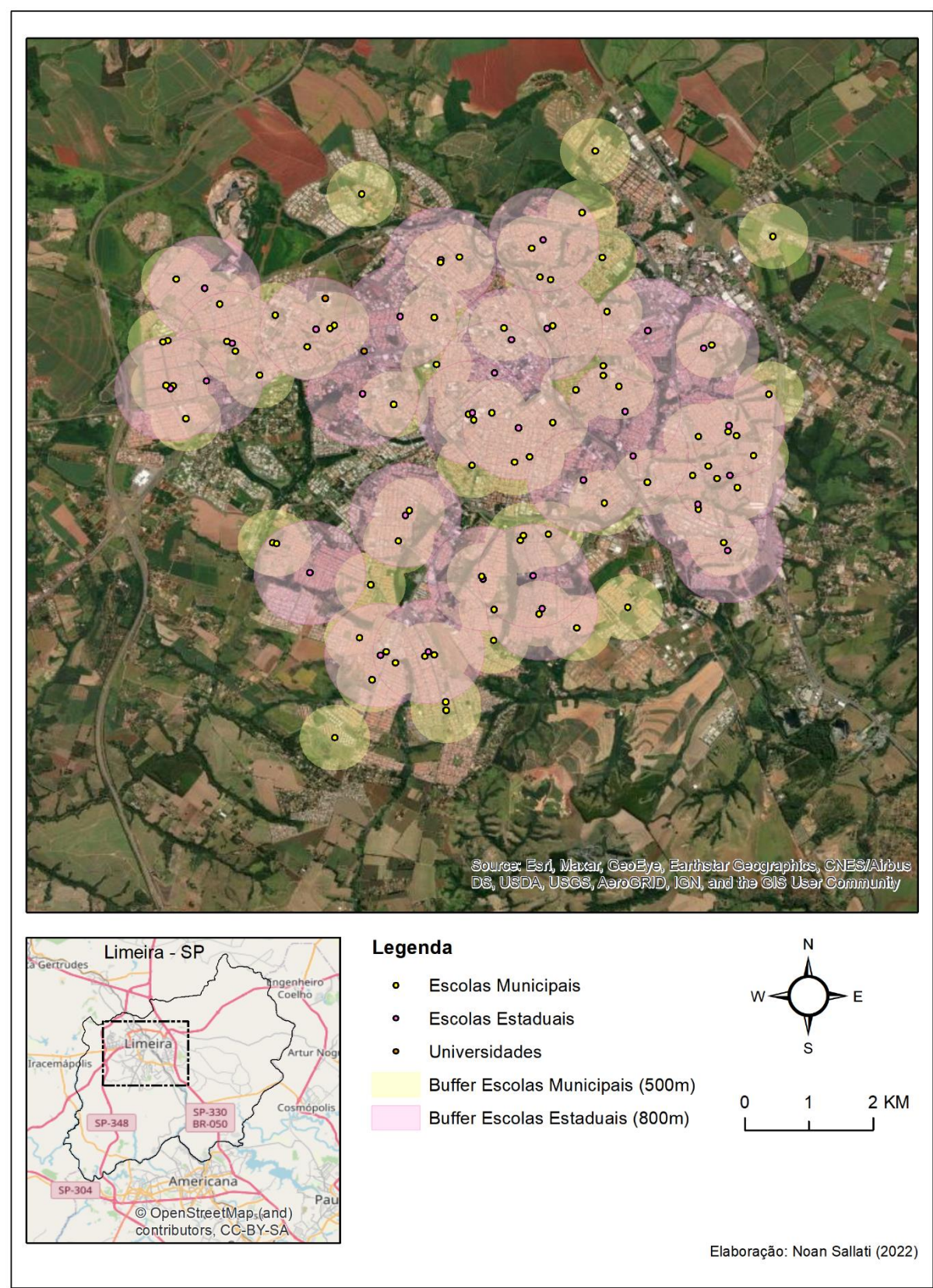


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Com a sobreposição dos conjuntos às escolas estaduais, verifica-se seis destes núcleos habitacionais desatendidos. Os dois situados à esquerda da representação cartográfica são os Residenciais Rubi, últimos conjuntos inaugurados pelo poder público municipal, no ano de 2017, e que se situam consideravelmente afastados até mesmo dos raios de abrangência da escola mais próxima. Por estes empreendimentos serem muitas vezes locais de moradia de pessoas em situação de possível vulnerabilidade, é inoportuno a existência dos mesmos distantes de equipamentos comunitários públicos, como reparado para este caso da educação.

Avançando nas análises, a representação cartográfica abaixo mostra a disposição de todos os equipamentos comunitários de educação citados e estudados no presente trabalho.

Figura 11: Localização e raios de abrangência dos equipamentos comunitários públicos de Educação na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Com a união das escolas municipais e estaduais e seus respectivos raios de abrangência, constata-se uma cobertura razoável do espaço urbano de Limeira com os equipamentos e suas áreas de influência. A ressalva a se realizar, entretanto, é a mesma dos dois diagnósticos anteriores: a persistência da ausência dos mesmos no extremo noroeste, com o bairro Geada, no extremo sul, e em pequena porção residencial do nordeste urbanizado do município. A administração pública municipal deve efetuar um planejamento de modo a prover atendimento a estes lugares desassistidos, respeitando a demanda dos seus habitantes, bem como os seus direitos fundamentais.

2.4: EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

A saúde pública tem função vital para a qualidade de vida e para a promoção da segurança da população; trata-se de uma das maiores responsabilidades e políticas públicas do Estado, em qualquer uma das suas esferas. A mesma, além de também ser um direito fundamental de natureza social, é, segundo a Constituição, em seu artigo 196, um direito de todos e dever do Estado, “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Prover saúde pública de qualidade significa garantir um dos elementos básicos para sobrevivência dos indivíduos, visando não somente a ausência da doença, mas o completo bem-estar físico, mental e social, e também assegurar o respeito e a dignidade de cada cidadão que integra e constrói a sociedade brasileira. Dentro deste cenário, os equipamentos públicos de saúde têm função vital e possuem importância ímpar em todo o contexto social, pois são os locais de atendimento e prestação de serviços aos indivíduos, e representam a universalidade do sistema de saúde. Por isso, os mesmos devem ser distribuídos pelo poder público de forma planejada e descentralizada no território, garantindo e promovendo o atendimento de todos os cidadãos que demandarem dos serviços.

O arcabouço da saúde pública brasileiro é complexo e está atribuído e englobado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o qual possui diversos objetivos e

responsabilidades – organizados pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 –, e, consequentemente, variadas estruturas e equipamentos:

Hospitais, laboratórios, consultórios, clínicas, centros e postos de saúde são estabelecimentos onde se prestam serviços de saúde e se realizam ações de saúde. Existem, ainda, indústrias farmacêuticas, de equipamentos, vacinas, material médico-cirúrgico e meios diagnósticos (...) e instituições públicas responsáveis pela gestão, como o Ministério da Saúde e as secretarias estaduais e municipais. Uma parte dessas organizações presta serviços de saúde, e a outra produz bens, como medicamentos, vacinas e equipamentos (PAIM, 2015, p. 11).

Em meio a complexidade e possibilidades do Sistema Único de Saúde brasileiro, serão analisados no estudo somente os equipamentos comunitários públicos de saúde destinados ao atendimento médico da população. Em Limeira, os mesmos são representados, principalmente, pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS)¹⁷ e pelos hospitais públicos. As informações sobre estas infraestruturas (nome, funcionamento e localização) foram obtidas através da ferramenta de Lei de Acesso à Informação (LAI), protocolada via endereço eletrônico no mês de maio de 2021, e que originou o Processo Administrativo nº 23.601/2021¹⁸.

Dentro da delimitação da pesquisa, constatou-se, em Limeira, a existência de 37 equipamentos comunitários públicos de saúde; deste total, 03 estão situados na área rural, portanto, não foram considerados, conservando-se 34 equipamentos para análise.

Na atenção primária, o município dispõe de 30 Unidades Básicas de Saúde localizadas em sua área urbana. As UBS têm o objetivo de ser a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), e atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhamento para hospitais (BRASIL, 2013). Nestes locais, os principais serviços oferecidos são consultas médicas e tratamentos odontológicos (a depender do oferecimento do município),

¹⁷ Apesar de existirem diferentes nomenclaturas para os postos de atendimento, como, por exemplo, Centro de Saúde da Família (CSF), Estratégia Saúde da Família (ESF), a Prefeitura Municipal de Limeira denominou todos de “Unidades Básicas de Saúde” (UBS) no documento obtido através da Lei de Acesso à Informação; portanto, utilizou-se, na pesquisa, o mesmo termo das fontes oficiais.

¹⁸ As únicas informações não oriundas da LAI é a existência da UPA “Dr. Joaquim Nogueira da Cruz Neto”, localizada no Parque Res. Abílio Pedro, e da Unidade Básica “Ambulatório de Especialidades Dr. Hélio Márcio Mamede”, localizado no Residencial Rubi. Ambos locais não constavam nas informações da prefeitura, e foram adicionados à pesquisa após identificação no endereço eletrônico oficial do município.

além de curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica (BRASIL, 2013).

O SUS, organizado em função da complexidade dos seus atendimentos, tem como porta de entrada e eixo orientador do sistema a chamada Atenção Básica ou Atenção Primária, que se caracteriza por um conjunto de ações que englobam a promoção e a proteção da saúde, individual e coletiva, atuando no tratamento, na prevenção, no diagnóstico e na manutenção da saúde. Neste eixo, estão as Unidades Básicas de Saúde (mais conhecidas como postos de saúde) (...). Os serviços constantes desse nível de atenção à saúde abrangem importantes programas, com destaque para o Saúde da Família, que atua através de uma equipe multiprofissional nas áreas de promoção de saúde de grupos específicos (Criança, Mulher, Idoso), controle e acompanhamento de doenças crônicas e saúde bucal (COBO; CRUZ; DICK, 2021, p. 4023).

O serviço de média complexidade no município é composto por uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), com atendimento 24 horas durante todos os dias da semana, e pelo SAMU, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que tem como objetivo a locomoção rápida à vítima após ocorrência de situações de urgência ou emergência. O atendimento de média e alta complexidade é realizado por dois hospitais públicos: o Complexo Irmandade Santa Casa de Misericórdia Limeira, e o Hospital Sociedade Operária Humanitária Limeira.

No que se refere a localização dos Equipamentos Públicos de Saúde (EPS) pelo território, Goudard, Oliveira e Gerente (2015, p. 16) apontam que a implementação das UBS deve ser planejada de modo a estarem localizadas o mais perto possível da demanda, e que diversos fatores influenciam em sua localização, entre os quais ressaltam-se: oferta existente, demanda, renda da população, e distância entre a oferta e demanda¹⁹. Ainda segundo os autores, os serviços de emergência possuem outra lógica: a priorização do tempo de resposta. Constrói-se, deste modo, o conhecimento de que as unidades de atenção primária à saúde devem se situar descentralizadas pelo espaço urbano, e os serviços hospitalares em regiões centrais do território, devido à facilidade de acesso e transporte.

Sobre o atendimento dos EPS em Limeira, o Plano Diretor da cidade, em seu artigo 109, afirma que os equipamentos comunitários públicos destinados a prestar

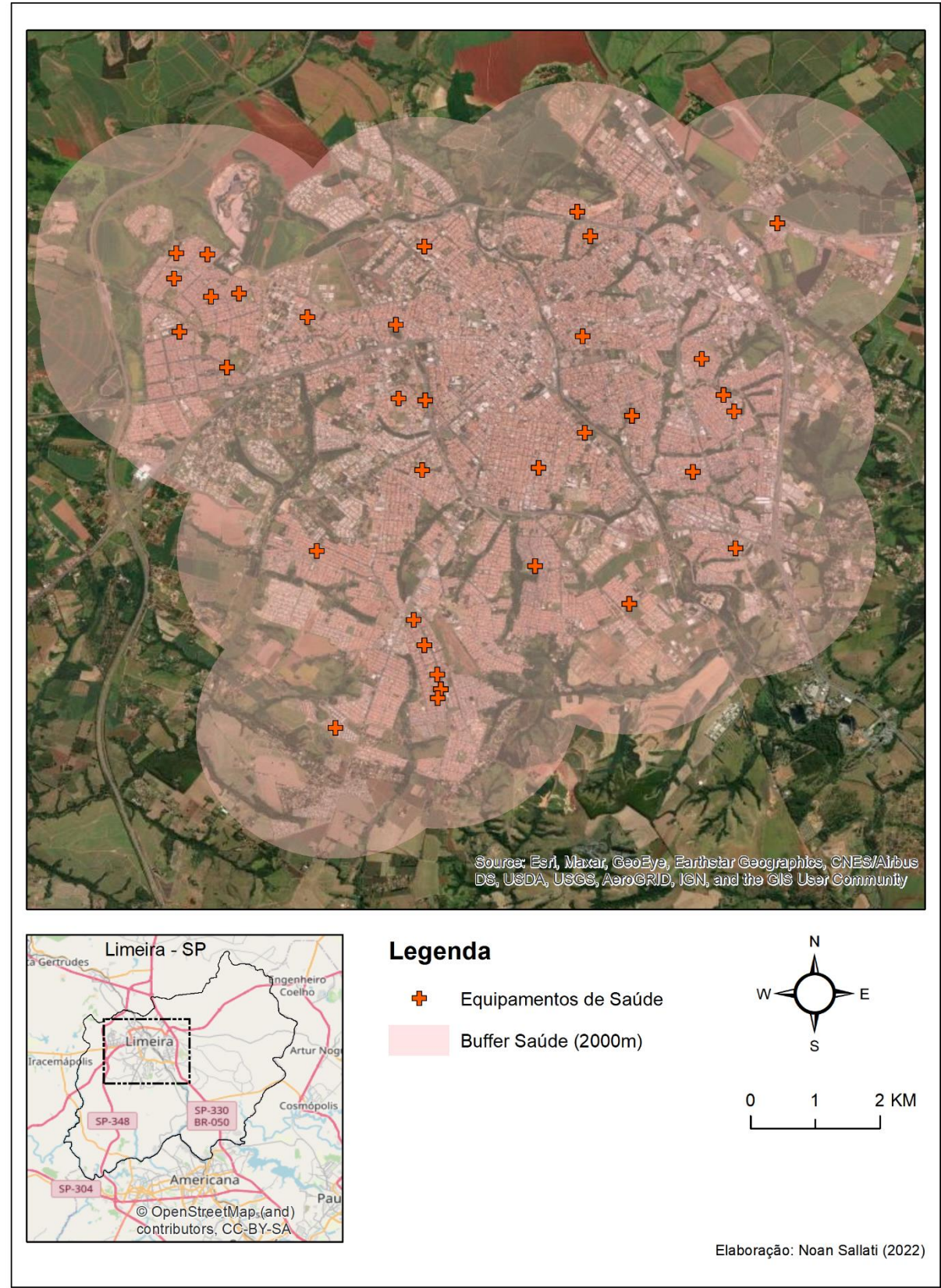
¹⁹ A decisão de implantação de uma Unidade Básica de Saúde é originada também por outros fatores, como as taxas de natalidade e mortalidade, densidade populacional e informações epidemiológicas próprias de cada localidade, conforme descrevem Goudard, Oliveira e Gerente (2015), e Neves (2015a). Todavia, para o escopo utilizado, de localização e atendimento, bastam as informações colocadas no corpo do texto.

atendimento básico à população possui um raio de influência de 2.000 metros²⁰. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e os dois complexos hospitalares não são delimitados por estes raios de abrangência, pois, além de se classificarem como equipamentos de média e alta complexidade, ambos possuem na sua influência um caráter regional, e não somente local; desta forma, nas representações cartográficas, estes equipamentos estão inseridos nos mapas, mas sem os raios de abrangência – utilizando o mesmo princípio e metodologia aplicados no caso das Universidades.

A figura 12, abaixo, demonstra como estão dispostos os equipamentos comunitários públicos de saúde e seus raios de atendimento na mancha urbana do município.

²⁰ Como curiosidade, para além deste raio de abrangência delimitado por uma metragem, em conversas informais com pesquisadores e gestores da saúde, a questão da medida foi repassada de outra forma: estes equipamentos comunitários devem se situar, no máximo, a 30 minutos de caminhada do ponto de partida de um indivíduo. Rolnik (2014), no que lhe concerne, delimita esse tempo de deslocamento em 20 minutos a pé ou 30 minutos se locomovendo com transporte público.

Figura 12: Localização e raios de abrangência dos equipamentos comunitários públicos de Saúde na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Realizando breve análise da localização, verificam-se os equipamentos comunitários razoavelmente espalhados pela mancha urbana de Limeira. Seus dois hospitais públicos estão situados próximos ao centro urbano consolidado, assim como o SAMU, e sua Unidade de Pronto Atendimento e as 30 Unidades Básicas de Saúde estão espalhadas pelos bairros, cumprindo sua premissa de estarem descentralizados. Estes equipamentos da atenção primária apresentam concentração maior nos vetores sul e noroeste; essa última região, apesar de possuir 8 equipamentos de saúde, não tem nenhum alocado no bairro Geada, fato também observado quando analisadas as Escolas Municipais e Estaduais.

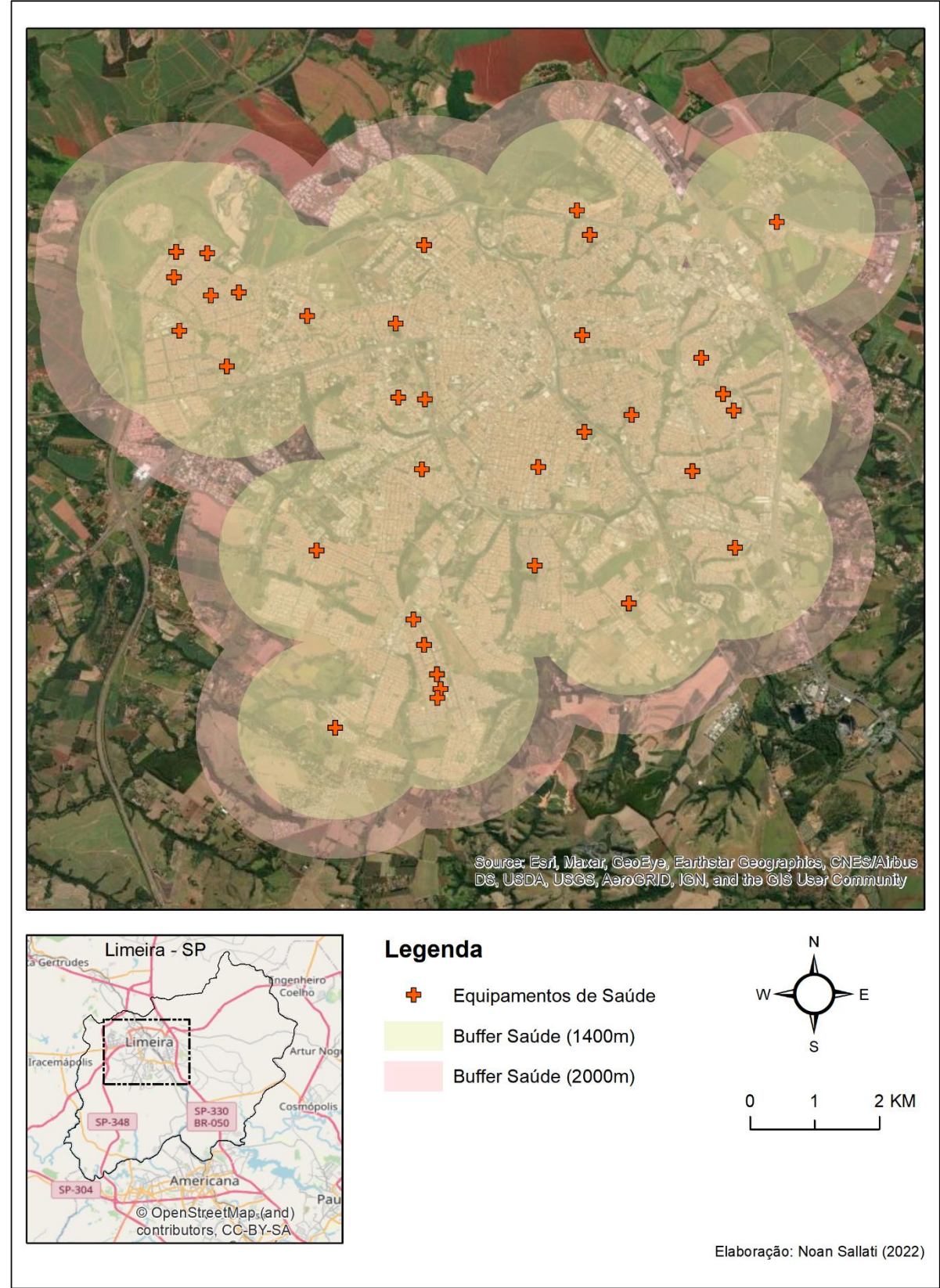
No que tange ao atendimento, representado através dos raios de abrangência, o mapa expõe, em suma, que na teoria praticamente toda a área urbana objeto de estudo está contemplada e atendida pelos equipamentos comunitários públicos de saúde. A exceção seria algumas poucas unidades residenciais ao extremo norte e ao extremo oeste do espaço urbano.

Este fato é possível pois, além de Limeira possuir mais de três dezenas de equipamentos públicos de saúde, os seus raios de abrangência são delimitados pelo Plano Diretor com uma distância de 2.000 metros, um valor considerável, principalmente quando o relacionamos com a área urbanizada do município e na comparação com outros tamanhos encontrados na literatura.

Apresentada essa dimensão de dois quilômetros e seu efeito de envolver por inteiro a mancha urbana estudada, foi produzido outra representação cartográfica com raio de influência menor, de 1.400 metros, utilizando como fonte um estudo de produção do LabCidade e do ITDP Brasil, coordenado por Rolnik (2014).

No mapa, o raio de 2.000 metros, em vermelho, é sobreposto pelo raio de 1.400 metros, em amarelo, para ser possível uma comparação entre ambos cenários.

Figura 13: Contraposição dos raios de abrangência dos equipamentos comunitários públicos de Saúde, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A apuração demonstra que, mesmo com um raio de abrangência 600 metros menor do que o delimitado pelo Plano Diretor, a mancha urbana de Limeira continua, em sua maioria, ainda coberta pelo atendimento dos EPS. Contudo, essa comparação hipotética demonstra dois fatos sobre o atendimento: novas áreas descobertas pelos serviços, especialmente os condomínios fechados a oeste e norte da municipalidade; e a necessidade de construção de novas unidades quando houver expansão urbana nos loteamentos situados nas franjas da cidade, pois, com o atendimento que o raio de 1.400 metros proporciona, novos empreendimentos no espaço urbano ficariam desatendidos por esta política pública.

Este raio originado da literatura não é o foco central da análise, uma vez que a pesquisa utiliza os valores oriundos do Plano Diretor no município. Mas, os mesmos possuem relevância para mostrar possíveis pontos de estrangulamento dos raios de 2.000 metros, considerando que uma área de influência menor signifique, teoricamente, um atendimento mais qualificado dos equipamentos comunitários, em virtude da redução de sua demanda.

Ademais, torna-se importante ressaltar que a área de influência não é garantia de atendimento e acesso a determinado equipamento público (seja de saúde ou qualquer outra especificidade), pois existem particularidades nas cidades que não visíveis ou facilmente percebidas nos mapas, e que podem afetar a chegada e o acolhimento do cidadão, como, por exemplo, o relevo, a falta de acessibilidade, o cruzamento de avenidas ou rodovias e outras questões de transporte²¹.

Os EPS têm função vital para a qualidade de vida e para a promoção da segurança e bem-estar da população. Goudard, Oliveira e Gerente (2015, p. 16) reconhecem essa valia e ressaltam a importância do planejamento, que deve promover o atendimento satisfatório da demanda populacional, bem como sua eficiente localização, distribuição espacial e abrangência no atendimento. Limeira, sobre o escopo da distribuição e suporte pelo seu território urbano, cumpre razoavelmente bem este objetivo, mas, não deixando de destacar alguns pontos

²¹ A UBS mais ao sul do vetor noroeste, e a unidade mais à esquerda da região oeste/sudoeste são dois exemplos práticos dessa questão. A primeira tem seu raio de abrangência “atravessado” pela Rodovia Dr. João Mendes da Silva Júnior; e a segunda, por ser o único ponto de atendimento em um contorno considerável, sofre com questões relativas ao acesso e acessibilidade, como, por exemplo, possuir uma área de vegetação horizontal grande no caminho até seu endereço, forçando moradores a se deslocarem por mais metros e por outras vias para serem acolhidos pela unidade.

importantes citados, como o tamanho considerável de seu raio e algumas localidades que não contam com unidades de saúde, somente com sua área de influência.

2.5: EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social, assim como a educação e a saúde, também é uma obrigação do Estado e um direito previsto a todos os brasileiros e residentes no país. Esse *status* foi garantido somente através da Constituição Federal de 1988, que, além de sua institucionalização, ainda a incluiu no rol da seguridade social não contributiva, universal e de caráter democrático e descentralizado, e foi importante instrumento de definição de seu arcabouço²²:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

A assistência social é uma política pública que lida, por definição, com situações e indivíduos potencialmente ou em condições de vulnerabilidade social. A mesma está estruturada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil, e tem como objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2019).

O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. No SUAS também há a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados

²² A Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, também conhecida como Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em seu art. 2º, discorre mais detalhadamente sobre os objetivos da assistência social, bem como expande e esmiúça o que foi previsto anteriormente na Constituição Federal.

a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade (BRASIL, 2019).

No município de Limeira, estes cuidados são ofertados através de 25 equipamentos comunitários públicos, todos presentes na área urbana do município. As informações sobre estas infraestruturas (nome, funcionamento, responsabilidades e localização) foram obtidas através da ferramenta de Lei de Acesso à Informação (LAI), protocolada via endereço eletrônico no mês de janeiro de 2022, e que originou o Processo Administrativo nº 1.540/2022. O poder executivo local atua na política de assistência social através do Centro de Promoção Social Municipal (CEPROSOM), uma autarquia com personalidade jurídica, e não através de Secretarias, como ocorre com a Educação e Saúde.

O suporte da Proteção Social Básica, cujo objetivo é prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e desenvolver ações protetivas, preventivas e proativas (CNJ, 2019) são realizados por 18 equipamentos: 06 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – principal modo de ingresso do sistema e responsável pela estruturação e oferta de serviços de proteção social básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social –, e 12 Centros Comunitários, locais que não são de uso exclusivo do CEPROSOM e também recebem outras atividades do município, como, por exemplo, a prática de esportes.

Para Proteção Social Especial, o município conta com 07 equipamentos comunitários: o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) – local capacitado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, e por violação de direitos que já tenham ocorrido –; 02 espaços especializados no atendimento à população em situação de rua: o Centro POP e a Casa de Convivência, os quais oferecem acesso a benefícios, serviços e aos direitos sociais, civis e políticos; além do Centro de Acolhida e Casa da Mulher Vítima de Violência, e 02 equipamentos destinados à promoção de inclusão, autonomia e independência de deficientes visuais e auditivos. Tratam-se de locais que oferecem serviços de média e alta complexidade

da assistência social e que são importantes para garantia de direitos e dignidade a indivíduos expostos à situação de fragilidade e precariedade²³.

Figura 14: Responsabilidades e serviços oferecidos pela política de Assistência Social

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade	1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade	6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: MDS (2013).

Os equipamentos comunitários públicos da assistência social possuem na sua localização um fator determinante nas políticas públicas e no trabalho dos servidores. Essa relevância é explicada, pois a assistência social atua de modo integrada e ativa no território: além de ser local com atendimento passivo, onde a população pode se encaminhar para ser atendida, os equipamentos contam com equipes de servidores que realizam visitas domiciliares a famílias localizadas geograficamente próximas, atuam coletando e organizando informações sobre as realidades, deficiências e características daquele território, e, após a atividade, elaboram um panorama com

²³ Além destas unidades, ressalta-se que Limeira ainda possui 21 Organizações da Sociedade Civil (OSCs), entidades de direito privado e fins públicos, que prestam serviços e realizam projetos e programas no município. Entretanto, estes locais não foram considerados no estudo, primeiramente pelo fato de não serem equipamentos comunitários públicos, e por motivos como não realizarem o mesmo trabalho da assistência social, como buscas ativas, concessão de benefícios, cadastros em políticas públicas, por não serem locais abertos ao atendimento da população – necessitando de agendamento prévio –, e pelo fato de muitos resumirem suas atividades em filantropia. Diante de expressivas divergências com o objeto de estudo, os mesmos não foram considerados.

estas informações e atuam diretamente com as famílias e indivíduos mais suscetíveis a questões de vulnerabilidade. Além disso, também realizam serviços de abordagem social, que através da busca ativa, identificam e atendem violações de direitos como indivíduos em situação de rua, casos de trabalho infantil e exploração sexual de vulneráveis.

Em decorrência de sua especificidade, seus equipamentos públicos devem estar localizados prioritariamente em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, para que suas ações e serviços estejam próximas da população que mais demanda de tais políticas públicas. O Estado, ao eventualmente se manter ausente ou distante destes indivíduos, está condenando os direitos, o bem-estar e possivelmente a vida de pessoas que já vivem em quadros de fragilidade.

Isto posto, a localização e planejamento destes equipamentos seguem uma lógica um pouco distinta dos restantes. Enquanto as outras políticas públicas como educação e saúde, por exemplo, devem estar à disposição de todos e abrangerem, salvo excepcionalidades, todo o território, os equipamentos de assistência necessitam se localizar em bairros e regiões com indicadores sociais problemáticos e em locais de possíveis ou de violação dos direitos básicos de indivíduos – ou seja, em locais de demanda.

No que tange ao atendimento, o Plano Diretor de Limeira não possui informações acerca do raio de abrangência dos equipamentos; deste modo, buscou-se o conhecimento na literatura acadêmica, através do estudo do LabCidade e do ITDP Brasil, coordenado por Rolnik (2014). Nele, é informado que os Centros de Referência de Assistência Social possuem uma área de influência de 1.400 metros²⁴.

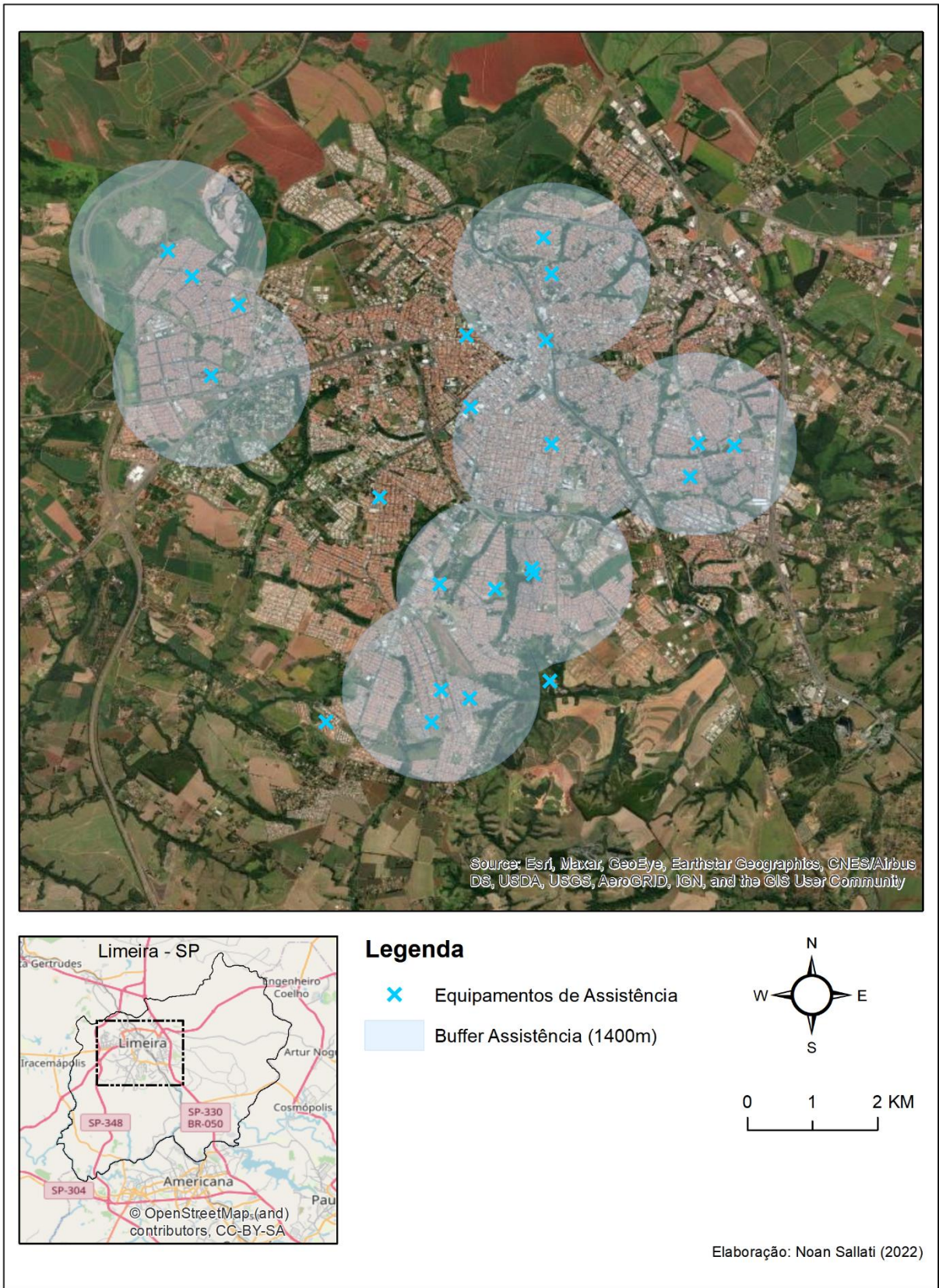
As demais localidades que atendem esta política pública não são representadas nos mapas com raios de abrangência, devido ao fato de não serem Centros de Referência, por motivo de algumas infraestruturas não serem de uso único e exclusivo do CEPROSOM – como os Centros Comunitários –, e pelo fato de alguns postos de atendimentos oferecerem serviços específicos a uma pequena parcela da

²⁴ A publicação também apresenta este dado como equivalente ao deslocamento por 20 minutos a pé ou 30 minutos por transporte público do ponto de partida do indivíduo.

população, como os Centros destinados à promoção de inclusão, autonomia e independência de deficientes visuais e auditivos.

Abaixo, na figura 15, apresenta-se como estão dispostas as referidas estruturas de assistência social na cidade de Limeira.

Figura 15: Localização e raios de abrangência dos equipamentos comunitários públicos de Assistência Social na mancha urbana de Limeira²⁵



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O mapa das estruturas de assistência social no município de Limeira demonstra, de imediato, que a sua presença e atendimento não ocorre por toda a mancha urbana, mas estão concentradas somente em algumas coordenadas, principalmente a noroeste, sul, leste e parte do vetor norte, com estes locais possuindo praticamente a totalidade dos equipamentos existentes.

No âmago da área urbana (especificamente nas bordas dos raios de abrangência) se observa a presença de dois equipamentos comunitários públicos; trata-se do Centro Educacional João Fischer de Deficiente Auditivo e do Centro Educacional João Fischer de Deficiente Visual – locais de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência auditiva/surdez e deficiência visual e baixa visão, respectivamente. Suas localidades no centro da cidade estão relacionadas a centralidade e facilidade de acesso para a população que demanda deste serviço diferenciado.

A ausência de serviços da Proteção Social Básica ou de Proteção Social Especial nesta região é explicada pelo centro possuir melhores indicadores em relação às outras regiões no município, como, por exemplo, rendimento dos domicílios e taxa de trabalho infantil; resultando, conseqüentemente, em pequenos índices de vulnerabilidade social e reduzidas possibilidades de negação dos direitos fundamentais.

O mesmo cenário ocorre para parte das regiões norte e oeste, nas quais se observam vários conglomerados de condomínios fechados de alto padrão. Entretanto, neste último vetor, apesar da existência dos enclaves fortificados, apresenta-se também alguns bairros de moradia popular, colocando em dúvida se somente um equipamento, que não é de referência e uso exclusivo da assistência, consegue atender minimamente este considerável espaço.

Outra característica visível na representação cartográfica é a concentração de equipamentos dentro dos raios de abrangência dos Centros de Referência (CRAS, CREAS e Centro POP). Observa-se que a maioria dos equipamentos

²⁵ A representação cartográfica aparece com 23 localidades em contraposição dos 25 explanados pois a Casa da Mulher Vítima de Violência tem seu endereço confidencial, visando a segurança das pessoas presentes naquele espaço. O outro motivo é pelo fato de o CRAS Parque Nossa Senhora das Dores estar localizado no mesmo endereço do Centro Comunitário Parque Nossa Senhora das Dores, fazendo com que ambos se encontrem sobrepostos no mapa.

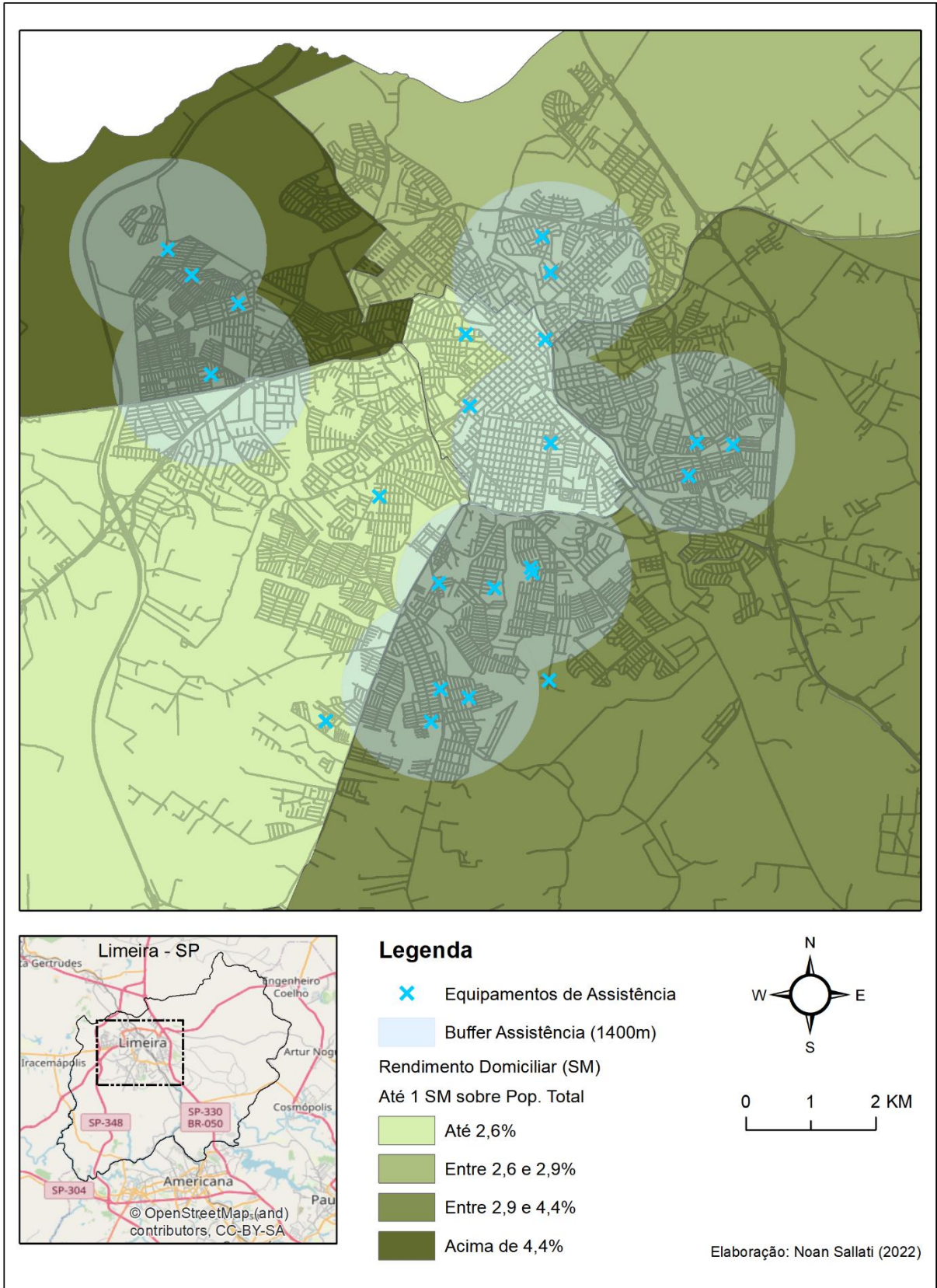
comunitários públicos de assistência estão inseridos nestas áreas de influência, o que pode haver três significados: 1) má distribuição dos mesmos, uma vez que estes poderiam estar mais descentralizados pelo território e, conseqüentemente, atender um maior número de indivíduos; 2) os equipamentos não exclusivos da Assistência foram constituídos próximos para atuar como propagadores e/ou assessores da política pública; ou 3) na ocasião da constituição, essas áreas apresentavam preocupantes indicadores de vulnerabilidade, o que explicaria tal concentração e proximidade.

Para auxiliar e aprimorar esta análise dos equipamentos comunitários públicos de assistência social, foram levantados e transformados em mapas – também através do *software ArcMap* –, alguns dados estatísticos do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, com a finalidade de analisar, além da localização destas infraestruturas, algumas características do ambiente que os mesmos se encontram.

Três variáveis foram coletadas e apresentadas através das unidades territoriais de Área de Ponderação: Rendimento Domiciliar (em número de salários mínimos), População segundo Raça e Cor, e Taxa de Trabalho Infantil. Importante ressaltar que, as AP abrangem todo o território de Limeira, e não somente a sua área urbana, e, conseqüentemente, carregam também os dados das outras regiões. Mas, considerando que aproximadamente 97% da população do município reside na área urbana, concebemos que os dados das áreas de ponderação expressem a totalidade ou muito próximo do valor coletado na região urbanizada objeto de estudo.

As primeiras considerações são a respeito do rendimento domiciliar. O mesmo, além de ser importante (mas não exclusivo) apontamento para possíveis locais de vulnerabilidade social, também demonstra o grau de necessidade de infraestruturas públicas, pois, em linhas gerais, populações com menor rendimento necessitam de maior presença de equipamentos públicos e políticas públicas em comparação com famílias de alta renda, que podem pagar por serviços privados e/ou se locomover pelo tecido urbano com mais facilidade. Buscando analisar a relação entre rendimento e presença de equipamentos públicos no território, foram extraídos e examinados dados de domicílios que recebiam até 1 salário mínimo, domicílios com renda de 1 a 2 SM, e domicílios que recebiam mais de 10 SM.

Figura 16: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e Rendimento Domiciliar de até 1 SM por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O primeiro mapa correlaciona a localização dos equipamentos com as residências da área urbana de Limeira que recebiam, em 2010, a remuneração máxima de 1 salário mínimo por mês. Nele, se observa que o centro, a região oeste e norte são locais nos quais possuem a menor quantidade de domicílios que obtinham essa remuneração no município. A contraposição acontece com as regiões noroeste, sul e leste, que possuem a maior incidência de rendimentos abaixo de 1 SM em relação ao total da população.

O vetor noroeste, onde estão localizados bairros como o Parque Nossa Senhora das Dores, Belinha Ometto, Abílio Pedro, Geada, Morro Azul, além de diversos conjuntos habitacionais, concentrava mais de 4,4% de suas residências vivendo com até 1 salário mínimo para sustento da família, o maior índice da cidade. A região possui cinco equipamentos de Assistência – CRAS Céu e Parque Nossa Senhora das Dores, e os Centros Comunitários Belinha Ometto, Jardim Morro Branco e Nossa Senhora das Dores I –, dispostos na região mais densamente habitada. Outros bairros à direita na representação cartográfica, como o Morro Azul e Jardim Esmeralda, apesar de também possuírem a mesma porcentagem, não são cobertos pelo serviço da assistência²⁶.

As regiões sul e leste são as outras que possuem a maior quantidade de residências recebendo até 1 SM. Observa-se, na região sul, uma expressiva quantidade de equipamentos de assistência, fazendo sentido pelos indicadores de Rendimento. A parte considerável da faixa não coberta pelos postos do CEPROSOM, a sudeste da AP, são frutos de constituição recente, iniciada após o ano de 2019.

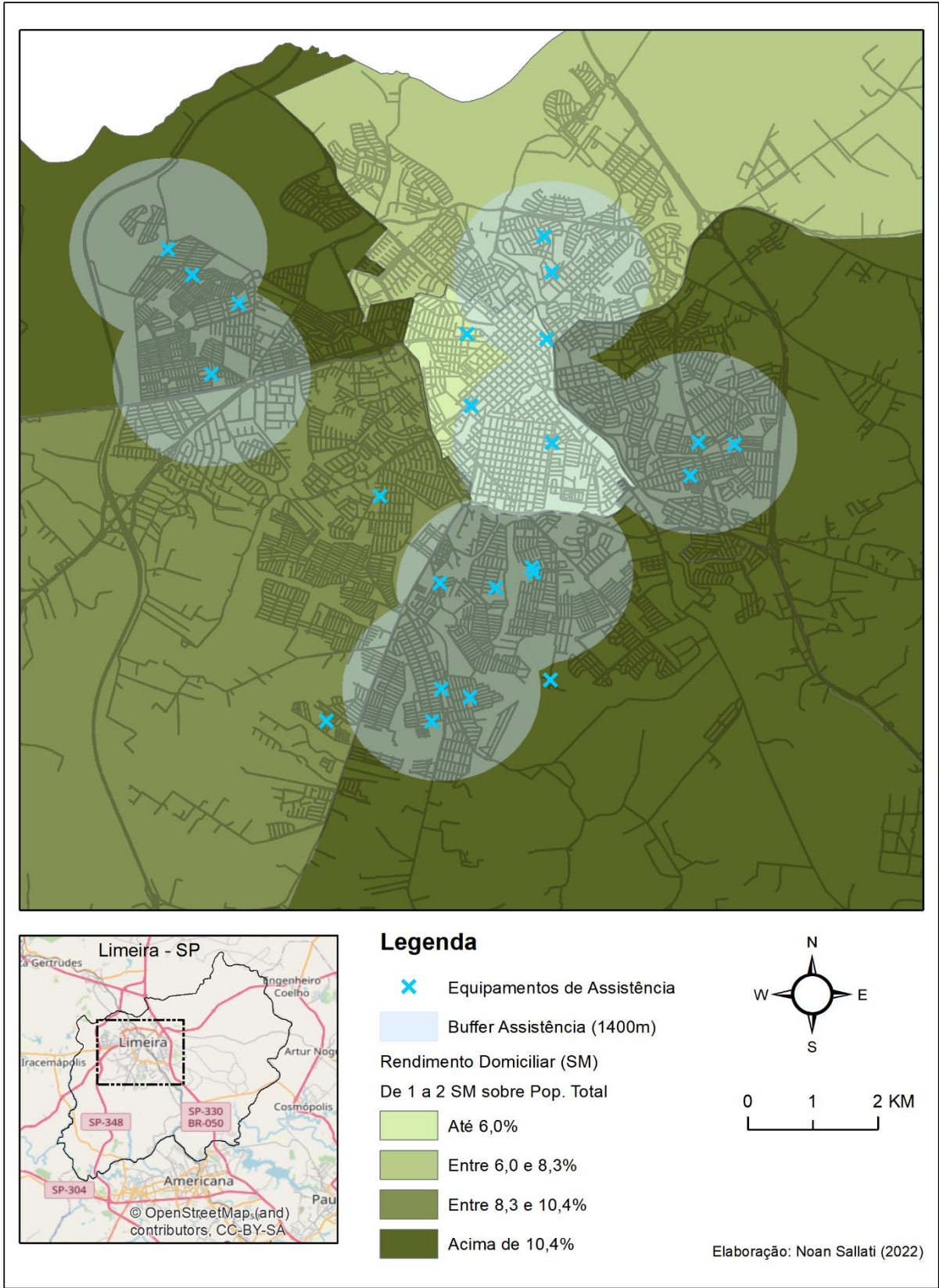
O leste, no que lhe concerne, possui 3 equipamentos públicos para lidar com uma grande área: o CRAS Jardim Presidente Dutra e Centros Comunitários do Jardim Vista Alegre e do Parque Hipólito, e todos estão concentrados dentro do raio de abrangência de 1.400 metros do Centro de Referência de Assistência Social; simultaneamente, parte considerável ao sul da AP, e principalmente ao norte, onde há bairros populares, se encontram desprovidos dessas mesmas infraestruturas públicas.

²⁶ Como ressaltado anteriormente, o CRAS Nossa Senhora das Dores e o Centro Comunitário Nossa Senhora das Dores I funcionam, segundo a prefeitura municipal, no mesmo endereço, e pela sobreposição, são representados no mapa como somente um ponto.

Em suma, pode-se observar que, para este mapa, as regiões com maior concentração de domicílios recebendo até 1 SM possuem equipamentos comunitários de assistência social; o ponto de estrangulamento, aparentemente, é a distribuição dos mesmos, principalmente a noroeste e leste, onde algumas áreas sensíveis estão desguarnecidas dos mesmos.

A seguir se analisa o a relação de domicílios da área urbana de Limeira que recebiam de 1 a 2 salários mínimos em relação ao total da população, e a presença de equipamentos públicos no território.

Figura 17: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e Rendimento Domiciliar de 1 a 2 SM por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



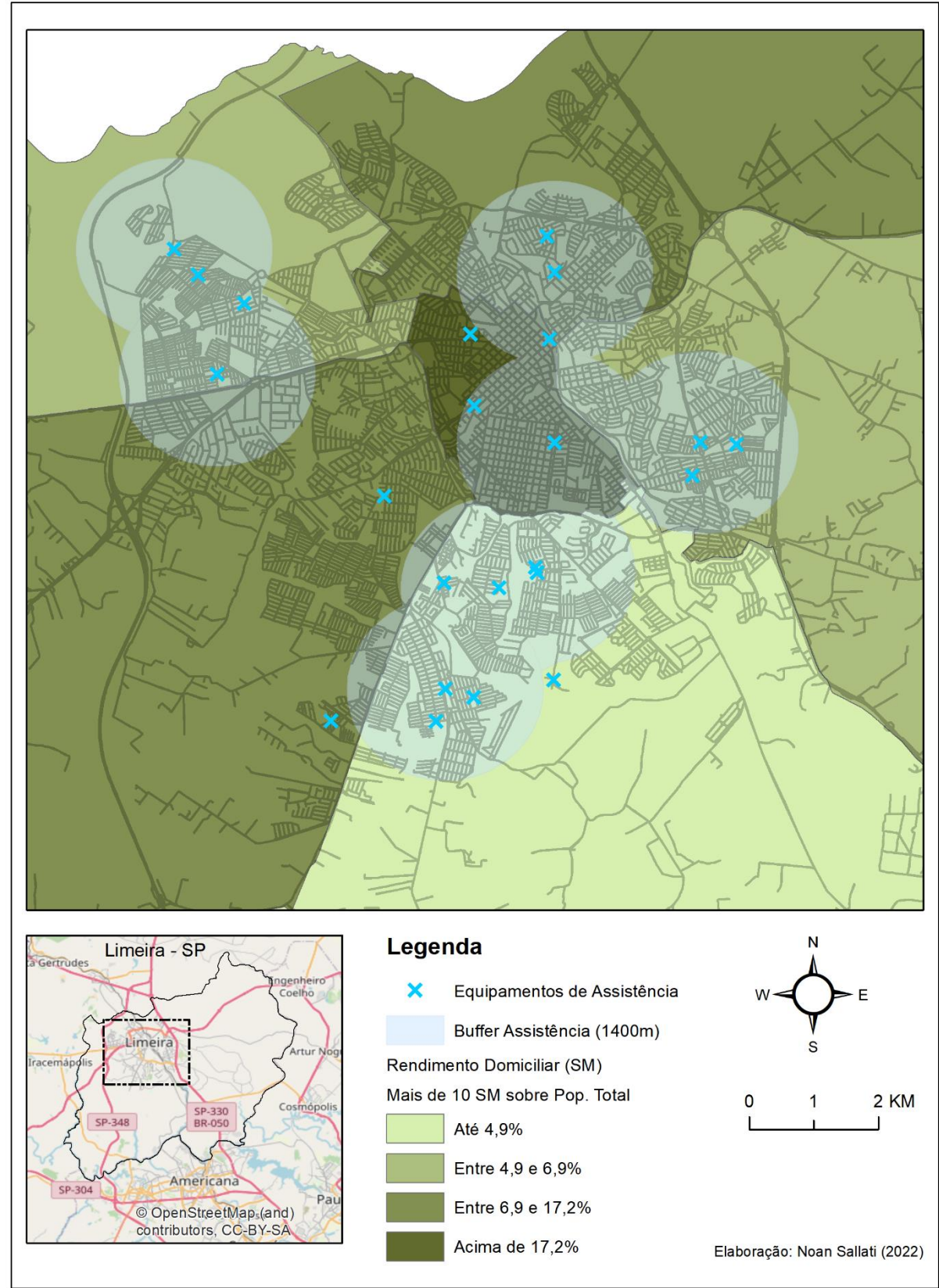
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O panorama das residências que recebiam de 1 a 2 salários mínimos em relação ao total da população é similar ao anterior, principalmente em um ponto: as regiões noroeste, sul e leste são as que possuem, novamente, maior incidência de remunerações baixas em comparação com as outras áreas de ponderação. Mais de 10,4% das residências destas localidades recebiam entre 1 e 2 SM em relação ao total da população.

A região central continua com pouca incidência de salários reduzidos, acompanhado, desta vez, da AP da região norte/nordeste. O fato novo fica por conta de o vetor oeste ser o segundo com maior ocorrência de remunerações entre 1 e 2 salários mínimos por domicílio, muito provavelmente ocasionado pelos bairros residenciais que também coexistem na área com os condomínios de alto padrão. Para esta localização, entretanto, observa-se o fato anteriormente citado de inúmeros agrupamentos populares contarem com o atendimento de somente um equipamento comunitário público de Assistência Social, o Centro Comunitário Sebastião Fumagalli, no Jardim Ouro Verde.

Observando por outro escopo, a figura 18 demonstra a territorialização das rendas superiores a 10 salários mínimos.

Figura 18: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e Rendimento Domiciliar superior a 10 SM por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A representação cartográfica da territorialização das residências que recebiam acima de 10 salários mínimos comprova alguns sinais que se manifestaram nos mapas anteriores. O primeiro diz respeito ao fato de três áreas de ponderação de Limeira possuírem uma população, em geral, mais abastada que o restante do município: o centro, a região norte e a oeste. O centro da cidade possuía, segundo o último censo, mais de 17,2% dos domicílios com renda superior a 10 SM; os vetores norte e oeste possuíam entre 6,9 e 17,2% das residências recebendo esta remuneração em relação a população total – esta última região só não havendo maior porcentagem por conta de seus vários condomínios de alto padrão dividirem o território com bairros populares.

A distribuição dos equipamentos comunitários públicos de assistência social está disposta, em número relativo, de modo a acompanhar essa desigualdade na distribuição de renda. Isso pois as regiões com maior incidência de domicílios recebendo baixos salários dispõem de diversas estruturas de assistência. A área de ponderação noroeste conta com quatro, o sul com oito, e o leste, o mais deficitário entre eles, conta com três.

Estes equipamentos são relevantes, pois a assistência pode oferecer serviços a indivíduos e famílias em condições de vulnerabilidade relacionadas à questão financeira, como cadastro em programas sociais, disponibilização e acesso a benefícios emergenciais e outros encaminhamentos para casos de violação de direitos.

A outra variável escolhida para auxiliar na análise da localização e atendimento dos equipamentos de assistência é a questão da População segundo Raça e Cor. O Brasil é, notadamente, um país extremamente desigual, mas este contraste entre indivíduos é ainda maior quando comparada a população negra e parda com a população branca.

Analizando os indicadores e marcadores da condição de vida dos segmentos sociais, Araújo et al. (2009, p. 385) dissertam que a população negra apresenta pior nível de educação, renda, habitação, maior adoecimento, inclusive psíquico; maior mortalidade; reside em áreas desprovidas de infraestrutura básica, com acesso deficitário aos serviços de saúde.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística comprovam o apontamento para a educação: a taxa de analfabetismo para indivíduos maiores de 15 anos, em 2018, era de 3,9% para a população branca e 9,1% para a população preta ou parda. A conclusão do ensino médio no mesmo ano era de 61,8% entre pretos e pardos, e 76,8% entre brancos; a taxa de ingresso no ensino superior, por sua vez, era de 35,4% na população preta ou parda e de 53,2% na população branca (IBGE, 2019).

Na saúde, em 2020, o excesso de mortalidade foi de 28% entre pretos e pardos em comparação com 18% entre pessoas de cor branca – esta diferença, em números absolutos, representa 36 mil óbitos a mais entre pessoas de cor preta e parda em relação às brancas (RAÇA E SAÚDE, 2022). Cobo, Cruz e Dick (2021) relatam que a população preta e parda tem dependência maior dos serviços públicos de saúde: quase 80% dos não brancos dependiam dos serviços do SUS, contra 61,2% da população declarada branca; paralelamente, pessoas brancas consultavam mais vezes os médicos na comparação com os seus pares não brancos, em estudo de 2019. Ressalta-se ainda o fato de algumas enfermidades serem exclusivas ou mais frequentes nesta população, como anemia falciforme, a diabetes *mellitus* tipo II, a hipertensão arterial e o glaucoma.

Na distribuição de renda, em 2018, 15,4% das pessoas que viviam na linha da pobreza eram brancas, enquanto 32,9% eram pretas ou pardas, mais que o dobro da incidência (IBGE, 2019). No mercado de trabalho, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) relatam que entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, 8,9 milhões de pessoas saíram da força de trabalho, e, deste total, 6,4 milhões eram negros ou negras, e 2,5 milhões, trabalhadores e trabalhadoras não negros. Mesmo com o avanço da vacinação e arrefecimento da pandemia da COVID-19, parcela expressiva de negros não conseguiu voltar para a força de trabalho (DIEESE, 2021, p. 2)²⁷.

Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, a por cor ou raça ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados as características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País. Como consequência, há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor

²⁷ A publicação do DIEESE, de nome “Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia” apresenta panorama completo e inúmeros dados do mercado de trabalho no Brasil com o escopo da raça/cor.

ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais que vêm sendo divulgados nos últimos anos (IBGE, 2019, p. 01).

Em suma, as populações negras e pardas estão mais suscetíveis e são mais atingidas pelas situações de vulnerabilidade econômica-social em relação ao total da população, exigindo, do Estado e da Assistência Social, políticas com enfoque nesta desigualdade. A cidade de Limeira está inserida nesta conjuntura, e, segundo o Censo de 2010, contava com 13.485 negros e negras, e 62.056 pardos e pardas integrando a sua população.

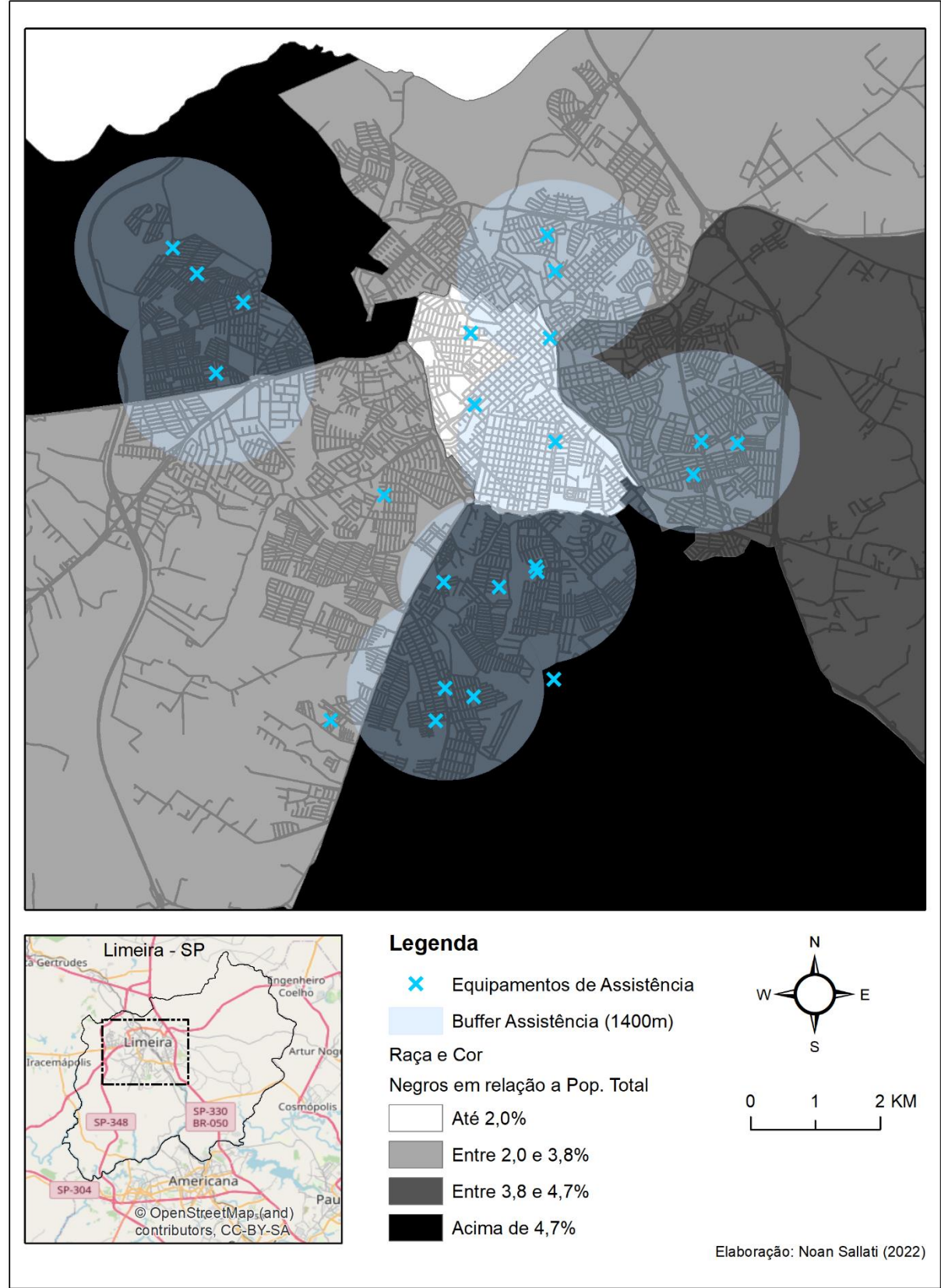
Tabela 4: População de Limeira segundo raça/cor, por áreas de ponderação (2010)

Localização AP	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado	Total
Noroeste	28.708	3.153	229	11.353	0	0	43.443
Norte	27.479	1.281	206	4.810	66	49	33.891
Leste	44.011	2.936	244	14.769	103	0	62.063
Sul	41.278	4.019	238	19.106	22	0	64.663
Oeste	31.625	1.521	272	10.306	12	0	43.736
Centro	25.612	575	328	1.712	0	0	28.227
Total	198.713	13.485	1.517	62.056	203	49	276.023

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As representações cartográficas a seguir demonstram como as mesmas estão dispostas no território, e a sua proximidade com os equipamentos comunitários públicos de assistência social.

Figura 19: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e distribuição da população negra por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



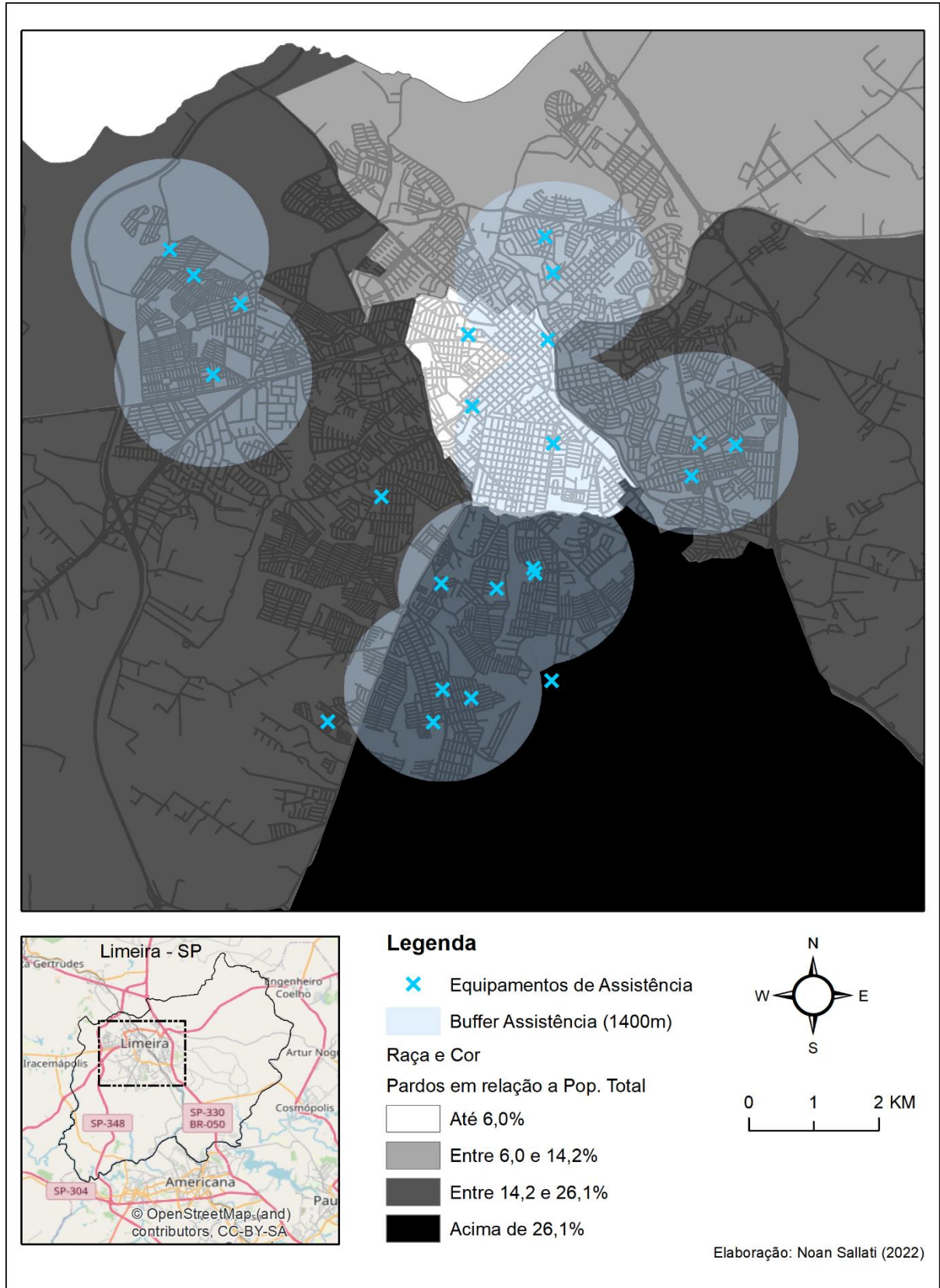
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observa-se que três regiões são as que mais concentram a população negra em relação a população total: em primeiro lugar, as áreas de ponderação a noroeste e sul, seguidas da região leste. O centro consolidado e os vetores oeste/sudoeste e norte são os que apresentam menor incidência.

O padrão observado na distribuição da população negra repete o de algumas análises já realizadas: há uma maior incidência desta população nas três áreas de ponderação com os piores indicadores de rendimento, e onde há mais conjuntos habitacionais no município, o que, além de apontar uma relação entre estes indicadores, retrata que a administração pública local necessita de atenção para estes locais, suas diversidades e o acúmulo de situações que são potenciais casos de vulnerabilidade.

A análise da relação entre característica da população e a presença de equipamentos de assistência, repete, visto a similaridade do caso, o diagnóstico já citado anteriormente: as regiões com maior concentração de população negra possuem equipamentos comunitários de assistência social; o ponto de estrangulamento, aparentemente, é a distribuição dos mesmos, principalmente a noroeste e leste, onde algumas áreas sensíveis estão desguarnecidas dos mesmos.

Figura 20: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e distribuição da população parda por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Investigando a relação entre a população parda e as estruturas da assistência social pela malha urbana, repara-se uma alta concentração da mesma vivendo na parte sul do município: a área de ponderação possui acima de 26,1% dos seus moradores pardos em relação à população total. As regiões noroeste e leste aparecem com a segunda maior incidência desta população, assim como a região oeste. Centro e norte possuem, no máximo, 6% dessa população em seus limites, se caracterizando – ao analisar conjuntamente com o mapa da figura 19 –, como regiões quase que predominantemente de moradia da população branca.

A região sul de Limeira, com presença considerável de população parda, é o local do espaço urbano que possui o maior número de espaços de atendimento do CEPROSOM, o que é um dado relevante conhecido o potencial de fragilidade a que esta população está sujeita.

Em suma, pode-se observar três regiões com as maiores presenças de negros e pardos no município: as AP noroeste, sul e leste. Com o conhecimento de que as populações não brancas estão mais suscetíveis e são mais atingidas pelas situações de vulnerabilidade socioeconômica em relação ao total da população, se faz necessário, além da presença e atendimento dos equipamentos comunitários públicos, a adoção de políticas públicas que tenham como objetivo a redução destas desigualdades e artifícios para inserção deste público-alvo em políticas de garantia de emprego e renda, acesso à saúde, educação e demais dificuldades que são inerentes, buscando não somente a mitigação dessas condições, mas a sua superação e impedimento de transferência geracional baseada na cor e raça.

Por fim, o último dado estatístico com a finalidade de auxiliar na análise da localização e atendimento dos equipamentos comunitários públicos de assistência é a ocorrência e taxa de trabalho infantil no município de Limeira.

Conceitualmente, no Brasil, é considerado trabalho infantil a atividade laboral substitutiva da mão de obra adulta, realizada por crianças menores de 16 anos. O Governo Federal, através do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, o caracteriza como “atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16

(dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos” (BRASIL, 2018, p. 6).²⁸

A utilização deste indicador na pesquisa é explicada pela cidade apresentar, historicamente, taxas consideráveis da utilização de mão de obra infantil, fato este bastante relacionado à indústria de joias e bijuterias²⁹, que se utiliza de mão de obra terceirizada para confecção das peças – e é nesta atribuição onde ocorre a exploração do trabalho laboral de menores de idade³⁰. A assistência social tem um papel primordial neste sentido, pois possuem a capacidade de identificação do trabalho de menores de idade, além de atuarem evitando cenários de vulnerabilidades.

Diversos são os riscos, desvantagens e consequências do trabalho infantil, principalmente para as crianças e adolescentes envolvidos, como a evasão escolar, a não prática de esporte e lazer, característicos e essenciais à infância; o desenvolvimento intelectual prejudicado; a saúde física prejudicada, em decorrência da possibilidade de acidentes e do corpo da criança ainda não estar desenvolvido para tais atividades; e a perpetuação do ciclo da pobreza³¹.

Sobre este último, segundo Vilani (2010, p. 48-49), à medida que as crianças que trabalham alcançam a idade adulta, elas tendem a permanecer sem qualificação e mal remuneradas, ou acabam aumentando as estatísticas do desemprego. As

²⁸ A Emenda Constitucional nº 20 de 1998 instituiu a idade mínima para o trabalho comum em 16 anos, e a aprendizagem a partir de 14 anos. Como aprendiz, a lei garante ao adolescente formação técnico-profissional, com todos os direitos trabalhistas assegurados, dando-lhe condição de enfrentar apropriadamente o mercado de trabalho futuro. Abaixo dos 18 anos, o trabalho é proibido, sem exceção, se for perigoso, insalubre, penoso, noturno ou prejudicial ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social (VILANI, 2010, p. 31).

²⁹ Limeira possui destaque nacional na fabricação e comercialização deste segmento, caracterizando-se como o maior polo de produção de semijoias no país.

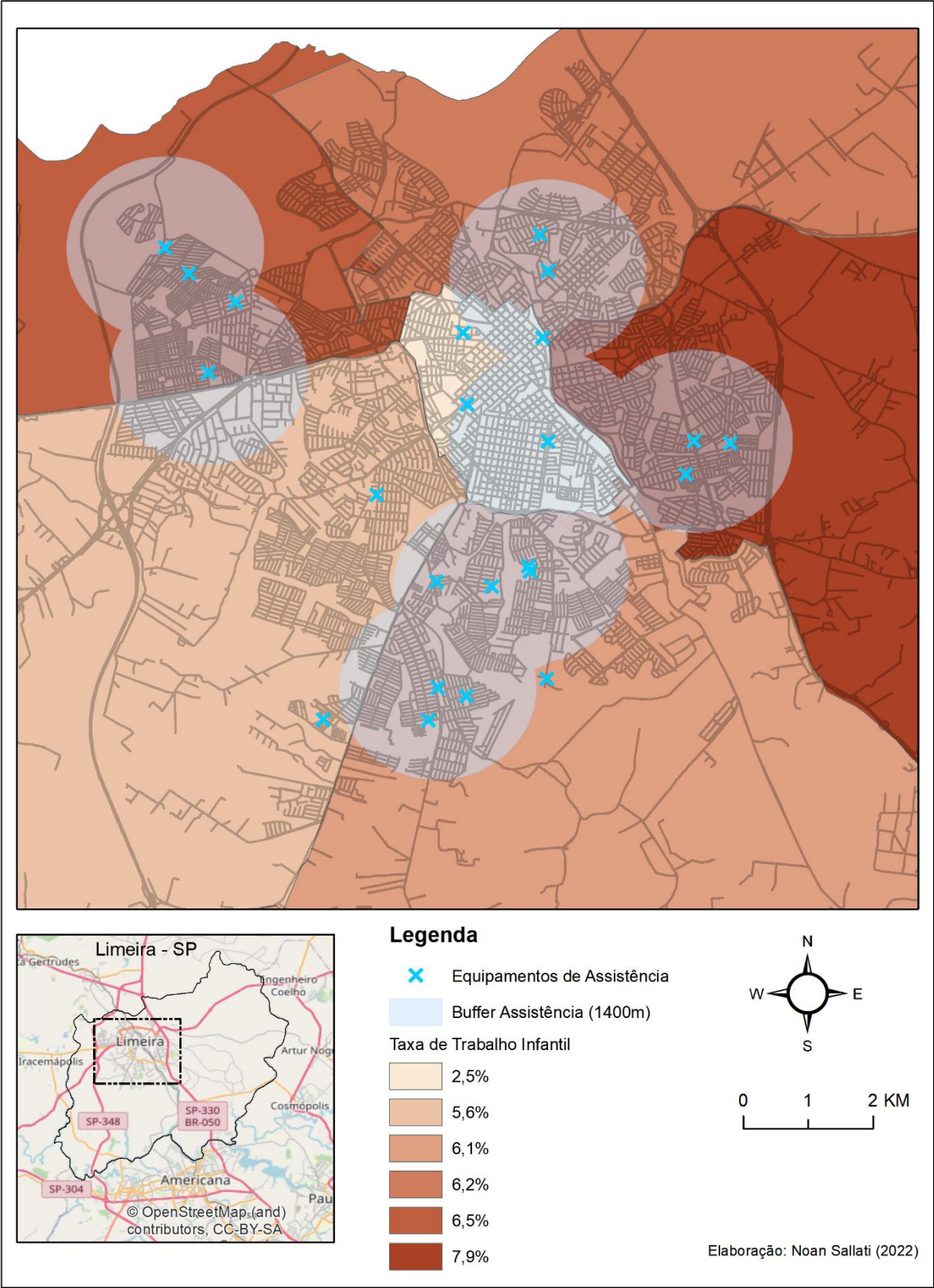
³⁰ Com o conhecimento deste fato, o município adotou, nas últimas décadas, algumas políticas com foco nesta questão: No ano de 2009, a prefeitura firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) perante o Ministério Público do Trabalho (MPT), em que se comprometia a desenvolver políticas públicas para erradicação do trabalho infantil nas empresas limeirenses, notadamente na indústria de joias, segmento econômico que apresenta o maior número de ocorrências de atividades laborais entre crianças e adolescentes. O município também dispõe da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente (COMETIL), que contém a função de propor, deliberar, fiscalizar e fomentar ações, projetos e políticas de prevenção e combate ao trabalho infantil, de forma articulada com todos os segmentos sociais e governamentais.

³¹ Etulain (2021, p. 35) aponta que trabalhadores infantis contribuem somente com cerca de 9% e 12% da renda familiar, respectivamente, no Brasil e no estado de São Paulo. Em Limeira, servidores públicos da linha de frente da Assistência Social relatam que as indústrias de semijoias, que possuem faturamentos e donos milionários, pagam apenas R\$15,00 para cada um mil unidades fabricadas e manipuladas, com o agravante de as crianças utilizarem de sua própria residência a energia elétrica, gás e demais itens básicos necessários para produção.

péssimas condições de trabalho contribuem para que outras formas de exclusão sejam geradas, e há ainda uma grande probabilidade de que os filhos das crianças que trabalham sejam, como seus pais, obrigados a trabalhar precocemente. Sob escopo empresarial, a larga oferta da mão de obra infantil ainda desestimula os empregadores a investirem em novas tecnologias e na qualificação dos adultos (VILANI, 2010, p. 49).

As informações do Censo de 2010 apontavam uma taxa de trabalho infantil de 6,26% na cidade de Limeira; a maioria destes trabalhadores infantis residiam na área urbana (96,43%), e estavam alocados principalmente nos setores da indústria (38,83%), serviços (26,14%), no serviço doméstico (16,14%), e na construção civil (8,23%). O mapa a seguir demonstra a relação entre a ocorrência do TI no território e os equipamentos de assistência social.

Figura 21: Equipamentos Comunitários Públicos de Assistência Social e ocorrência do Trabalho Infantil por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No mapa, é perceptível algumas regiões da cidade se destacando por apresentarem maiores ocorrências de trabalho infantil em comparação às outras; este é o caso do vetor leste. O Censo aponta uma taxa de TI de 7,9% para esta localidade, incidência bastante superior à taxa total do município, que era de 6,26%. A notável ocorrência é provavelmente explicada pela existência de um grande número de indústrias situadas naquela área, locais estes que eram, segundo o próprio IBGE, o principal motivador pela ocorrência do trabalho ilegal de crianças e adolescentes do município, responsável por 38,83% dos casos identificados³².

Outra região que também apresenta esta característica é a área de ponderação ao norte da cidade. A mesma também apresenta um considerável número de indústrias, o que pode ser o motivo de a localidade apresentar a terceira maior taxa dentro do município: 6,2%, segundo o Censo Demográfico.

Ambas as localidades abordadas têm como ponto em comum possuírem taxas de TI significativas e, concomitantemente, alguns déficits do atendimento dos equipamentos comunitários públicos de assistência social pelo seu território. Ao leste, observam-se espaços sem atendimento, e os três equipamentos disponíveis estão aglomerados dentro do raio de abrangência do CRAS Jardim Presidente Dutra. Ao norte, o fenômeno é parecido, mas com a ressalva de a AP possuir alguns condomínios fechados em sua extensão, o que explica em partes o raio de atendimento não abranger toda a sua superfície.

Comentada sobre a primeira e a terceira área de maior ocorrência do trabalho laboral de crianças e adolescentes, cita-se agora a segunda região com maiores casos: o vetor noroeste, com uma taxa de 6,5%. Diferentemente dos casos anteriores, a localidade detém um considerável atendimento dos equipamentos de assistência – a única exceção, já comentada, são o Bairro Geada, e alguns bairros à direita da AP, como o Morro Azul e Jardim Esmeralda. Também distintivamente das outras duas regiões anteriores, este espaço do tecido urbano não é caracterizado pela presença de indústrias, significando, provavelmente, que o trabalho esteja concentrado em outros setores de atividades, como, por exemplo, o setor de serviços, a atividade doméstica, e/ou a construção civil.

³² Destaca-se que o trabalho pode ocorrer na própria empresa, ou, como é comum nos casos das semijoias, nas residências da região, visto que há uma terceirização da mão de obra.

O centro e o vetor oeste seguem, assim como na variável de rendimento por domicílio, como as localidades com melhores indicadores, significando, neste caso, as menores incidências de trabalho infantil no município. Não coincidentemente, são os locais com os maiores rendimentos por domicílio, e com menor quantidade de população preta do município.

A análise dos equipamentos de assistência aliadas a alguns dados socioeconômicos proporcionaram o conhecimento mais aprimorado das diferentes regiões de Limeira, e, conseqüentemente, uma análise mais apurada da localização das estruturas do CEPROSOM pelo município. A assistência social e todo seu rol de serviços e políticas são importantes na busca por ampliar direitos, reverter condições sociais, assegurar acesso a bens e serviços públicos de qualidade, e fazer da intervenção na assistência social um espaço de mediação para a luta pela igualdade de condições.

Conhecendo esta importância, administração pública deve garantir o pleno funcionamento das estruturas existentes, tanto com condições instaladas como em seu corpo de servidores, e também realizar estudos e estar vigilante no aumento de vulnerabilidades e da demanda por políticas em seu território, para, com essa identificação, adequar os serviços e, caso necessário, propor a criação de novos equipamentos comunitários públicos desta natureza, almejando garantir a sobrevivência digna de sua população e a interrupção e superação dos casos de penúria.

2.6: ANÁLISE SÍNCRONA DOS EQUIPAMENTOS E INCORPORAÇÃO DE INDICADORES

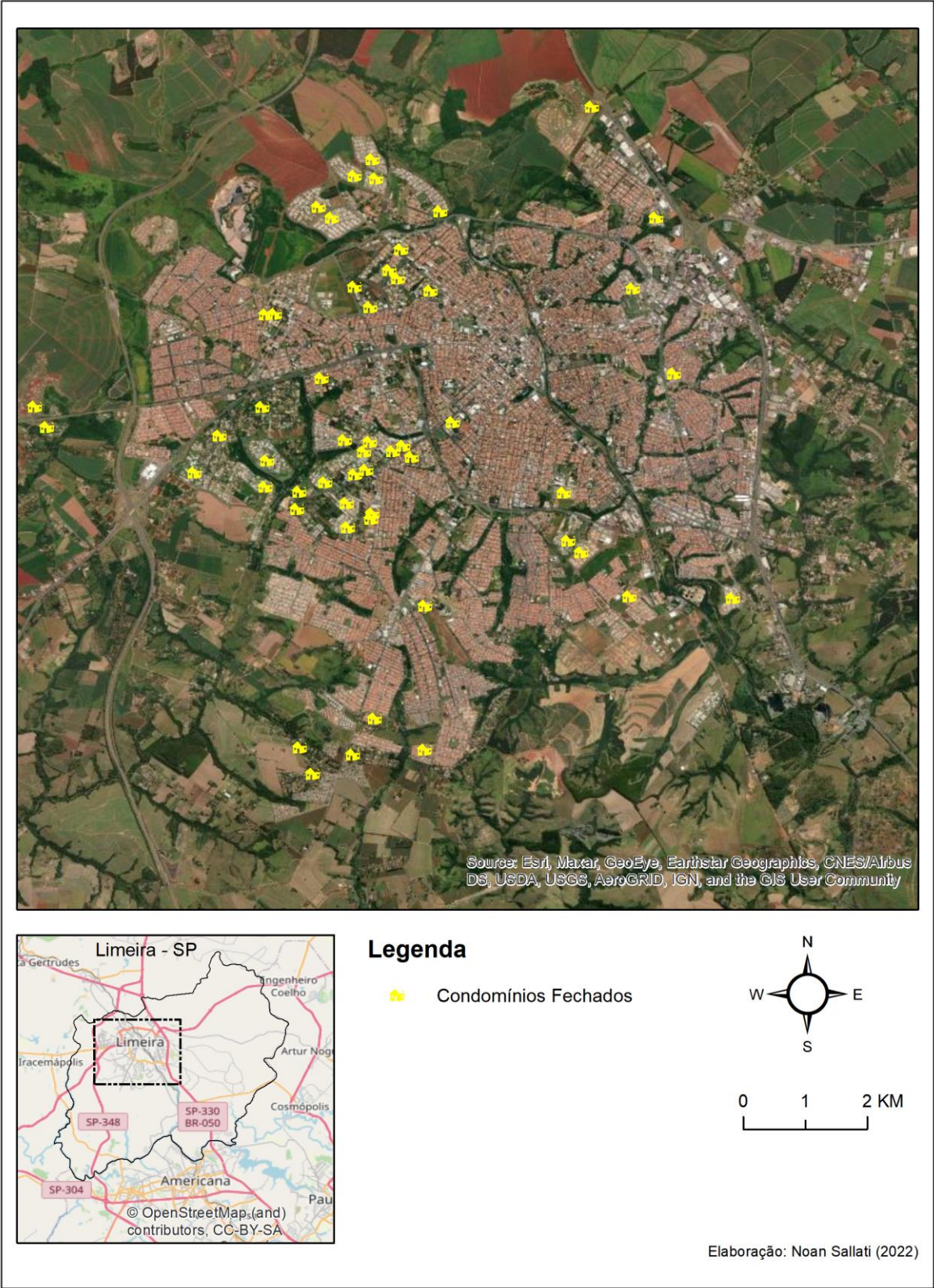
Após realizada a análise individual dos equipamentos comunitários de Educação, Saúde e Assistência Social, o presente trabalho faz o diagnóstico da cidade de Limeira com a disposição de todos os equipamentos públicos estudados, com a finalidade de observar a distribuição conjunta dos mesmos pela mancha urbana do município.

As representações cartográficas irão exibir, concomitantemente, as informações de Rendimento por Domicílio, divisão da população por raça e cor, e da taxa de Trabalho Infantil – os mesmos indicadores utilizados na análise dos

equipamentos de assistência social –, com a finalidade de observar além da distribuição dos equipamentos pela mancha urbana de Limeira, as necessidades e o panorama das instalações em relação às especificidades econômicas, sociais e raciais da população da cidade.

Antes, entretanto, se apresenta o mapa com a localização dos condomínios horizontais residenciais fechados de Limeira. Conforme observado durante as apurações individuais, algumas localidades do tecido urbano objeto de estudo são desassistidas por equipamentos em decorrência de serem espaços privatizados de moradia das classes média e alta. A identificação destes locais é importante para o entendimento do desenho da cidade e para entender a lógica da distribuição dos equipamentos públicos.

Figura 22: Condomínios Residenciais Fechados na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

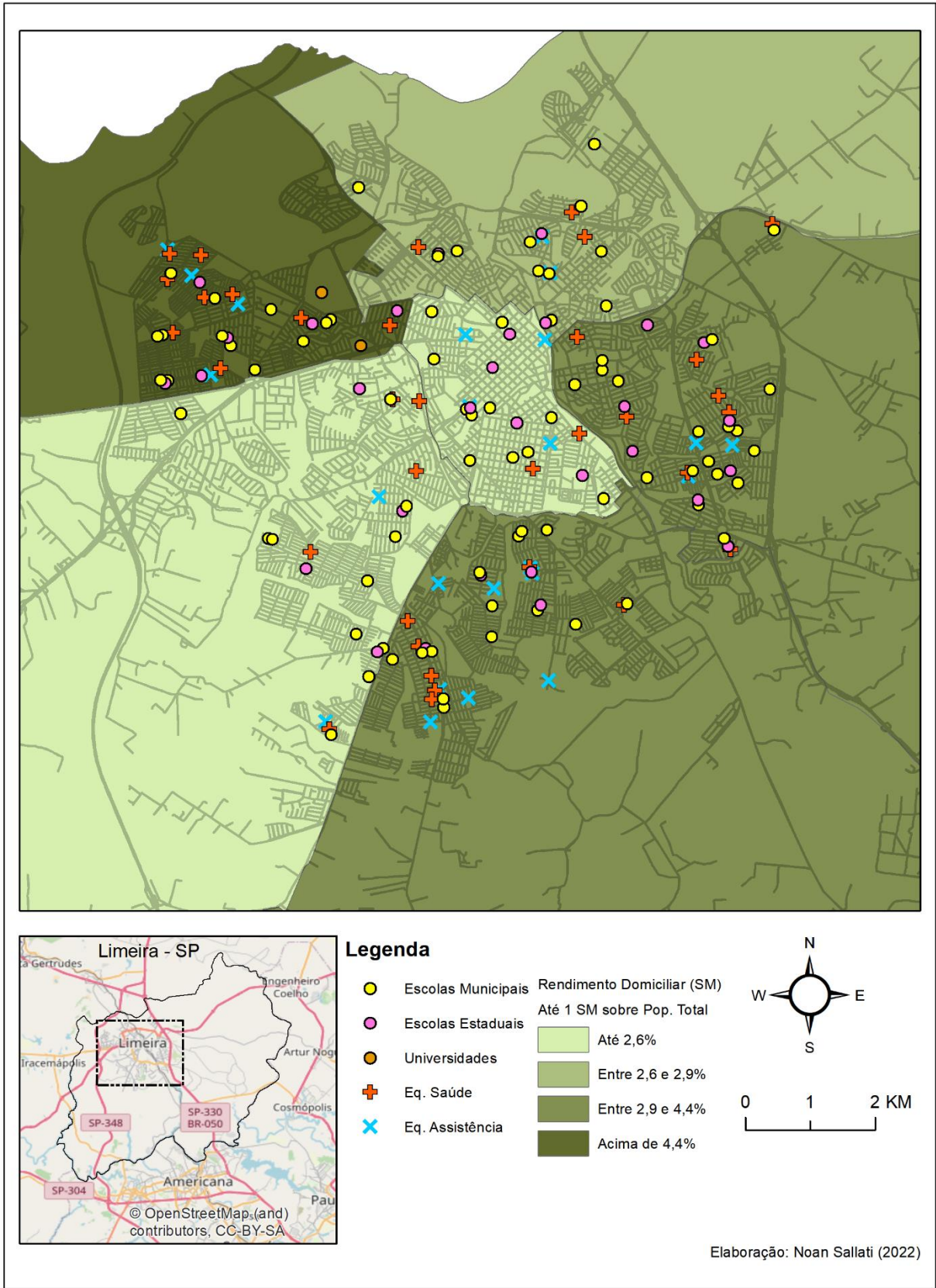
O município possui 53 condomínios residenciais fechados em seu território, instituídos em sua grande maioria a partir do ano 2000³³. A maioria destes locais de moradia se concentram ao norte e oeste da cidade, os quais predominam-se os empreendimentos de alto padrão. A ausência dos equipamentos comunitários e dos raios de influência nestas localidades não são um problema, visto que a população residente nos conglomerados, em linhas gerais, usufrui de serviços privados de educação e saúde, não necessitam do atendimento da assistência social, e se locomovem pelo espaço urbano com facilidade em decorrência da posse de veículos particulares³⁴.

Aprofundada esta particularidade do município, se apresenta a seguir como os equipamentos comunitários públicos de Educação, Saúde e Assistência Social da área urbana de Limeira estão dispostos pelo território, correlacionados com os dados de Rendimento por Domicílio, extraídos do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

³³ A representação cartográfica aparece com 51 localidades em contraposição dos 53 explanados, pois dois destes enclaves fortificados se situam distantes/fora da área objeto de estudo.

³⁴ Barbosa (2014, p. 134) constatou, anos atrás, que quase a totalidade dos moradores destes espaços murados fazem uso apenas dos serviços privados de educação e saúde, corroborando com a tese de não prioridade da alocação dos equipamentos nestas extensões.

Figura 23: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e Rendimento Domiciliar até 1 SM por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Através do mapa é possível constatar que, às três áreas de ponderação com maiores ocorrências de domicílios que possuíam renda mensal de até 1 SM entre toda a população, são as que dispõem da maior quantidade de equipamentos comunitários públicos. Tal apuração é importante, pois os habitantes destas regiões podem contar com o atendimento de suas demandas, uma vez que, a população de baixa renda é a que mais carece da presença do Estado. A renda e o dinheiro não são as únicas formas de se mensurar e classificar a desigualdade, mas, seguramente, são dados que apontam importantes características dos indivíduos e da população.

Os equipamentos públicos também são relevantes analisados correlacionados com a questão racial. Estas infraestruturas públicas são importantes elementos na garantia de direitos muitas vezes relegados à população não-branca; ou seja, são um dos instrumentos de combate às desigualdades sócio-raciais tão presentes no Brasil.

A população preta e parda somava, no Censo de 2010, 75.541 pessoas na cidade de Limeira, o que representava pouco mais de 27% de sua população total no período.

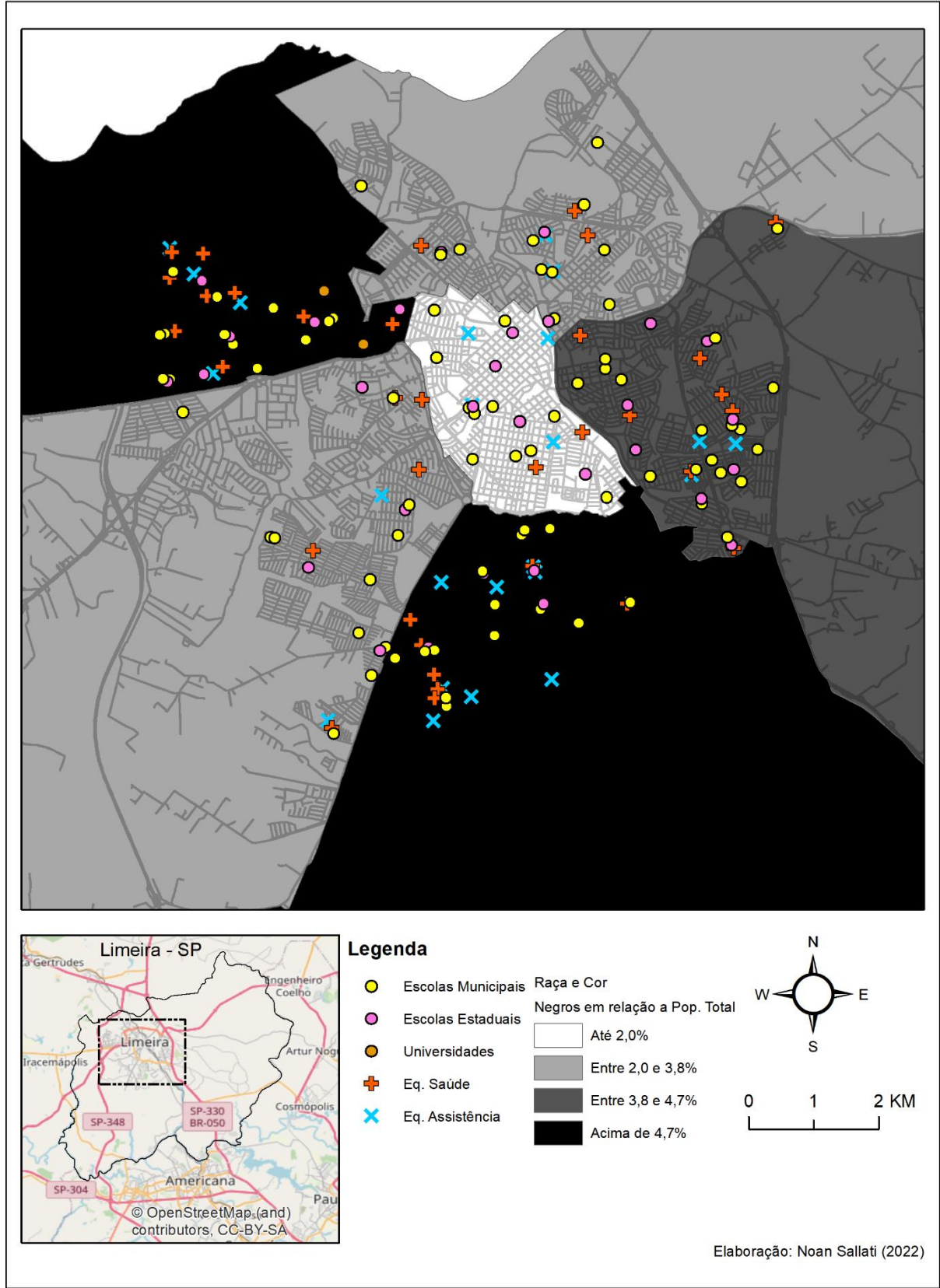
Tabela 5: População total e populações negra e parda por área de ponderação em Limeira (2010)

Localização AP	População Total	População Preta e Parda	% pop. Preta e Parda
Noroeste	43.443	14.506	33,39%
Norte	33.891	6.091	17,97%
Leste	62.063	17.705	28,53%
Sul	64.663	23.125	35,76%
Oeste	43.736	11.827	27,04%
Centro	28.227	2.287	8,10%
Total	276.023	75.541	27,37%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Preliminarmente, analisando somente a tabela, é possível fazer uma inferência que, as áreas de ponderação do vetor sul e noroeste necessitam de uma ótima presença e atendimento dos equipamentos comunitários públicos estudados, considerando a significativa proporção da população preta e parda vivendo naqueles setores – 35,76% e 33,39%, respectivamente. Isso pois, os indivíduos não-brancos estão estatisticamente mais vulneráveis ou em maior exposição às estas condições, e demandam em grau superior da presença do Estado e suas políticas públicas em relação ao restante da sociedade.

Figura 24: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e distribuição da população negra por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira

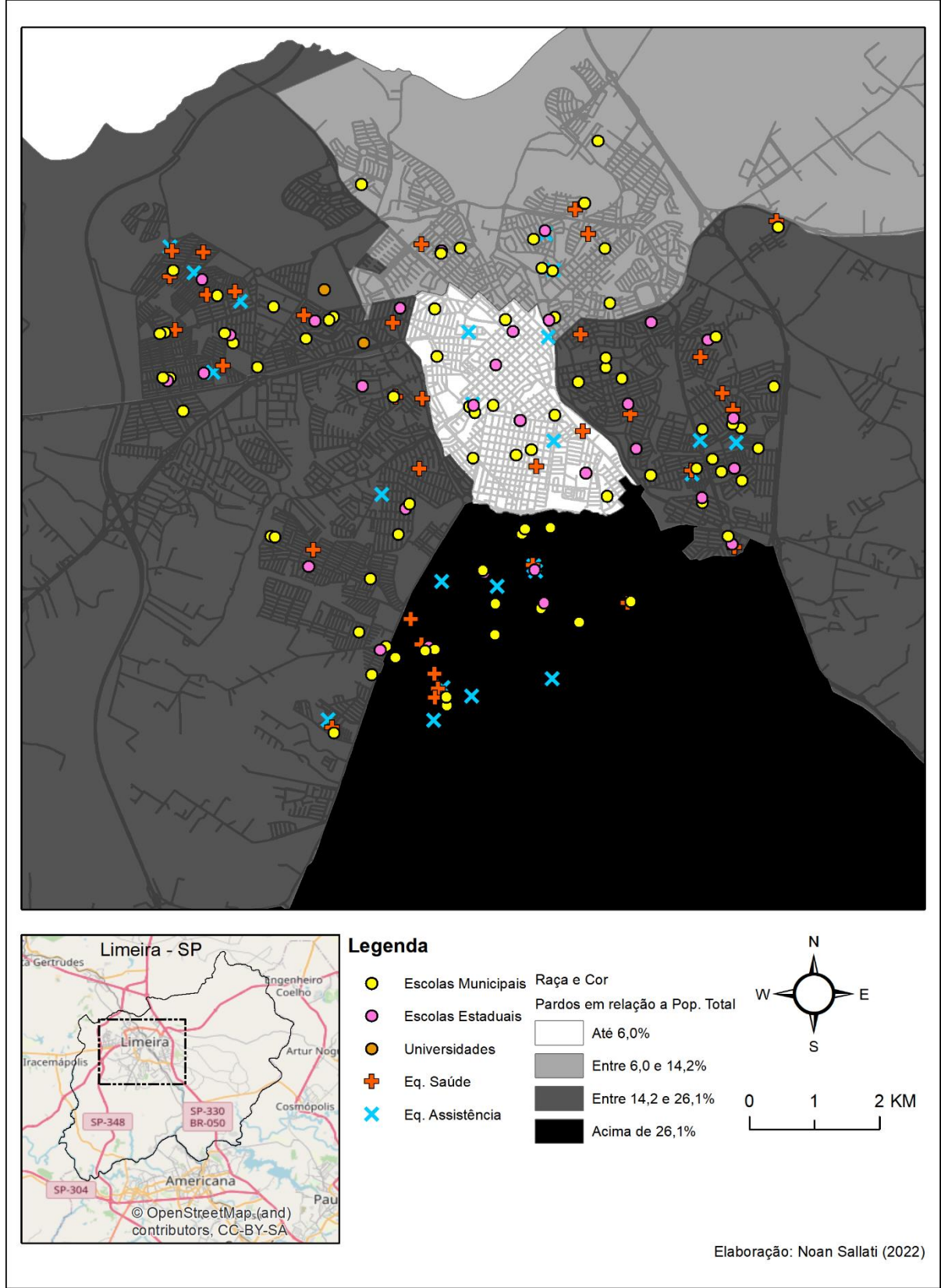


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A representação cartográfica que ilustra a correlação da localização dos equipamentos comunitários em relação à incidência da população negra confirma a dedução da tabela que apontava para os vetores sul e noroeste como os principais locais de moradia da população não-branca. Em segundo lugar na ocorrência se observa a região leste.

A seguir acompanha-se o panorama da população parda na mancha urbana de Limeira.

Figura 25: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e distribuição da população parda por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



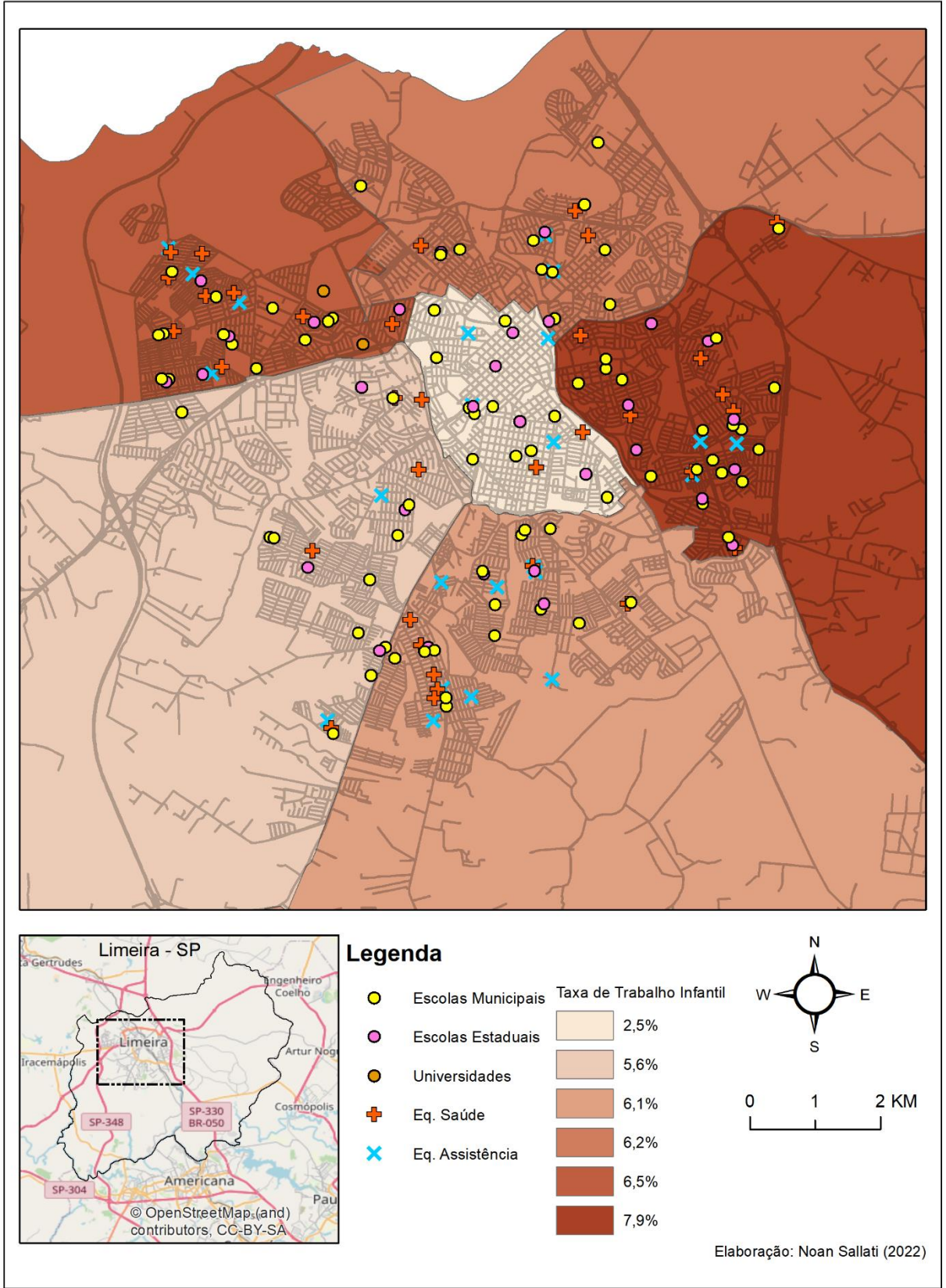
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O mapa expõe o setor sul como a localidade com maior quantidade de pardos em relação à população total. Na tabela 5, já era observado este setor com o maior agregado da população não-branca do município, contando 23.125 indivíduos autodeclarados nestas características. Sincronicamente, esta localidade possui inúmeros equipamentos públicos e pôde ser observado anteriormente que seu atendimento abrange partes consideráveis do vetor, com exceção a alguns gargalos para a educação. Esta constatação quantitativa e qualitativa sobre os equipamentos é importante para garantia de direitos a uma população que pode sofrer de vulnerabilidades diversas.

Apesar dos vetores noroeste e sul, para a população negra, e sul, para a população parda, portarem destaques no mapa, bem como na Tabela 5 com a maior porcentagem de população não branca entre o total de suas AP, importante constatar que outras regiões do município também acomodam considerável contingente dessa população: a faixa leste com 28,53% de seus residentes totais, e a faixa oeste com 27,04%. Compete, ao poder público local, estar vigilante as áreas desassistidas de atendimento de equipamentos públicos, bem como a estes indivíduos, a fim de solucionar casos possíveis ou concretos de desigualdades e vulnerabilidades.

Procedendo à análise para a questão do trabalho infantil, o estudo desta variável junto aos equipamentos comunitários de assistência social antecipou a região com a maior incidência de TI do município segundo o Censo de 2010: a área de ponderação ao leste.

Figura 26: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e taxa de Trabalho Infantil por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A referida região contava com uma taxa de trabalho infantil de 7,9% segundo o Censo, seguida em ordem de grandeza pela AP noroeste (6,5%), norte (6,2%), sul (6,1%), oeste (5,6%) e centro (2,5%). Na correlação com os equipamentos comunitários públicos estudados, percebem-se as regiões da cidade com as maiores taxas de TI apresentando quantidade considerável de infraestruturas para atendimento à população, especialmente o leste e o noroeste.

A exceção talvez seja a localidade oeste/sudoeste, que na comparação com o restante, é onde se observa o menor número. Em partes, o fenômeno é explicado pelo grande conglomerado de condomínios residenciais fechados que ocupa aquele espaço, mas, há também inúmeros bairros populares que, na comparação com outros pontos da área urbana, são menos ocupados por equipamentos – na assistência social, por exemplo, são somente duas localidades e nenhuma delas é um centro de referência. Essa limitada ocorrência indica, na ótica do trabalho infantil, a possibilidade de casos não descobertos da atividade laboral.

A região sul, apesar de apresentar taxa abaixo da média do município, de 6,1%, é, segundo relatos de servidores do CEPROSOM, uma localidade de preocupante vulnerabilidade social e com casos recorrentes de TI, especialmente nos arredores do CRAS Casa da Família – que engloba bairros como Jardim Aeroporto, Jardim do Lago, Jardim Ernesto Kuhl e Jardim Odécio Degan. Contudo, o mapa revela que a localidade também é municiada com vários equipamentos comunitários (cinco de educação e saúde, e três de assistência), o que representa, ao menos, um cenário interessante para a formulação de algumas políticas públicas. Neste espaço, já havia se observado a existência de desigualdades relacionadas à renda familiar e considerável contingente de pessoas não brancas vivendo em seu território, reforçando a importância destas infraestruturas públicas.

O Trabalho Infantil necessita de uma abordagem intersetorial da administração pública para seu efetivo enfrentamento e superação³⁵, e o Estado tem, nos

³⁵ Segundo Junqueira (2004, p. 27), a intersetorialidade constitui uma concepção e uma maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, para garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. Ou seja, conceitua-se como intersetorialidade uma articulação de saberes e experiências, bem como a integração de diversos setores da administração pública e até mesmo do terceiro setor no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, com a finalidade de, com a gestão integrada das políticas sociais, responder com maior eficácia os problemas da população de um determinado território.

equipamentos de educação, saúde e assistência social, uma de suas principais políticas para a identificação dos casos, isso pois, sucintamente, a escola consegue identificar ocorrências através do comportamento dos alunos, como demonstração de cansaço, faltas excessivas ou injustificadas, partes do corpo lesionadas, déficit de atenção e sonolência; a Saúde, através do atendimento de casos de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes; e a assistência social, no que lhe concerne, através da busca ativa e do mapeamento das condições socioeconômicas da população. Há, ainda, a possibilidade de associação com outras pastas, como setores de fiscalização, de trabalho e capacitação, e até mesmo com distintas esferas, como o Ministério Público do Trabalho – que, no caso de Limeira, é atuante no município e acompanha sua conjuntura há vários anos.

Etulain (2021, p. 36) disserta que identificar o padrão do trabalho infantil permite descrever o perfil desse tipo de trabalhadores e trabalhadoras, e, com essas informações, é possível conhecer e projetar a situação da atualidade e prever trajetórias de comportamento para o futuro próximo, apresentando-se, com isso, um cenário bastante consolidado para formulação e implementação de políticas públicas.

Esta atividade de levantamento de dados e indicadores se faz ainda mais necessária em momentos de crise econômica, como observado no tempo corrente. Isto, pois frequentemente os altos índices de trabalho infantil são parte da estratégia de sobrevivência das famílias em condição de pobreza. Os baixos salários fazem com que os pais decidam que filhos devam trabalhar para ajudar no sustento da casa (ETULAIN, 2021, p. 39)³⁶. No cenário presente de elevados índices de desemprego e informalidade, perda de direitos trabalhistas e obscena ocorrência de insegurança alimentar, a tendência é de aumento do TI, visto que o mesmo é uma das consequências das desigualdades sociais, demandando do poder público estar vigilante e preparado para atuar nestes casos.

Assegurar a não existência de condições de vulnerabilidade propícias ao acontecimento do trabalho infantil, bem como a ausência da ocupação laboral de

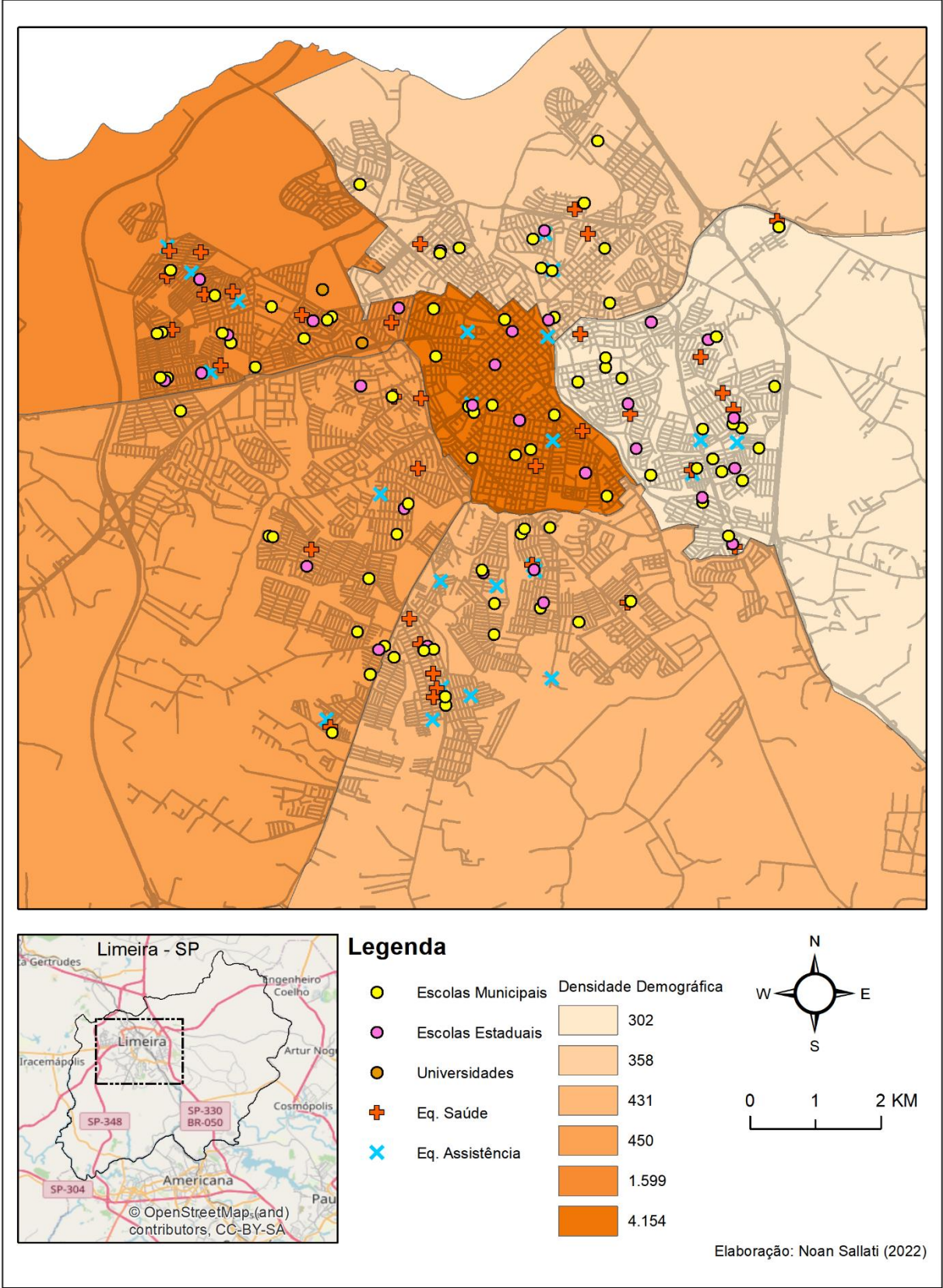
³⁶ Assistentes sociais e demais servidores da linha de frente da cidade de Limeira compartilham que quase a totalidade dos pais de famílias de baixa renda que possuem filhos envolvidos em situação de TI sabem que se trata de uma atividade que não é benéfica para a criança/adolescente; contudo, recorrem a esta atividade pela extrema necessidade financeira da família. Os servidores comentam, inclusive, não ser raro a prostituição de mães para evitar que o filho exerça atividades laborais.

crianças e adolescentes, é uma obrigação constitucional do Estado e direito de todos indivíduos e famílias, almejando uma sociedade menos desigual e com oportunidades iguais para todos.

Avançando, a última análise relaciona os equipamentos à densidade demográfica de Limeira. Acioly e Davidson (1998) expõem a variável como a relação entre o número total de população contida numa área urbana específica, expressa em habitantes, por uma unidade de terra ou solo urbano; ou, em suma, a totalidade de indivíduos que residem em uma determinada área urbana. Segundo os autores, a densidade é um dos mais importantes indicadores e parâmetros de desenho urbano a ser utilizado no processo de planejamento e gestão dos assentamentos humanos, e seus dados são um importante instrumento de apoio à formulação e tomada de decisão por parte dos planejadores urbanos e profissionais da área.

No escopo do trabalho sua importância reside, em linhas gerais, no fato de ser uma informação primordial para avaliar a quantidade de equipamentos em relação à população e ocupação de determinada região, julgamento elaborado com base no total de habitantes residentes e no número de infraestruturas públicas da localidade.

Figura 27: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e densidade demográfica por área de ponderação, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O mapa da figura 27 expõe a distribuição da população nas áreas de ponderação de Limeira. O centro é o primeiro vetor em densidade demográfica, havendo 4.154 habitantes por km²; em seguida, acompanham os vetores noroeste (1.559 hab/km²), oeste (450 hab/km²), sul (431 hab/km²), norte (358 hab/km²) e leste (302 hab/km²)³⁷.

A região central de Limeira apresenta aproximadamente duas vezes e meia a população da segunda AP com maior densidade demográfica do município. Apesar de seu território ter somente 7 km² e ser consideravelmente menor em comparação com os demais, essa alta concentração de habitantes pode ser explicada pela verticalização existente na região central. Os indivíduos desta localidade convivem com inúmeros equipamentos comunitários públicos de educação, saúde e assistência social na sua proximidade, com a particularidade de alguns deles serem locais de referência e de existência única, como os centros de assistência para deficientes físicos e visuais, a Escola Municipal de Ensino Supletivo, e um dos dois hospitais públicos da cidade, a Santa Casa de Misericórdia de Limeira. Estas estruturas são concentradas no âmago do tecido urbano devido, principalmente, à facilidade de acesso e transporte.

Outra coordenada de destaque é a noroeste, a qual detém 1.599 habitantes vivendo por km². O vetor também conta com significativos equipamentos comunitários, mas, salienta-se de análises anteriores o Bairro Geada sendo somente englobado por alguns raios de abrangência dos equipamentos, e não possuindo fisicamente nenhum. Essa região é também endereço de vários e numerosos conjuntos habitacionais.

O setor leste também se destaca na representação cartográfica. O mesmo é a área de ponderação com a mais reduzida densidade demográfica em comparação com seus pares do município, com 302 habitantes por km². Concomitantemente, é observado repetidamente nas informações anteriores do Censo Demográfico por possuir alguns dados econômicos, raciais e sociais sensíveis, figurando entre as regiões nas quais os habitantes possuem as remunerações mais baixas do município,

³⁷ Uma das explicações para as AP sul, norte e leste apresentarem uma menor densidade demográfica em relação as outras regiões é pelo fato destes territórios serem grandes e não se limitarem a extensão da área urbana apresentada no mapa – na verdade, os três se estendem por vários quilômetros até os limites do município. Desta forma, apesar de possuírem uma expressiva quantidade de habitantes, ao serem relacionados com o tamanho de seu território, o resultado é uma densidade demográfica não muito elevada – e menor do que se fosse calculada somente sua área urbanizada.

apresentando alta taxa de Trabalho Infantil (7,9%, consideravelmente acima da média do município), e significativa população preta e parda.

A considerável presença de equipamentos comunitários públicos e uma reduzida densidade demográfica podem significar, na teoria, um melhor suporte para seus habitantes e condições favoráveis para mitigação ou até mesmo superação destas condições socioeconômicas indesejadas.

Importante ressaltar, entretanto, que somente a existência destes equipamentos não são a garantia de bem-estar e suporte da população. O capítulo seguinte, intitulado “Acerca dos equipamentos e das políticas urbanas de Limeira”, aborda algumas das condições necessárias para o pleno funcionamento destes equipamentos, bem como outras ações que o Estado deve adotar para pleno atendimento e qualidade de vida dos indivíduos.

CAPÍTULO III: ACERCA DOS EQUIPAMENTOS E DAS POLÍTICAS URBANAS DE LIMEIRA

O presente trabalho analisou a distribuição e o atendimento dos equipamentos comunitários públicos da cidade de Limeira. Algumas de suas importâncias e características são amplamente conhecidas pela sociedade, e também foram citadas na dissertação, como o fato de consistir em componentes físicos básicos para a existência de um bairro e de uma cidade; pelo bem-estar da população estar profundamente relacionado a existência destes equipamentos; e por serem espaços importantes para coletividade, capazes de proporcionar uma intensa socialização e integração social.

Observou-se ao longo do estudo de caso de Limeira, que a cidade, em linhas gerais, é razoavelmente atendida pelos seus equipamentos públicos de educação, saúde e assistência social, apresentando somente alguns déficits quando verificados com seus raios de abrangência. A educação foi a que mais apresentou estes pontos de estrangulamento com as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Para a saúde, os raios de abrangência de 2 quilômetros de suas infraestruturas tornaram a cidade, em teoria, toda coberta pelos seus serviços, mas com a ressalva de na prática esse atendimento ser limitado por fatores como o relevo, grandes avenidas e rodovias, e a distância de locomoção. A assistência social, em análise conjunta com alguns indicadores do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, se mostrou presente em localidades onde se verificaram os dados socioeconômicos e raciais mais delicados do município.

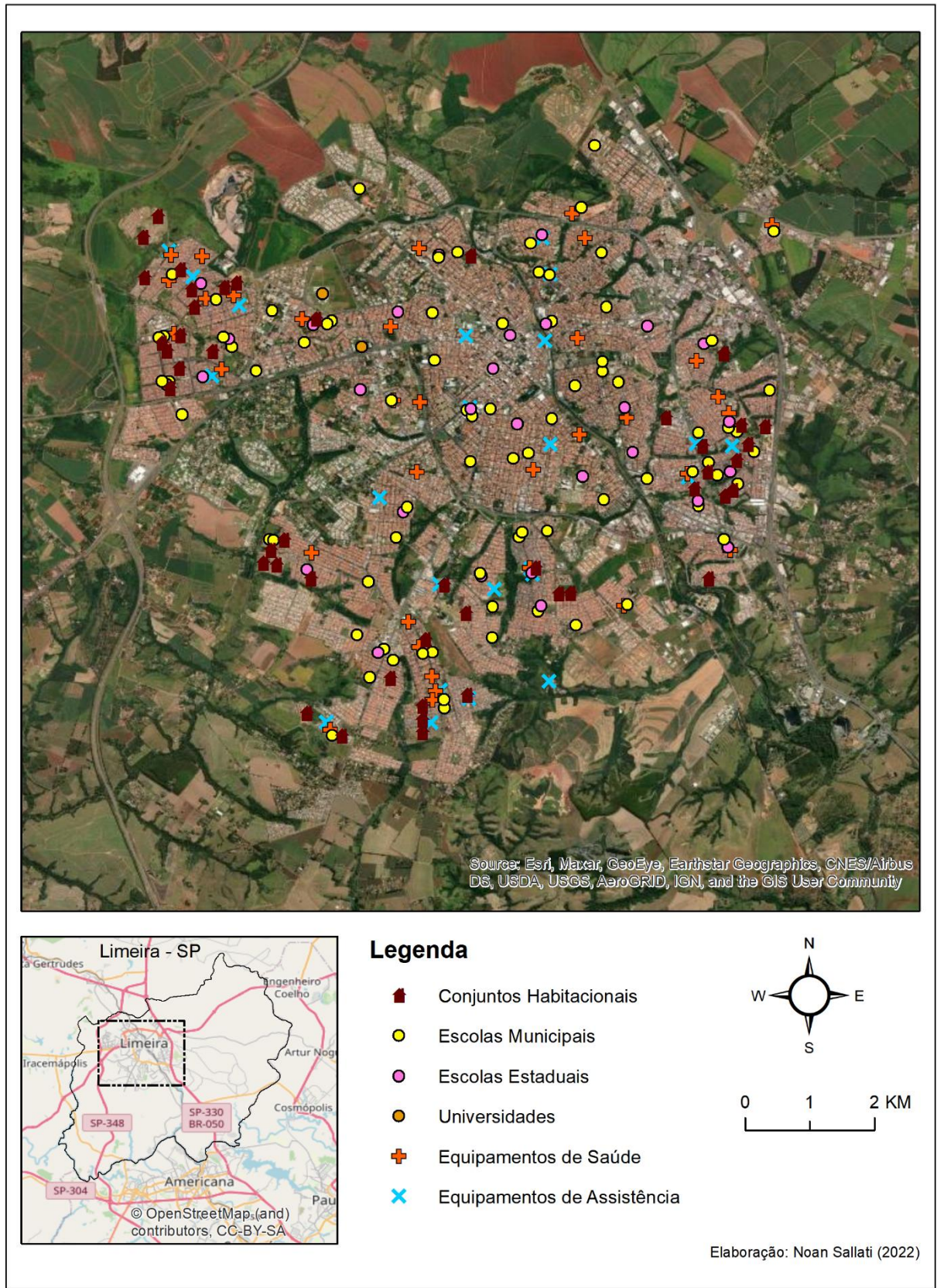
Sobre os dados do Censo, sua frequente análise demonstrou que o município contém três regiões de sua malha urbana com os piores indicadores em relação ao restante de seu espaço: são as áreas de ponderação noroeste, sul e leste. Em todos as variáveis analisadas – Rendimento por Domicílios, taxa de Trabalho Infantil e presença da população por raça e cor –, estes locais apresentaram condições que demandam atenção da Administração Pública Municipal. Isso significa dizer que existem três localidades prioritárias para as políticas públicas urbanas em Limeira, e também para o monitoramento das condições de sua população – que no tempo

corrente se torna ainda mais necessária, visto as condições socioeconômicas brasileiras e o potencial de vulnerabilidade que estas localidades apresentam³⁸.

Estas regiões, não por coincidência, são as que possuem a significativa maioria dos 44 conjuntos habitacionais construídos na cidade; ao menos, na análise correlacionada entre os dados do Censo e a presença de equipamentos públicos, se percebeu que os vetores possuem consideráveis quantidades destas infraestruturas em seus territórios. Para a administração pública este fato é relevante, pois constói-se o conhecimento que estas áreas, em caso de intervenção do poder público, necessitam mais de servidores e aperfeiçoamentos nas suas infraestruturas do que a construção de novos lugares – salvo a excessão de alguns pontos de estrangulamentos apontados na pesquisa.

³⁸ Observa-se, na pesquisa, que os territórios demonstram através de suas características e peculiaridades a necessidade da abordagem interdisciplinar e intersetorial para lidar com as questões neles observadas. Isto pois, no entendimento da pesquisa, os fenômenos complexos observados nestas regiões são mitigados ou superados somente com a contribuição de diversos campos do conhecimento, e na gestão, através da inter-relação de diversas pastas da administração pública, e eventualmente, do poder público como um todo e da sociedade civil organizada.

Figura 28: Equipamentos Comunitários Públicos de Educação, Saúde e Assistência Social, e Conjuntos Habitacionais, na mancha urbana de Limeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Essa associação entre equipamentos e conjuntos habitacionais nos permite concluir não haver, em Limeira, uma desigualdade na distribuição dos equipamentos comunitários públicos pelo seu território, igual foi observado anteriormente no estudo dos locais de moradia das camadas menos abastadas financeiramente. Mesmo os inúmeros núcleos residenciais constituídos distantes do centro da cidade são, em linhas gerais, atendidos por estas estruturas³⁹.

Entretanto, o que pôde se observar no desenvolvimento do estudo e se debruçando sobre o tecido e a evolução da mancha urbana, é o fato dos equipamentos serem constituídos nos novos loteamentos e bairros depois destes já estarem concebidos, ou seja, a oferta de equipamentos não é efetuada no momento da expansão urbana, mas esses são inseridos tempos depois da população ocupar o local.

Alguns exemplos ocorridos na última década são o bairro Geada, construído através do Programa Minha Casa Minha Vida e entregue no ano de 2014, e que até o tempo corrente não possui a presença física de nenhum equipamento comunitário – é somente é abarcado pelos raios de abrangência; e o Residencial Rubi, empreendimento também do PMCMV, entregue em 2017 e que foi receber a Unidade Básica de Saúde prevista para o local somente três anos depois, em 2020⁴⁰.

Esse intervalo de tempo entre a constituição dos bairros e dos equipamentos públicos influencia diretamente na qualidade de vida da população residente, visto que a mesma está, neste hiato, desamparada de determinadas políticas públicas e/ou necessita se locomover para outras regiões para conseguir o atendimento que demanda⁴¹. O oferecimento destes serviços significa o respeito aos direitos

³⁹ Ressalta-se, tal como na metodologia, que o presente trabalho tem como escopo e objeto de análise a disposição e atendimento dos equipamentos analisados, e não o seu acesso. Este conceito está relacionado, em linhas gerais, a mobilidade e as barreiras na aproximação e ingresso à infraestrutura, enquanto a presente pesquisa analisa exclusivamente a distribuição e atendimento dos equipamentos comunitários na mancha urbana de Limeira.

⁴⁰ “Prefeito, Temer e Alckmin entregam chaves do Rubi sob forte emoção”. Disponível em: < https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/news_hotsite.php?id=1&news=3971 > Acesso em: 20 jun. 2022, e: “Ambulatório de Especialidades é inaugurado no Rubi”. Disponível em: < <https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/news.php?p=9649> > Acesso em: 20 jun. 2022.

⁴¹ Este mesmo padrão de segregação momentâneo no acesso aos equipamentos públicos começou a ocorrer em Limeira a partir dos anos 1960, conforme constatado no subcapítulo “Produção capitalista do espaço e desigualdades intraurbanas: o exemplo através dos conjuntos habitacionais do município de Limeira”; observa-se, portanto, que o modelo continua sendo replicado e vigorando até o tempo presente.

fundamentais dos moradores daquele espaço, e a organização de um bairro com maior conforto para seus indivíduos.

Caracteriza-se de suma importância a existência destes equipamentos comunitários públicos para a coletividade, para os indivíduos, e para o território. Entretanto, é importante salientar ser um equívoco atribuir somente a estas infraestruturas a capacidade e responsabilidade de fornecer dignidade e atender as necessidades dos indivíduos.

Está na moda supor que certos referenciais de uma vida digna conseguem criar bairros dignos – escolas, parques, moradias limpas e coisas do gênero. Como a vida seria fácil se isso fosse verdade! Que maravilha poder satisfazer uma sociedade complexa e exigente dando-lhe singelas guloseimas concretas! Na prática, causa e efeito não são assim tão singelos (JACOBS, 2011, p. 123-124).

A prosperidade do espaço urbano e de seus atores também passam, necessariamente, pela existência de diversas políticas públicas e de uma agenda intersetorial do Estado, que deve garantir desde emprego, renda, moradia, saneamento básico, segurança, até direitos os que necessitam dos equipamentos comunitários, como a saúde, cultura, lazer e similares. Jane Jacobs fortalece o argumento apresentando como exemplo uma das estruturas estudadas, a educação:

Acontece o mesmo com as escolas. Não se pode depender das boas escolas, embora elas sejam importantes, para a recuperação de bairros ruins e a criação de bairros bons. Da mesma maneira, um bom prédio escolar não garante uma boa educação. As escolas, como os parques, têm tudo para ser elementos passageiros do bairro (assim como elementos de um plano de ação política mais amplo). Em bairros ruins, as escolas acabam arruinadas física e socialmente, ao passo que os bairros prósperos aprimoram suas escolas lutando por elas (JACOBS, 2011, p. 124).

Um conjunto de fatores são preponderantes para a garantia de direitos da população e para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas que almejam bairros e regiões com qualidade de vida. O primeiro deles é o compromisso da gestão pública com o planejamento da cidade, através, por exemplo, do fornecimento de condições mínimas de sobrevivência e a identificação de pontos de estrangulamento e de demandas. Estas medidas devem almejar a garantia do direito à cidade e ao cumprimento de sua função social.

Jacobs (2011, p. 456) pontua, sobre a gestão, que os responsáveis pelo planejamento das cidades não devem ter um entendimento generalizado sobre a mesma, mas um conhecimento detalhado sobre os lugares específicos com os quais

estão lidando; e eles podem e devem adquirir boa parte dessas informações que precisam com os próprios moradores do lugar, pois são os que portam genuinamente as informações, detalhes e demandas, fruto da vivência cotidiana⁴².

A única maneira de um administrador (ou qualquer pessoa) conhecer e compreender um lugar é, em parte, por meio de informações e observações diretas ao longo do tempo e, mais ainda, assimilando o que outras pessoas, tanto do governo como fora dele, conhecem do lugar. Parte dessas informações pode ser mapeada e tabulada; parte, não (JACOBS, 2011, p. 458).

Concomitantemente a gestão, se faz necessária a valorização e manutenção das estruturas físicas e do corpo de servidores da administração pública. Utilizando como exemplo o escopo do estudo, um equipamento comunitário aberto a população, mas com incapacidade ou problemas no atendimento em decorrência de obstáculos estruturais e/ou por não possuir corpo burocrático suficiente, capacitado e bem remunerado para sua tarefa, é um desperdício e não responde a seu propósito. Na prática, locais com estas características não cumprem sua função e não atendem as demandas da sociedade por completo.

O outro fator preponderante para a garantia de direitos da população (e para a execução dos pontos citados), é a viabilidade econômico-financeira para as políticas públicas⁴³. Além de exigir vontade política e compromisso com a classe trabalhadora, estas medidas são somente possíveis através de um Estado provedor, que rejeite a aplicação de uma agenda econômica centrada na austeridade e na redução do papel do Estado na economia. Um exemplo contemporâneo destas medidas é a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida popularmente como “Teto de Gastos”.

A Emenda estabeleceu uma regra para as despesas primárias do Governo Federal, com duração de 20 anos. Dweck, Oliveira e Rossi (2018, p. 24) explicam que nessa regra, o gasto primário do Governo Federal fica limitado por um teto definido pelo valor executado no ano de 2017, e reajustado, a cada ano, somente pela inflação acumulada dos últimos 12 meses. Em síntese, o novo regime fiscal representa uma

⁴² Este fato recorda a importância de uma política realizada de baixo para cima, com participação popular, e não simplesmente imposta unilateralmente, como de praxe.

⁴³ A política fiscal é um importante instrumento para a garantia dos direitos humanos, uma vez que todos esses direitos, uns mais outros menos, exigem recursos para a sua garantia. Além disso, diversos instrumentos fiscais podem ter impacto não apenas na garantia direta dos direitos, mas também podem gerar incentivos ou direcionar recursos que viabilizem essa garantia. Assim, as escolhas orçamentárias podem ser decisivas tanto para a garantia, quanto para a violação dos direitos humanos (ROSSI; DAVID; CHAPARRO, 2020, p. 26-27).

redução permanente dos gastos públicos, e consequentemente, da capacidade do Estado em prover as demandas sociais mínimas⁴⁴.

Apesar de a regra referir-se ao Governo federal, este panorama afeta diretamente os municípios brasileiros. Corrêa e Dweck (2020) comprovam que as transferências da União para os municípios, realizadas para políticas de saúde e educação, são atingidas e apresentam contrações com a EC 95/2016. Há também redução no repasse das transferências voluntárias do Governo Federal. Estas transferências intergovernamentais constituem importante fonte de receitas para os municípios brasileiros, especialmente os de pequeno e médio porte, que não tem o poder de arrecadação através dos impostos como os grandes municípios e capitais; é neste espectro onde se situa Limeira.

Para além da perda com as transferências da União, o novo regime fiscal também representa e altera, por ser um instrumento procíclico, na dinâmica da arrecadação da economia na totalidade. Os gastos de governo são um importante componente da demanda agregada e sua contenção gera efeitos recessivos (CORRÊA; DWECK, 2020, p. 138), ou seja, e em linhas gerais, a redução destes investimentos ocasiona um impacto geral no dinamismo econômico, e consequentemente menores arrecadações via impostos, como o ISS, IPI e ICMS.

Nesses termos, o Teto de Gastos afeta profundamente os municípios, não só por limitar os repasses, como o citado caso das transferências do SUS, mas porque, ao gerar efeitos desaceleradores, afeta a arrecadação em geral (CORRÊA; DWECK, 2020, p. 138-139). Na prática, essas implicações de políticas macroeconômicas de austeridade resultam em menor disponibilidades de recursos para os municípios, que, por sua vez, realizam menores aportes nas suas políticas públicas, incluindo os equipamentos comunitários e demais políticas urbanas, acarretando sucateamentos e piores condições de atendimento da população.

Por estes motivos, Dweck, Rossi e Oliveira (2020, p. 10) apontam que a agenda da austeridade fiscal representa um retrocesso na garantia dos direitos humanos, pois agrava as desigualdades de gênero, raça e classe e se contrapõe à proteção e

⁴⁴ Além da EC 95/2016, outra ferramenta anterior e relevante de austeridade e freio nos gastos públicos é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída no ano 2000. Freixo e Costa (2021) discorrem sobre seu conteúdo e conjuntura, e Cano (2011a) faz outras contribuições também com o escopo da economia.

promoção social. Ao longo prazo, consolida os privilégios já existentes em nossa sociedade e bloqueia a possibilidade de construção de um país mais justo. Portanto, a luta e defesa de bens públicos e políticas de qualidade passam necessariamente pela rejeição deste modelo e teoria econômica, e pela adoção de práticas e medidas que realmente fomentam e valorizam as políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo acerca dos equipamentos comunitários públicos de educação, saúde e assistência social de Limeira permitiu, em primeira instância, a compreensão abrangente sobre as questões territoriais da localidade, abarcando desde a história de sua urbanização, o crescimento demográfico, a expansão da mancha urbana, e o desenvolvimento e localização de políticas sociais como os conjuntos habitacionais, e principalmente, os equipamentos públicos.

O trabalho possibilitou, ainda, o entendimento de particularidades da cidade através de informações do Rendimento Domiciliar, Raça e Cor da População, taxa de Trabalho Infantil e Densidade Demográfica das áreas de ponderação de seu espaço urbano; todos elementos, sem exceção, abordados sobre o escopo interdisciplinar através da utilização de diversos autores e áreas do conhecimento para propiciar um entendimento mais completo acerca dos fenômenos retratados.

O levantamento e a confecção dos mapas de equipamentos comunitários públicos permitiram a observação detalhada do panorama da distribuição e atendimento dos mesmos na cidade de Limeira. Com a infraestrutura de educação, constatou-se que existem consideráveis espaços na malha urbana que estão fora da área de influência dos equipamentos, seja para as escolas municipais (creches, escolas de educação infantil e ensino fundamental I), e também para as escolas estaduais (responsáveis pelo ensino fundamental II e ensino médio).

Em contraposição aos gargalos observados na educação, as análises sobre os equipamentos comunitários de saúde indicaram que todo o espaço urbano objeto de estudo são atendidos pela saúde pública; o que significa dizer, na teoria, que todos os cidadãos de Limeira são respaldados e/ou possuem equipamentos na distância recomendada de seu ponto de partida. Esse fato é possível por dois motivos: a grande quantidade de equipamentos espalhados pela cidade, 34 ao total, sendo 30 unidades básicas de saúde descentralizadas pelos diferentes bairros; e também o considerável raio de abrangência destes locais, estipulados em 2 mil metros pelo Plano Diretor.

A última política analisada, a assistência social, é uma política pública que lida com situações e indivíduos potencialmente ou em condições de vulnerabilidade social, e, em decorrência de sua especificidade, seus equipamentos públicos devem estar

localizados prioritariamente em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, para que suas ações e serviços estejam próximas da população que mais demanda de tais políticas. Relacionando os 25 equipamentos de assistência com os dados de Rendimento Domiciliar, Raça e Cor da População e taxa de Trabalho Infantil, constatou-se que os equipamentos estão localizados nas regiões da cidade com piores indicadores, ou seja, nas regiões que mais demandam dos cuidados da administração pública.

Estas informações socioeconômicas extraídas do Censo de 2010 do IBGE mostraram também importantes dados e particularidades da área urbana de Limeira. A mais retratada no trabalho foi o fato de três áreas da cidade apresentarem repetidamente os piores indicadores analisados: tratam-se das regiões noroeste, sul e leste da cidade; as mesmas são, ainda, os locais com a maioria dos 44 conjuntos habitacionais construídos na cidade.

Às três outras regiões – oeste, norte e centro –, são a antítese nos dados, pois possuem sempre os melhores indicadores analisados, e são o oposto também em relação à habitação: o centro é a região mais valorizada e com maior rendimento mensal médio, e os vetores oeste e norte possuem a expressiva maioria dos 53 condomínios residenciais fechados de Limeira. Mesmo assim, são regiões também com presença de equipamentos públicos, consolidando o diagnóstico que a cidade é razoavelmente atendida pelas estruturas examinadas.

A coleta de informações também permitiu a identificação e representação através de mapas da desigualdade intraurbana relacionada ao local de moradia existente no município, visto que todos os conjuntos habitacionais construídos na cidade estão inseridos em suas periferias, ou seja, longínquos do centro consolidado. Esta informação aliada ao levantamento dos equipamentos comunitários públicos forneceu a resposta para o principal objetivo da dissertação: investigar a existência de uma desigualdade intraurbana na distribuição dos equipamentos públicos, tal como se observou no caso dos conjuntos habitacionais.

A resposta para tal indagação, após a finalização de todos os estudos, é que não existe desigualdade na distribuição de equipamentos públicos no município de Limeira. Todas as regiões da cidade são atendidas pelas três infraestruturas analisadas, inclusive os locais de moradia da indivíduos e famílias menos abastadas

financeiramente. O que se observou, entretanto, é que na ocasião de expansão urbana e surgimento de novos loteamentos, a oferta de equipamentos não é efetuada no momento da criação destas novas ocupações, mas esses são inseridos tempos depois da população ocupar o local.

Face à discussão sobre os equipamentos públicos, o trabalho ressalta que a existência ou ausência dos mesmos não conseguem delimitar exclusivamente se determinado bairro ou região são locais bons ou inadequados para se viver. Diversas são as variáveis e os desafios para a constituição de uma cidade mais justa, com poucas assimetrias sociais, inclusiva, e que possua serviços públicos de qualidade, nos quais estas infraestruturas são somente uma parte, apesar de bastante relevante.

A análise da dinâmica urbana de Limeira e da disposição e atendimento de seus equipamentos comunitários públicos ocorre justamente com o propósito de contribuir para parte deste objetivo, sempre com a finalidade e ambição da localidade ser um espaço de vivência digna e que promova aos seus cidadãos, especialmente para a classe trabalhadora e aos menos abastados, a realização de suas demandas e anseios.

A presente pesquisa tem potencial de indicar as regiões com algum déficit de atendimento e presença de equipamentos comunitários, apontar as regiões da cidade com indicadores preocupantes e que requerem atenção, e revelar o local de moradia conforme as classes sociais dos habitantes de Limeira. Estes dados são informações valiosas para a Administração Pública analisar e utilizar no seu planejamento, e nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, podendo atuar baseada em informações concretas, na ciência, e com o intuito de garantir à sua população o cumprimento dos seus direitos fundamentais, entre eles, o direito à cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Cláudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana e Gestão Urbana**. Mauad Editora, Rio de Janeiro, 58p., 1998.

ARAÚJO, Edna Maria de et al. A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 31, pp. 383-394, 2009.

BARBOSA, Luciana Antunes. Espaço e tempo da vida cotidiana nos “enclaves residenciais fortificados” em Limeira-SP. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 8, n. 1, p. 110-141, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7341.htm > Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm > Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Técnicas para Apresentação de Projetos e Construção de Unidades Básicas de Saúde – Volume V**. Brasília, out. 2013. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrucao_elaboracao_memorial_descritivo_apresentacao_projeto_executivo_implantacao_volume_V.pdf > Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022)**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf > Acesso em: 07 jun. 2022.

BUSCH, Reynaldo Kuntz. **História de Limeira**. Limeira: Prefeitura Municipal, 1967.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3ª Ed. Editora 34/Edusp, São Paulo, 2011.

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, n. 193, jul. 2011.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8ª Ed, 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2009.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. (Orgs). **O Estatuto da Cidade Comentado**. São Paulo, Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: < <https://secid.ma.gov.br/files/2014/09/Estatuto-da-Cidade-comentado.pdf> >.

COBO, Barbara; CRUZ, Claudia; DICK, Paulo. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 09, 2021.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA; 2008. 29 p. (IPEA - Texto para discussão, 1332).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Proteção Social Básica e Primeira Infância: A gestão no território para uma atuação complementar. **CNJ, 2019**. Disponível em: < https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Cuidando-de-quem-cuida-o-papel-do-PAIF_SUAS-Mariana-Lelis.pdf >.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; DWECK, Esther. **Impactos do Teto de Gastos nos municípios**. In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (Org.). *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

CORTÉ TORRES, María Guadalupe. El equipamiento urbano de la educación superior en la ZMCM. **Gestión y estrategia**, n.2, pp. 21-27, dez. 1992. Disponível em: < <http://zaloamati.azc.uam.mx/handle/11191/4907> >.

DAMASCENO, Bárbara Caetano; GOULART, Jefferson Oliveira. Política habitacional e desenvolvimento urbano: um estudo de caso sobre Limeira (SP). **III SiBOGU – Simpósio Brasileiro Online de Gestão Urbana**, nov. 2019.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. A Expansão Urbana de Limeira-SP entre 1970 e 2010. In: Baeninger et al. (Org). **Região de Limeira**. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Faculdade de Ciências Aplicadas/Unicamp, 2012.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira; RIZARDI, Luis Paulo. Política Habitacional e a expansão urbana de Limeira-SP, 1970-2010. **Anais XVI ENAPUR**: Belo Horizonte, mai. 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia**. Boletim Especial 20 de novembro - Dia da Consciência Negra, 2021. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.html> >.

DOMINGUES, A. Sub(úrbios) e (sub)urbanos - O mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. Série I. Vol. X/XI, pp. 5-18, 1994.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. (Org.). **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo, SP. Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018. Disponível em: < http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/DOC-AUSTERIDADE_doc3- L9.pdf >.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (Org.). **Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

ETULAIN, Carlos Raul. **Cidades, Trabalho e Pandemia: Desafios para a eliminação do Trabalho infantil**. In: BAENINGER et al. (Coord.). **Populações Vulneráveis: Unicamp e Ministérios Público do Trabalho**. Campinas, SP: NEPO/Unicamp, 2021.

FREIXO, Alessandra Soares; COSTA, Rafael. Trajetória da austeridade fiscal no Brasil: a institucionalização do neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique Brasil, 2021**. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/trajetoria-da-austeridade-fiscal-no-brasil-a-institucionalizacao-do-neoliberalismo/> > Acesso em: 01 ago. 2022.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Perfil dos Municípios Paulistas: Limeira. **SEADE, 2021**. Disponível em: < <https://perfil.seade.gov.br/#> > Acesso em: 25 jan. 2021.

GOUDARD, Beatriz; OLIVEIRA, Francisco Henrique de; GERENTE, Jéssica. Avaliação de modelos de localização para análise da distribuição espacial de Unidades Básicas de Saúde. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 67, n. 1, 2015.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. **Um pouco da História de Limeira / A little about the history of Limeira. Volume 1**. Limeira-SP: Unigráfica, 2016.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. **Um pouco da História de Limeira / A little about the history of Limeira. Volume 2**. Limeira-SP: Unigráfica, 2017.

HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 93-102, dez. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse Estatística do Município de Limeira**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Regiões de Influência das Cidades – REGIC. **IBGE, 2018**. Disponível em: <

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto> > Acesso em: 24 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019. IBGE, 2019. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf >.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Séries históricas: População residente, 1872-2010. **IBGE, 2020**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series-historicas> > Acesso em: 04 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Séries históricas e estatísticas: Taxa de urbanização. **IBGE, 2020a**. Disponível em: < <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao> > Acesso em: 04 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo – Séries históricas: Limeira. **IBGE, 2021**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/pesquisa/43/30281?ano=1970&tipo=grafico&indicador=30281> > Acesso em: 19 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo escolar – sinopse: Limeira. **IBGE, 2021a**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/pesquisa/13/78117?ano=2020> > Acesso em: 30 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Limeira: Panorama. **IBGE, 2022**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/panorama> > Acesso em: 01 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Notas metodológicas. **IBGE, 2022a**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/pesquisa/43/30281?ano=1970&tipo=grafico&indicador=30281> > Acesso em: 27 mai. 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 13, n. 1, pp. 25-36. 2004.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

MAIA, Amanda Carvalho. **Descontinuidade territorial e formação de vazios urbanos: um padrão de crescimento em cidades médias paulistas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas-SP, 2019.

MANFREDINI, Eduardo Alberto. **História material e formação urbana: a dinâmica socioespacial de Limeira (SP) no século XIX**. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MASTRODI, Josué; SALA, Marcela Falsoni. O fenômeno da “alphavillezação da cidade”: A proliferação dos condomínios fechados estudada à luz das ingerências privadas na realidade do município de Campinas. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 1046-1084, jul. 2017.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Assistência Social – O que é. **BRASIL, 2019**. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/o-que-e> > Acesso em: 06 out. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **MDS, 2013**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf >.

NEVES, Fernando Henrique. Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões. **Cad. Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 503-516, nov. 2015.

NEVES, Fernando Henrique. **Critérios de planejamento e implantação de equipamentos urbanos comunitários de educação e saúde: estudo de caso em Curitiba de 2010 a 2014**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Construção Civil. Curitiba, 2015a.

PAIM, Jairnilson Silva. **O Que É o SUS** (Coleção Temas em Saúde Interativa). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Disponível em: < <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/> >.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. Habitação: Núcleo Habitacionais de Limeira. **PML**, 2021. Disponível em: < https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/simple_hotsite.php?id=7&simple=31 > Acesso em: 19 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Plano Municipal de Saneamento: Caracterização da Área de Planejamento**. Volume 1, dez. 2013.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida. **PCS**, 2021. Disponível em: < <https://2013-2016-indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/SP/limeira/taxa-de-analfabetismo-na-populacao-com-15-anos-ou-mais> > Acesso em: 30 set. 2021.

QUEIROZ, Alessandra Natali. **Limeira: produção social da cidade e do seu tecido urbano**. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RAÇA E SAÚDE PÚBLICA. Os impactos desiguais da COVID-19 na população negra no Brasil. **RAÇA E SAÚDE**, 2022. Disponível em: < <https://www.racaesaude.org.br/estudo> > Acesso em: 02 jun. 2022.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 244p. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/278399/mod_resource/content/1/3649_001.pdf >.

ROLNIK, Raquel et al. (Coord.). **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV**. LabCidade, FAU/USP. 2014.

ROSSI, Pedro; DAVID, Grazielle; CHAPARRO, Sergio. **Política Fiscal, desigualdades e direitos humanos**. In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (Org.). Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3ª Ed, 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Ed, 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª Ed, 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SCHAFER, Karine Lise. **Forma urbana e equipamentos comunitários como referenciais na elaboração de projetos urbanísticos. O caso de Navegantes – SC**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de Política: Uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, vol. 3, n. 1, p. 121-134, jan/jun 2012.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

VILANI, Jane Araújo dos Santos. **O que é Trabalho Infantil**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2017.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, abr. 2011.